

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

DÉBORA PEREIRA LUCAS COSTA

**SENTIDOS PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DISCURSIVOS NAS RELAÇÕES DE LITÍGIO E
DE PODER**

CÁCERES-MT

2024

DÉBORA PEREIRA LUCAS COSTA

**SENTIDOS PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DISCURSIVOS NAS RELAÇÕES DE LITÍGIO E
DE PODER**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Olimpia Maluf Souza.

CÁCERES-MT

2024

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

C837s COSTA, Débora Pereira Lucas.
Sentidos para o Agronegócio Brasileiro Uma Análise dos
Processos Discursivos nas Relações de Litígio e de Poder /
Débora Pereira Lucas Costa - Cáceres, 2024.
165 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) - Curso
de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística,
Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres,
Universidade do Estado de Mato Grosso, 2024.
Orientador: Olimpia Maluf Souza

1. Agronegócio/Agro. 2. Discurso. 3. Historicidade. 4.
Processo de Denominação. 5. Poder. I. Débora Pereira Lucas
Costa. II. Sentidos para o Agronegócio Brasileiro: Uma Análise
dos Processos Discursivos nas Relações de Litígio e de Poder.
CDU 8:631

DÉBORA PEREIRA LUCAS COSTA

**SENTIDOS PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DISCURSIVOS NAS RELAÇÕES DE LITÍGIO E
DE PODER**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Olimpia Maluf Souza
Orientadora – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Cristinne Leus Tomé
Avaliadora Interna – PPGLetras/UNEMAT

Profa. Dra. Alma Bolón
Avaliadora Externa – Universidad de la República/Udelar/Uruguai

Profa. Dra. Aracy Graça Ernst
Avaliadora Externa – PPGL/UFPeI/FURG

APROVADA EM: 24/05/2024

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares, alunos, colegas e amigos,
que me instigam a questionar os sentidos ao longo da vida.

AGRADECIMENTOS

Durante o processo de elaboração e escrita desta pesquisa contei com pessoas e instituições que me receberam com carinho, dedicação e seriedade. Sou grata:

- à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) pela formação;
- ao Programa de Pós-graduação em Linguística (UNEMAT/Cáceres) pela acolhida, desde o processo de seleção, quando me surpreendi com a forma respeitosa e acolhedora com que receberam todos os pleiteantes a vagas;
- à minha orientadora, professora Olimpia Maluf Souza, pela confiança em mim e no meu projeto, por me dar liberdade e ser presença atenta, profissional, generosa, compreensiva, carinhosa... determinante;
- às professoras membros da banca avaliadora desta tese, Eni Puccinelli Orlandi, Cristinne Leus Tomé, Alma Bolón e Aracy Graça Ernst, pela leitura atenciosa e pelas importantes contribuições;
- ao Programa de Pós-graduação em Letras (UNEMAT/Sinop), que, ao me receber no mestrado, possibilitou que eu me aproximasse e me apaixonasse pela docência e pela pesquisa;
- à professora Tânia Pitombo de Oliveira, minha orientadora no mestrado, por me apresentar a Análise de Discurso, por compartilhar seus conhecimentos, ser inspiração e ensinar-me a compreender;
- ao Grupo de Pesquisa Educação e Estudos da Linguagem, pelos encontros de estudo, pelos cursos, pelo aprendizado e pela amizade;
- à professora Cristinne Leus Tomé, pelos mais de oito anos de convívio acadêmico, pelo incentivo, pela paciência para me ensinar as burocracias do mundo universitário, pelo exemplo de conduta séria e comprometida com a pesquisa e com a docência e por ser incansável na organização dos projetos de pesquisa e grupos de estudos;

- aos meus colegas de mestrado, doutorado e grupos de pesquisa, Boninne Monalliza Moraes, Gislaine Ferreira, Luciane Lucyk, Milton Mauad e Simone Naedzold, pelas conversas e debates, trocas de livros e ideias, pela escuta e oportunidade de aprender;
- ao coordenador do curso de Jornalismo/UNIFASIPE, José Roberto Gonçalves, pela amizade e por permitir que eu me descobrisse professora universitária, confiando a mim disciplinas no curso;
- aos professores do curso de Jornalismo, Clemerson Mendes e Gabriela Sroczynski, pela amizade e pela interlocução produtiva e afetuosa;
- aos amigos, Analu Ribeiro, Cristiane Bazilio, Rafael Cavalheiro e Natalia Giordano por atenuarem meus momentos de descompasso e aplaudirem cada pequena vitória;
- à minha irmã, pela cumplicidade, pelo carinho, pela força;
- ao meu pai, por ser exemplo de paciência e capacidade de adaptação e reinvenção, sem perder o bom humor;
- à minha mãe, por sempre me mostrar a importância dos estudos e por ser uma professora exemplar;
- ao meu marido, por nunca largar a minha mão, pelo apoio incansável, pela escuta atenta à leitura em voz alta de cada página desta tese;
- às minhas filhas, pelo olhar carinhoso para a mamãe enquanto ela estava “fechada na caverna” estudando e escrevendo.

OBRIGADA! Em uma tese de doutorado aprende-se mais do que sobre teorias e objetos de pesquisa, aprende-se a conviver e a valorizar a convivência. Vocês foram indispensáveis!

Débora.

EPÍGRAFE

Nem tudo a gente consegue, mas é um ambiente em que nós produtores podemos nos expressar à vontade e dar a eles o discurso que precisa ser dado.

**Sérgio De Marco,
ex-presidente do Instituto Pensar Agropecuária.**

As “coisas-a-saber” representam assim tudo o que arrisca faltar à felicidade [...] do “sujeito pragmático” [...] há “coisas-a-saber” (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associadas às ameaças multiformes de um real do qual “ninguém pode ignorar a lei” – porque esse real é impiedoso.

Pêcheux [1983] 2015a, p. 34-35.

RESUMO

Em um Brasil marcado por polarizações alicerçadas em uma formação social capitalista, nas primeiras décadas dos anos 2000, as formulações ‘agronegócio’/‘agro’ passaram a funcionar por condições contraditórias. Discursos de uma classe dominante legitimam sentidos para o exercício dos jogos de poder e tentam conter a polissemia pela didatização, em uma ilusão estratégica de direcionar sentidos e *ensinar* sobre o agro. Nessas condições de produção, esta tese tem como objeto de estudo os discursos do/sobre o agronegócio brasileiro, a fim de atingir o objetivo que é a compreensão de processos de significação da atividade agropecuária no Brasil, dando visibilidade à constituição, formulação e circulação de materialidades discursivas que constroem um imaginário para o agro/agronegócio, em uma luta para instituir/manter/ampliar o seu poder. Assumindo a Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux, como teoria e método, propomos uma leitura do que está e do que escapa, colocando sentidos em relação. Esse batimento envolve a consideração das condições de produção, a observação do uso da linguagem, sua descrição e interpretação. Para isso, faz-se necessário trilhar por encadeamentos intradiscursivos, em sua relação com funcionamentos do interdiscurso, fazer um recuo ao que faz eco e ao que está presente, pela historicidade, nessas formas de dizer. O arquivo deste trabalho é composto por documentos oficiais, livros, reportagens, propagandas e postagens em *sites* e em redes sociais digitais que fazem referências às atividades agropecuárias brasileiras, desde o *achamento* do Brasil até a atualidade. Nessa retrospectiva, o *corpus* analítico foi constituído por sequências discursivas recortadas a partir das marcas que se foram impondo frente à questão da produção de sentidos para o agro brasileiro, pela classe dominante. Essas marcas instalam-se tanto pelo processo de denominação quanto pela recorrência de um ‘nós’ e um ‘eles’, que colocam em funcionamento posições discursivas, assegurando um poder/saber sobre o setor. Como gesto de contribuição para a formação social brasileira, compreendemos que, em face do conflito social e aos diferentes sentidos para o agronegócio, as mulheres assumem uma função política, através de um compromisso pedagógico, no qual silenciam o negócio-agro e seus interesses e colocam em evidência um agro que funcionaria acima de um lugar de conflito social. Esta tese foi produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT/CÁCERES), inscrevendo-se na área de concentração Estudos de Processos Linguísticos e na linha de pesquisa Estudos dos Processos Discursivos.

Palavras-chave: agronegócio/agro; discurso; historicidade; processo de denominação; poder.

ABSTRACT

DIRECTIONS FOR BRAZILIAN AGRIBUSINESS: AN ANALYSIS OF DISCURSIVE PROCESSES IN LITIGATION AND POWER RELATIONS

In a Brazil marked by polarizations based on a capitalist social formation, in the first decades of the 2000s, the ‘agribusiness’/‘agro’ formulations began to function under contradictory conditions. Discourses from a dominant class legitimize meanings for the exercise of power contests and try to contain polysemy through didacticization, in a strategic illusion of directing meanings and teaching about agriculture. Under these production conditions, this thesis has as its study object the discourses of/about Brazilian agribusiness, in order to achieve this goal, which is the understanding of processes of significance of agricultural activity in Brazil, giving visibility to the constitution, formulation and circulation of discursive materialities that build an imaginary for agriculture, in a struggle to establish/maintain/expand power. Assuming Discourse Analysis, founded by Michel Pêcheux, as a theory and method, we propose a reading of what is present and what escapes, placing meanings in relation. This methodology involves considering the production conditions, the observation of the language use, its description and interpretation. To do this, it is necessary walk by intradiscursive chains, , in their relationship with the workings of the interdiscourse, taking a step back to what makes an echo and what is present, due to historicity, in these ways of saying. The archive of this work is composed of official documents, books, reports, advertisements and posts on websites and digital social networks that make references to Brazilian agricultural activities, from the *finding* of Brazil to the present days. The analytical *corpus* is comprised of discursive sequences cut from the marks that were imposed on the issue of the production of meanings for Brazilian agriculture by the dominant class. These marks are installed both through the process of denomination and through the recurrence of an ‘us’ and a ‘they’, which put into operation discursive positions, ensuring a power/knowledge about the sector. As a gesture of contribution to Brazilian social formation, we understand that, faced with social conflict and the different meanings for agribusiness, women assume a political role, through a pedagogical commitment, in which they silence the *business-agro* and its interests and place in evidence an agro that would operate above a place of social conflict. This thesis was produced within the scope of the Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (PPGL/UNEMAT/CÁCERES), falling within the concentration area Studies of Linguistic Processes and the research line Studies of Discursive Processes.

Keywords: agribusiness/agro; discourse; historicity; process of denomination; power.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABMR	Associação Brasileira de Marketing Rural
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAMILHO	Associação Brasileira dos produtores de Milho
ABRAPA	Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AIA	American International Association for Economic and Social Development
AM	Amazonas
AMPA	Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
APP	Áreas de Preservação Permanente
APP	Áreas de Preservação Permanente
APROSOJA	Associação Brasileira dos Produtores de Soja
APTA	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CGG	Comissão Geográfica e Geológica
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNMA	Congresso Nacional de Mulheres do Agronegócio
CNPA	Comissão Nacional de Política Agrária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CUA	Central Única da Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNPEA	Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação
DOMNE	De Olho no Material Escolar
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EMATER	Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESAL	Escola Superior de Agricultura de Lavras
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAAB	Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
FAMATO	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso
FARSUL	Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FIA	Fundação Instituto de Administração
FPA	Frente Parlamentar da Agricultura
FPAF	Frente Parlamentar da Agricultura Familiar
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GAF	Global Agribusiness Forum
GFFA	Fórum Global para a Alimentação e a Agricultura
GO	Goiás

IAC	Instituto Agronômico de Campinas
IBEC	International Basic Economy Corporation
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IEAG	Instituto de Estudos do Agronegócio
IIBA	Imperial Instituto Baiano de Agricultura
IMEA	Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INDEA	Instituto de Defesa Agropecuária
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPA	Instituto Pensar Agropecuária
ITCI	Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MG	Minas Gerais
MP	Medida provisória
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPCDAM	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste
PT	Partido dos Trabalhadores
RBS TV	Rede Brasil Sul de Televisão
RS	Rio Grande do Sul
SAA-SP	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo
SAI	Serviço de Informações Agrícolas
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SBA	Sistema Brasileiro de Agronegócio
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SENACOP	Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINDUSMAD	Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso
SIA	Serviço de Informação Agrícola
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SP	São Paulo
SPA	Serviço de Publicidade Agrícola
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SUPRA	Superintendência de Política Agrária

UDR	União Democrática Ruralista
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UNIFASIPE	Centro Universitário Fasipe
USP	Universidade de São Paulo
VT	Vídeo-tape (fita de vídeo)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil	44
Figura 2 – Divisão de atividades atribuídas ao Serviço de Publicidade Agrícola	69
Figura 3 – Notícia sobre o Serviço de Informações Agrícolas	70
Figura 4 – Esquema elaborado por Eni Orlandi	98
Figura 5 – Deslocamento da campanha da Rede Globo na relação com o professores	130
Figura 6 – Deslocamento da campanha da Rede Globo na relação com as mães	130

SUMÁRIO

DA MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO	16
INTRODUÇÃO	18

CAPÍTULO I

OS SENTIDOS DE CONSTITUIÇÃO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO BRASIL	27
--	-----------

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA PELO DISCURSO TÉCNICO/CIENTÍFICO	59
---	-----------

CAPÍTULO III

A TEXTUALIZAÇÃO DO POLÍTICO NA POLÍTICA: a dominação do agronegócio nos espaços de poder	92
---	-----------

CAPÍTULO IV

O AGRO TEM VOZ E A VOZ DO AGRO É FEMININA	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	153

DA MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO

Setembro de 2019. Em uma das salas do curso de graduação em Jornalismo, no Centro Universitário Fasipe (Unifasipe/Sinop-MT), acadêmicos conversavam sobre a recente defesa da dissertação de mestrado de uma de suas professoras. Inquieta, a maioria nunca havia participado de uma banca. Ver a professora ser questionada provocou um misto de orgulho e estranhamento, alfinetando o pré-construído, “[...] o sempre-já-ai [...]” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 151) de que o inquisidor é o professor, e deslocando a professora deles para a posição de aluna. O trabalho era sobre uma temática presente na vida de quem mora em Mato Grosso: o agronegócio – atividade que posiciona o estado como principal produtor de soja (29,61% da produção nacional na safra 21/22), de milho (38,86%) e de pluma de algodão (69,14%), conforme o relatório Outlook 2032 (Kempa *et al.*, 2022), do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

Entrei na sala de aula devagar, constatando que o assunto entre eles era eu, quando da banca de defesa da minha dissertação¹, na qual analisei os discursos presentes nos pequenos vídeos formulados e postos a circular por uma ação publicitária da *Rede Globo*. Ao perceber minha presença, uma das estudantes não hesitou em disparar: “Professora, a Globo quer, então, me ensinar sobre aquilo que eu já sei desde que nasci?”.

A interrogação referiu-se às análises de peças da campanha, nas quais estão marcadas as recorrências dos verbos ‘saber’, ‘conhecer’, ‘aprender’, em formulações como: “o agro é tudo que **você não sabia** que o agro é”, “Quanto mais **você conhece**, mais vê que **ainda tem muito a aprender** sobre o agro”, “O agro tá em muita coisa que **você não sabe**”, “Quanto mais **você aprende** sobre o agro, mais se surpreende” (grifo nosso). A pergunta da estudante passou a ruminar em meus pensamentos...

Na mesma semana, uma notícia oficializava a criação do movimento *Agroligadas*, que reivindicando um lugar de protagonismo para as mulheres do/no agronegócio, assim se apresentava:

[...] **mulheres profissionais do Agronegócio**, [que] têm como propósito **conectar o campo e a cidade com verdade, ética, coragem, compromisso e amor**, a partir de **ações educativas e de comunicação**. Mostramos que o **agro**

¹A dissertação **Agro - a indústria-riqueza do Brasil**: a mídia e o processo de produção de sentidos para o agronegócio brasileiro foi orientada pela professora doutora Tânia Pitombo de Oliveira, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLEtras), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/SINOP). A banca de defesa ocorreu no dia 29 de agosto de 2019, sendo composta pelas professoras avaliadoras Critiane Dias (UNICAMP) e Sandra Straub (UNEMAT).

está em tudo, em todo lugar, no dia a dia de **todos**. Defendemos a **comunicação transparente**, com **informação confiável, empatia e sensibilidade**. Somos resultado da **união de mulheres fortes e protagonistas**, que vivem pelo Agronegócio e lutam pela prosperidade do setor. **Somos muitas, somos todas** (Sobre nós, [202-], grifo do autor).

Sensível ao tema, que já nos ocupara no mestrado, nascia aí a pergunta para a pesquisa de doutorado: como o agronegócio, historicamente, produz sentidos para se instituir, manter e ampliar o poder?

INTRODUÇÃO

Educação e agro são termos que se formulam associados, nas primeiras décadas dos anos 2000. Eis a escuta social que provoca esta tese. A experiência narrada no prólogo é motivação para a pesquisa e é também efeito do processo de constituição de quem a propõe, ao assumir, nas relações congruentes e contraditórias que a tudo enreda, os lugares de jornalista, professora e pesquisadora.

Para chegar até aqui, foi preciso *aprender* sobre o *agro* e sobre a Análise de Discurso, colocando em suspenso o que parecia estabilizado na formação de um comunicador, que emite mensagens para receptores. Na largada, então, a necessidade de romper com uma forma de ver a língua(gem) – como instrumento de comunicação – para a formular e a compreender de outro modo: “A linguagem serve para comunicar e não comunicar. As relações de língua são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados” (Orlandi, 2015a, p. 19-20).

O encontro com a Análise de Discurso, do francês Michel Pêcheux, trouxe a surpreendente definição de que o discurso “[...] não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (Pêcheux, [1969]² 2019, p. 39). Para a jornalista: novos sentidos. De emissor e receptor, A e B passaram a ser compreendidos como interlocutores, sujeitos em uma formação social que formulam, em determinadas condições sócio-históricas, e materializam discursivamente a ideologia. Sujeitos que são, ao mesmo tempo, individuais, universais e sociais (Henry, 2013). Sujeitos assujeitados, mas ardentes (Pêcheux, [1975] 2014a), que não emitem conteúdos, mas produzem efeitos de sentido – relações de possibilidade em uma formação discursiva, representando, na linguagem, as formações ideológicas que os dominam.

Em outras palavras, a língua deixou de ser tomada como um código para exprimir conteúdos sem equívocos e passou a ser pensada como “[...] a base comum de processos discursivos diferenciados” (Gadet; Pêcheux, [1977] 2015, p. 309), como um sistema, que tem um funcionamento nas práticas de linguagem, que se relaciona com as práticas sociais, e que anuncia o posicionamento do sujeito. E o discurso passou a ser estudado como a materialidade, no encontro entre o atual e a memória, no qual é possível observar a relação entre língua e ideologia (Pêcheux, [1975] 2014a).

Os sentidos deixaram de ser entendidos como transparentes e literais e passaram a ser compreendidos como funcionamentos determinados pelas formações ideológicas, pelas

²As citações que contemplam as obras de autoria de Michel Pêcheux serão sempre acompanhadas pelo ano de publicação da primeira edição.

posições, pelas formações discursivas nas quais se inscrevem, desmistificando a possibilidade de ler as entrelinhas ou as mensagens subliminares. Uma empreitada, primeiramente teórica, preparando para os desafios metodológicos/analíticos.

A dissertação de mestrado nos permitiu compreender que a campanha da *Rede Globo*, ao reforçar o slogan ‘Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo’, como um eco inesgotável (Pêcheux, [1983] 2015a), procura estabilizar uma nova imagem do campo apresentada como agro, em vias de relações de significação junto ao urbano. A empresa *Globo*, reconhecida e legitimada pelas relações de poder – dadas pelo status de ser o maior grupo midiático e com maior audiência do país –, produz um efeito de verdade orientando as interpretações dos sujeitos sobre o agro como sendo a indústria, a riqueza do país, o que move a vida dos brasileiros. Nos dizeres do projeto institucional, o agro engloba as relações do campo, da cidade, do trabalho e do consumo, em busca de um processo de identificação no qual tudo e todos são agro, levando ao público “[...] aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc.” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 148).

O projeto da *Rede Globo* está em circulação há mais de sete anos, com pequenos vídeos repetidos diariamente nos horários nobres da programação da emissora, alternando abordagens a cada quinze dias e constituindo um “[...] universo logicamente estabilizado (construído por um conjunto relativamente simples de argumentos, de predicados e de relações), que se pode descrever exaustivamente através de uma série de respostas unívocas a questões factuais [...]” (Pêcheux, [1983] 2015a, p. 22). Trata sobre as *commodities*, sobre o uso da tecnologia, os trabalhadores, os investimentos, e coloca-se a *ensinar* o que é, quem é, para o que serve e onde está o agro, sem que os interlocutores (os telespectadores) possam estabelecer uma participação direta com esse “aprendizado”.

Este movimento parece extrapolar a campanha midiática e incentivar o ativismo de *agroinfluencers* e de grupos liderados por mulheres que se intitulam *mulheres do agro*, como o *Agroligadas* (citado no prólogo desta tese), que se propõem a estabelecer uma relação entre educação e agro promovendo, segundo elas, a “interação” entre *quem ensina* e *quem aprende*, seja com tentativas de interferência nos ambientes escolares e/ou nas redes sociais digitais, frente à equivocidade do agro.

Pêcheux ([1975] 2014a, p. 77), recorrendo a Lênin, destaca que “[...] ‘a língua sempre vai onde o dente dói’ [...] o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há ‘alguma coisa por trás’, confirmando a não-resolução da questão”. Dizeres postos em relação, que provocam questionamentos, resultados de um mecanismo ideológico. O que é preciso ensinar sobre o agro? Por que é necessário aprender? Quem está autorizado a ensinar? Quem

deve aprender? Como se dão esses processos de identificação? O que os determinam? Que sentidos se apresentam, segundo as posições em jogo?

Nesta compreensão, queremos retomar os sentidos postos pela epígrafe do nosso texto, pois nessa ‘alguma coisa por trás’, referida por Pêcheux, estão as “[...] coisas-a-saber [...]” (Pêcheux, [1983] 2015a, p. 34-35), que arriscam a felicidade do pragmatismo exercitado pelo agronegócio, que as análises buscam desnudar, ao descrever as condições de produção, os sintomas³ e os atos (que poderiam ser ou não ser), que, esbarrando sempre no real da língua e da história, “[...] ninguém pode ignorar a lei [...]” (*Ibid.*), uma vez que o real é impiadoso.

Com esse gesto, retomamos a história que se coloca na conjuntura de um Brasil de polarizações, no qual as formulações ‘agronegócio’/‘agro’ funcionam por condições contraditórias, marcadas pelo (des)encontro entre sujeitos e sistema. Essa (dis)junção faz-se em dizeres das ruas – “o agronegócio é o veneno que nos empurram”, “são os que ficam cada vez mais ricos”, “é a destruição da natureza” etc. –, que circulam como contraponto a dizeres como: “o agro sustenta o Brasil”, “é a garantia do alimento na mesa dos brasileiros”, “é o uso consciente das vastas áreas disponíveis no país” etc.

Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2007, p. 18, grifo dos autores) explicam que “[...] *as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam*”, ou seja, conforme Orlandi (2017a, p. 151-152), “[...] os sentidos não são os mesmos para sujeitos diferentes. Esta é uma ilusão que chamamos de ilusão referencial. Não há relação direta entre a palavra e a coisa, o que há é a construção discursiva do referente”. Na nossa compreensão, são contradições ideológicas, circulação-confronto de formulações (Pêcheux, [1983] 2015a) constituídas pelas relações contraditórias que os processos discursivos mantêm entre si, visto que

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente ‘evidentes’ – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – [...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 147, grifo do autor).

Confronto posto. Relações de força. Luta de classes. Embate discursivo. Tomadas de posição. Pluralidade de filiações sócio-históricas. Guerra ideológica. É, conforme Althusser

³Tomamos a noção de sintoma pelo modo como a descreve a Psicanálise freudo-lacaniana: o sintoma é uma formação inconsciente que faz irrupção metafórica recorrente na cadeia significante. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282012000100004. Acesso em: 28 abr. 2024.

(1999, p. 202, grifos do autor), a ideologia fornecendo aos sujeitos as mais imediatas evidências, na relação imaginária desses sujeitos, com as relações reais sob as quais vivem, porque “[...] os indivíduos concretos ‘funcionam’ e é a ideologia que os ‘leva na conversa’”.

Os sentidos possíveis e em circulação fazem-se insuportáveis, quando estamos diante de uma “guerra ideológica [...] contra tudo o que resiste” (Pêcheux, [1979] 2015b, p. 73). Na trincheira, ao reconhecer que o sentido de ‘agronegócio/agro’ se abre à movência, faz-se necessário domar, pela didatização, “[...] a tensão constante com o que *poderia ser* [...] [ou não ser]” (Orlandi, 2006, p. 137, grifo da autora), produzindo um efeito discursivo de dominância e contendo a polissemia. Nessa direção, o que *poderia não ser* diz da especificidade do agronegócio, que quer conter/inviabilizar, pela educação, os sentidos que não quer ver atribuídos a ele, ou seja, aquilo que o agronegócio tenta não parecer ser, constituindo, desse modo, um imaginário de salvação, no qual a sociedade brasileira deve embarcar. São, pois, essas ilusões, travestidas de estratégia, que nos interessam compreender, visto que, nesse espaço de litígio, sujeitos autorizam-se a dizer ‘verdades’ para quem ‘precisa aprender’, uma vez que assumem lugares na estrutura social, que lhes garantem a ilusão de total autonomia. Althusser (1999, p. 207) explica que, pelo funcionamento prático da ideologia, “[...] todo sujeito, dotado de uma consciência e acreditando nas ideias que sua consciência lhe inspira ou aceita livremente, deve ‘agir segundo suas ideias’”.

Ao longo da história do Brasil, diferentes sujeitos produzem formulações acerca desse setor econômico e social, abarcando diversas instâncias do político nessas relações de força. São discursos de constituição de uma classe dominante, que configuram lugares em que se materializa uma elite e que legitima sentidos para o exercício dos jogos de poder. Com Orlandi (1998, p. 74) assumimos que o político “[...] compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história”.

Voltamos a atenção para o que é dito por aqueles que sustentam posições dominantes na luta de classes, condicionando vidas e determinando as decisões sociais, econômicas e políticas. Contudo, ressalvamos, conforme Pêcheux ([1975] 2014a), que não há dominação sem resistência, visto que as formações sociais, segundo Althusser (1999), dependem de um modo de produção e do poder exercido pela classe dominante, ao qual a classe dominada não fica inerte, uma vez que exerce um indispensável impacto nas sociedades, marcando essas lutas como movimentos que nunca se acabam. Orlandi (2014, p. 151) explica que em nossa formação social, o que temos são relações de poder simbolizadas, constituídas pela ideologia. “Mais

diretamente: só há poder porque há ideologia em funcionamento e é daí que o poder tira seu sentido e sua força”.

Nessa direção, este trabalho visa compreender os processos de significação da atividade agropecuária, que constroem um imaginário para o agro, produzindo o efeito de uma evidência, de uma concordância entre essas classes, mas, por se constituírem por interesses distintos, sob o manto da aparência, é possível antever um permanente litígio. Trata-se, então, de uma leitura do que está e do que escapa, colocando sentidos em relação, de modo a produzir não o fechamento de questões, mas gestos de contribuição acerca do funcionamento dos dizeres do/sobre o agro na formação social brasileira. Em outras palavras, esse estudo visa dar visibilidade à constituição, formulação e circulação de discursos, com seus efeitos de sentido (Pêcheux, [1969] 2019), em uma luta para instituir/manter/ampliar o poder.

Para isso, faz-se necessário trilhar por processos, por encadeamentos intradiscursivos, pelo fio do discurso – o que é dito agora, aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, em relação com o que é dito em outro lugar e de outro modo, ao que foi dito antes e ao que será dito depois, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito (Pêcheux, [1975] 2014a; [1983] 2015a) – e os seus deslocamentos, reformulações, repetições interferindo, conectando, constituindo e sendo constituídos nas ordens política e social.

Propomos um recuo ao que faz eco e ao que está presente, pela historicidade, nessas formas de dizer, considerando conforme Gadet e Pêcheux ([1981] 2004), o simbólico (da ordem da linguagem e constitutivo dos sujeitos), o imaginário (lugar das projeções) e o real da língua e da história (estatutos do impossível, do que não é dito, mas se inscreve no dizer, do que não se transmite, mas existe produzindo efeitos). Não há a pretensão de que este seja um trabalho que conte *A História* da agropecuária no Brasil, porque a Análise de Discurso toma a história “[...] como uma disciplina de interpretação [...]” (Pêcheux, [1983] 2015a, p. 42), em sua incompletude, nos gestos interpretativos inscritos na língua, e na relação com os processos ideológicos. Dessa forma, assumimos a constatação de Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2007, p. 20, grifo dos autores) que destacam que “[...] *o laço que une as significações de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações*”.

Observar os aspectos históricos e sociais é olhar para o que direciona/produz sentido, explicitando e descrevendo “[...] montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados [...]” (Pêcheux, [1983] 2015a, p. 60), uma vez que é pela materialidade dos processos discursivos que se pode compreender o trabalho da ideologia, da memória discursiva.

Nesse entendimento, vemos em funcionamento os diferentes vieses da história, que possibilitam lugares de interpretação e, conseqüentemente, de movência dos sentidos. Em outras palavras, são filiações à memória do dizer que acionam as redes de significação, materializadas em posições-sujeito, ou seja, em tomadas de posição que traduzem processos de identificação.

Esse funcionamento, que faz acionar a memória na atualidade, é denominado por Pêcheux ([1983] 2015a, p. 16) como *acontecimento discursivo*. Para formulá-lo, o autor vale-se do resultado das eleições de 1981, na França, quando as pessoas gritavam, em uníssono, “On a gagné” [“Ganhamos”], para comemorar a vitória de François Mitterrand ao governo. Esse acontecimento, que produz um “[...] ponto de encontro de uma atualidade e uma memória [...]”, faz com que o autor questione: quem ganhou, na verdade? Em realidade? Além das aparências? Face à história? Com esses questionamentos, o autor perguntava pela esquerda, o Partido Comunista Francês, que comemorava a ascensão ao poder de um candidato de centro-esquerda à Presidência da República Francesa.

Nesse gesto, Pêcheux põe em relação o acontecimento, a estrutura e, no interior da Análise do Discurso, a tensão posta entre descrição e interpretação. Com essa compreensão, tomamos como acontecimento discursivo todo o processo que faz falar uma memória, que, no nosso caso, diz da relação constitutiva da memória com os modos de instalação e institucionalização do agronegócio.

A Análise de Discurso é um dispositivo de interpretação, que nos permite, conforme Orlandi (2020), ouvir para além das evidências, buscar os vestígios dos sentidos possíveis e significar um estado de mundo. Trabalhar com/sobre os ‘sentidos possíveis’ é considerar, com Pêcheux ([1975] 2014a, p. 151), “[...] a relação de possibilidades de substituição [por equivalência (substituição simétrica) ou por implicação (substituição orientada)] entre elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva dada”. É, pois, esse funcionamento que pretendemos dar visibilidade acerca do agronegócio, que, permanentemente, realiza a mesma prática, mas que, pelo processo de substituição/denominação de uma palavra por outra, aparenta produzir mudanças, como mostraremos em nossas análises.

Cabe ao analista do discurso examinar a determinação histórica dos processos de significação, as relações de sentido, como a linguagem está funcionando em determinadas condições e como certa interpretação foi produzida. Estas condições são, conforme Pêcheux ([1969] 2015a; [1973] 2015c), as circunstâncias de um discurso, as condições de produção de um efeito, propriedades relativas aos sujeitos em interlocução, pelos lugares sustentados por eles em uma estrutura social, uma relação constitutiva da língua com a exterioridade. Orlandi

(2015a) considera as condições de produção em sentido estrito (contexto imediato, circunstâncias da enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico e ideológico).

Léon e Pêcheux ([1982] 2015, p. 164) destacam que “[...] o historiador dos textos e das mentalidades, por exemplo, não conhece de antemão, normalmente, a resposta às questões que ele se coloca, caso contrário, muito provavelmente, a pesquisa não teria nenhum interesse para ele”. Assim, o arquivo empírico desta tese foi composto por documentos oficiais, livros, reportagens, propagandas e postagens em *sites* e em redes sociais que fizessem referências às atividades agropecuárias brasileiras – desde o *achamento* do Brasil até os dias atuais – e que nos possibilitassem a comparação, a observação das correspondências, mudanças, distorções, retrospecções, antecipações.

Esse movimento permitiu-nos constituir um *corpus* analítico/discursivo, representativo de um certo estado das condições de produção, no qual palavras-chave (Pêcheux; Wesseliuss, [1973] 1976), pistas, foram fundamentais na definição de entradas de tratamento. Observadas as recorrências, selecionamos e recortamos um “[...] conjunto de sequências discursivas estruturado segundo um plano definido em relação a certo estado das CPs [condições de produção] do discurso” (Courtine, 2014, p. 54), a partir das marcas que se foram impondo frente à questão da produção de sentidos para o agronegócio brasileiro.

Ao elegermos as sequências discursivas, adotamos, com Orlandi (1984, p. 16), a noção de recorte, que se trata de um “[...] naco, pedaço, fragmento. Não é segmento mensurável em sua linearidade”, é uma unidade discursiva, que correlaciona linguagem e situação, e cujo critério de seleção pode variar segundo os tipos de discursos, a configuração das condições de produção, o objetivo e o alcance da análise. Assim, privilegiamos esse ou aquele elemento pertinente para a significação e as relações textuais, estabelecendo um começo, um lugar na incompletude, pois, conforme Ernst (2009), recortamos a partir do que é dito demais (excesso), do que é dito de menos (falta) e do que parece não caber ser dito (estranhamento). Desse modo, o gesto de recortar realiza-se pelas vias possíveis de identificação desses elementos (excesso, falta, estranhamento), que permitem desenvolver os procedimentos de análise.

Courtine (2016, p. 15) afirma que para o trabalho com processos discursivos, que materializam o contato entre o ideológico e o linguístico, é indispensável uma “montagem instrumental”, “uma condição de explicação”, que deve ser pensada na sua especificidade:

[...] se trata de manter a análise linguística, da qual certos procedimentos – notadamente sintáticos – fornecem a linguagem de descrição e a técnica de manipulação de sequências discursivas, e, por outro lado, a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso. E com

isso levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, que produz seu lugar de proposições teóricas.

A partir daí, definimos um percurso, um caminho, que já abarca em si gestos de interpretação, processos de significação, uma vez que o conjunto de elementos do *corpus*, na forma de sequências discursivas, permite pela análise intradiscursiva, que passemos ao funcionamento ideológico, ao interdiscursivo, à exterioridade que atravessa todo dizer e que corresponde, nos domínios da memória, às formulações pré-existentes, que funcionam, tanto pela lembrança quanto pelo esquecimento, como já-ditos.

Para esse trajeto, é necessário, conforme Lima⁴ (1990, p. 21), pinçar o fio discursivo, que não é linear, mas que é “[...] produto do entrelaçamento de vários pedaços de fios introduzidos em diferentes momentos, interrompidos, relançados [...]”, para tecer uma trama e apresentar novos/outros entendimentos. A trama dessa tese foi, então, organizada em quatro capítulos, levando em conta a situação, a memória e os sujeitos, conforme Orlandi (2017a).

Iniciamos em busca dos sentidos sobre a constituição da atividade agropecuária no Brasil, olhando para os períodos colonial e imperial, que, por uma mirada europeia, materializa-se em recortes da *Carta de Achamento do Brasil*, escrita por Pero Vaz de Caminha; recortes do livro a *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes sob o Governo de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*, escrito por Gaspar Barléu; do Alvará assinado pela rainha de Portugal, Maria I, proibindo as fábricas e manufaturas no Brasil; da enciclopédia *O Fazendeiro do Brasil*, organizada por frei Veloso, e do periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, publicado pela Sociedade Auxiliadora Nacional.

No segundo capítulo, trabalhamos sobre o processo de nacionalização da agricultura pelo discurso técnico/científico, cujos recortes foram agrupados pelo excesso e pela recorrência de dizeres sobre a falta (de conhecimentos práticos e teóricos sobre a atividade agropecuária), que gerou a necessidade de criação de instituições de ensino e pesquisa.

A dominação do agronegócio nos espaços de poder político é a questão abordada na terceira parte, analisando, sobretudo, depoimentos de lideranças do setor, que foram publicados no livro *A história da Bancada Ruralista: personagens e fatos que tornaram a Frente Parlamentar da Agropecuária protagonista do sucesso do agronegócio brasileiro*, escrito pelo jornalista Vinícius Tavares. E, chegando aos dias atuais, buscamos compreender, no quarto

⁴Michel Pêcheux teve alguns orientandos ao longo da sua trajetória acadêmica, entre eles, está a brasileira Maria Emilia Amarante Torres Lima, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, que defendeu, em 1983, a tese de doutorado sobre os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas (Souza, 2021).

capítulo, a presença feminina no agro, a constituição de um espaço social e a busca pelo poder a partir de estratégias de educação.

Apesar do fundador da Análise de Discurso ir à contramão das determinações positivistas de ciência, parece-nos necessário descrever os princípios que nortearam o nosso movimento analítico, que se fez no processo de leitura, de análise, de descrição e de interpretação das sequências discursivas. Desse modo, foram nos recortes e em suas análises – tomados por suas condições de produção, que se materializaram, no texto, pelas recorrências, pelas marcas e pelas pistas do dizer – que se buscou dar visibilidade aos modos de instalação e de manutenção do poder pelo agronegócio.

Nessa escritura, adotamos a fonte *Times News Roman*, tamanho 12 em toda a tese e, como prescreve a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as citações permaneceram com a mesma fonte e tamanho, quando no corpo do texto, e com tamanho diferente (11), quando colocada no recuo. Contudo, para diferenciar as citações dos recortes analíticos (sequências discursivas), optamos por grafá-los com fonte *Arial*, tamanho 11, dando destaque, em negrito, para as marcas discursivas enfatizadas pelas análises.

Desse modo, a análise aqui desenvolvida visa compreender o *corpus*, a partir dos princípios teóricos da Análise de Discurso, que foram mobilizados segundo as imposições ditadas pelos próprios recortes. São, pois, os objetivos de cada análise, em consonância com o método e os procedimentos, que traçam o caminho a ser percorrido e que “[...] não visa a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (Orlandi, 2015a, p. 63). Nesse gesto, fazemos a passagem do que é da ordem da superficialidade linguística para a do objeto discursivo, que considera as condições de produção e os atravessamentos ideológicos que as constituem.

Nesses modos de analisar, instala-se, então, o propósito desse estudo: dar a ver os efeitos de sentido produzidos pelo agronegócio, especialmente pelo processo de denominação, na tentativa de constituir, manter e ampliar o poder.

CAPÍTULO I

OS SENTIDOS DE CONSTITUIÇÃO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO BRASIL

Não convivemos com os índios que aqui estavam quando Pero Vaz de Caminha escreveu a *Carta de Achamento do Brasil*, endereçada ao rei de Portugal, em 1500. Se os tivéssemos conhecido, inevitavelmente lhes atribuiríamos sentidos, distintos dos que produzimos hoje, em movimentos de interpretação, em determinadas *condições de produção* e no jogo das *formações ideológicas*. Também não convivemos com a elite colonial, a burguesia rural, os donatários das capitâneas hereditárias, os responsáveis pelas sesmarias, os senhores de engenho, os coronéis, os portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, alemães... No que nos contam documentos, historiadores, filósofos, linguistas, jornalistas sobre a história das grandes propriedades rurais vemos gestos que se abrem e funcionam em diferentes possibilidades de significação, que se constituem sempre em relações de força e poder, no jogo das *versões* (Orlandi, 2020), uma vez que *todo fato já é uma interpretação* (Pêcheux, [1983] 2015a).

Antes de os portugueses oficializarem o Brasil como sua colônia, muitas pessoas aqui já viviam em aldeias autônomas. Grupos com níveis de desenvolvimento tecnológico variados, alguns caçadores, extrativistas, outros conhecedores das propriedades medicinais de espécies vegetais e da agricultura, cultivando terras, inclusive irrigadas.

O macro grupo Tupi-Guarani, por exemplo, mantinha sob seu controle, conforme nos conta Caldeira (2017), a maior parte das terras férteis no interior do continente, sendo responsável pela domesticação de cultivares como milho, mandioca, tabaco e algodão. Com diversos grupos nômades, conflitos eram inevitáveis e, por isso, esses povos tinham sistemas agrícolas de boa produtividade e produziam não apenas o necessário para sobreviver, mas o suficiente para manterem estoques de segurança alimentar. Um excedente era guardado estrategicamente para, em tempos de conflitos, manter esses grupos abastecidos, além de suprir convidados de grupos aliados, quando em celebrações de rituais importantes.

Os campos eram cultivados por tempos provisórios e, quando a fertilidade do solo diminuía, era hora de buscar outros terrenos – o que aponta que o modo de fazer agrícola já tinha como característica a saturação do uso da terra. Segundo Caldeira (2017), os homens ocupavam-se de abrir clareiras, plantar e caçar, enquanto as mulheres cuidavam da roça, do preparo dos alimentos e da distribuição daquilo que produziam, de modo que todo o trabalho marcava-se por conciliar a abundância material e a igualdade social, garantindo a eficiência

máxima da distribuição. Quando havia folga de excedentes, organizavam-se grandes festas rituais.

A vida de relativa abundância dos Tupi-Guarani opunha-se à situação da Europa, onde havia falta de produtos agrícolas e de matérias-primas, além da preocupação com conflitos, com a expansão territorial, com o domínio das rotas marítimas e com o comércio internacional. Conforme Amaral (1958, p. 11), o expansionismo náutico, na época, não era determinado pela necessidade de mercados de consumo, mas pelos de compra. “[...] o que a Europa reclamava eram o algodão, as drogas, as sedas, as especiarias, os perfumes, as madeiras, o açúcar, o trigo [...]”.

O efeito de fartura dos índios do Brasil viu-se ameaçado quando receberam visitantes inesperados, em abril de 1500, com embarcações portuguesas fundeando na costa brasileira. Pêro Vaz de Caminha era um dos europeus a bordo e, em Porto Seguro, escreveu uma carta⁵ endereçada ao rei de Portugal, Dom Manuel. O pioneiro relato escrito é muitas vezes apresentado como a certidão de nascimento do Brasil, “[...] o discurso da descoberta (de lá pra cá) e o da origem (daqui pra cá) [...]” (Orlandi, 1990, p. 8), oficializando o início de uma história de colonização, de apropriação.

Os enunciados, abaixo, recortados da *Carta al-Rei Dom Manuel sobre o Achamento do Brasil* (conforme a denomina Caminha) – que implica em um achamento de algo para alguém, um gesto que, por si só, encerra e determina sentidos para o dono dessas novas terras –, são apresentados e postos em relação para observarmos o funcionamento das marcas que destinam as terras achadas ao rei de Portugal: ‘vossa terra nova’, ‘nesta vossa terra’ e ‘vossa ilha’:

SENHOR, posto que o capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta **vossa terra nova**, que se ora nesta navegação achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que para o bem contar e falar o saiba pior que todos fazer [...] (Guerreiro; Nunes, 1974, p. 31).

E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que **nesta vossa terra** vi (Guerreiro; Nunes, 1974, p. 83).

⁵A *Carta de Achamento do Brasil* é pensada como o primeiro meio de divulgação “das coisas daqui e de lá”, em que são abordadas questões como lavrar a terra e produzir alimentos, partindo de um movimento analítico realizado na dissertação de mestrado (Costa, 2019a) e, posteriormente, publicado em artigo (Oliveira; Costa, 2020).

Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro, da **vossa ilha** da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de Maio de 1500 (Guerreiro; Nunes, 1974, p. 84).

Nesses funcionamentos, que trazem a relação da terra como território pertencente ao rei, a nova propriedade achada é assentida, oficializada, por um documento escrito (a carta), que produz o efeito de se colocar como a ‘certidão de nascimento’ de um trecho demarcado como sendo de propriedade do rei, como se não houvesse aqui habitantes, donos e produtores dessas terras. É pela palavra escrita que a posse do território se oficializa, pois a terra destinada como ‘vossa’ torna dono o rei de Portugal, que não a viu, que não sabe o que tem nela, que desconhece seus habitantes.

A terra não é ‘nossa’, a terra não é do navegante que a encontrou e nem do portador da boa nova, porque nem Caminha (que escreve a carta) e nem algum outro português das embarcações pode-se adonar e incluir-se nesse dizer, uma vez que esses homens lançaram-se ao mar e às incertezas em buscas de novas terras para um mandatário, o rei de Portugal. Desse modo, a terra encontrada não tem dono, não é do índio, não é de qualquer povo originário, pois os mapas dos ocupadores de terra não a reconhecem e nem a seus donos, mas declaram, ao avistá-la, que ela pertence à ‘vossa’ alteza, à coroa portuguesa, que é quem detém, a partir do achamento, o poder sobre a terra.

Nesse entendimento, o achado é uma ‘terra’, uma ‘ilha’, um espaço, um domínio, um bem, uma propriedade, que Caminha sequer cogita haver outro(s) dono(s) daquele território, pondo em funcionamento, no seu gesto mesmo de escrever, uma ideologia que determina “[...] o que é e o que deve ser [...]” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 146). A formação sócio-histórica monárquica, a submissão à coroa portuguesa e à ideologia que a constitui é o que determina a forma como a sociedade se organizava nas relações de poder e o que interpela o dizer de Caminha autorizando-lhe apenas uma direção de sentidos: a de que a terra tem um dono, aquele que determinou que os navegadores a encontrassem e que lhe dessem a propriedade – ‘vossa terra nova’, ‘nessa vossa terra’, ‘vossa ilha’.

Todas as terras encontradas eram bens da coroa, assim, os habitantes e as riquezas naturais dessas regiões passavam a ser uma propriedade do descobridor, ou seja, pertenciam à vossa alteza, o rei de Portugal. Na corrida pela ampliação de mercados e de rotas marítimas, firmar um novo território era um exercício de poder. Assim, ao escrever a carta ao rei de Portugal dando conta do achamento de terras, Caminha produz sentidos que fazem relação com outros discursos, com já-ditos portugueses, europeus, e, pela determinação histórica dos processos de significação, inscreve-se nos pré-construídos do interdiscursivo, produzindo

efeitos de sentidos acerca dos direitos à propriedade, mesmo que essas terras já fossem habitadas.

Pêcheux ([1975] 2014a, p. 101), discorrendo sobre o funcionamento do pré-construído, chama de *efeito de sustentação* a articulação entre as proposições existentes, aquilo “[...] que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base”, constituindo uma espécie de retorno de um saber no pensamento. Daí Caminha não cogitar os habitantes da terra (os indígenas) e considerar que o território achado só tinha um único dono, o Rei de Portugal. Essa articulação e esse processo de sustentação estão em relação, conforme Pêcheux ([1975] 2014a, p. 153-154), com o discurso-transverso, um efeito de incidência do interdiscurso no intradiscurso, que “[...] atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído [...]”.

Frente ao poder do colonizador, os índios não puderam reclamar a terra para si, apesar das tentativas de resistência. Portugueses, ingleses, franceses, holandeses negociaram/tomaram para si regiões brasileiras para atender suas necessidades. São sentidos fundacionais que continuam a produzir seus efeitos, uma vez que, embates sobre a delimitação de terras indígenas ainda são, no século XXI, uma questão regida por interesses econômicos. O vasto território brasileiro serve-se aos interesses dos mercados internacionais e a fragilidade da posse da terra pelos brasileiros é escancarada quando lideranças internacionais relativizam, sob a justificativa da má gestão dos recursos disponíveis, a soberania brasileira sobre a região da Amazônia, que está em território brasileiro, tornando possíveis formulações de representantes do poder no Brasil como: “Ocupar para não entregar” (Governo Militar), “A Amazônia é nossa” (presidente Jair Messias Bolsonaro) e “A Amazônia será o que nós quisermos que ela seja” (presidente Luiz Inácio Lula da Silva)⁶. Esses modos reiterados de um país dono da terra, mostram os sentidos possíveis para a Amazônia como um território cuja posse não é garantida ao Brasil.

Tomado pelos efeitos do discurso econômico vigente, no século XVI, Caminha observa o que esta terra pode render à coroa, a partir do que para ele já era conhecido: um sistema de extração predatória⁷ de riquezas das colônias para abastecimento da Europa e do comércio intercontinental. Assim, o escrevente avalia as possibilidades do que a nova terra pode servir à coroa:

⁶Aqui, não levaremos em consideração o caráter discursivo das formulações citadas, o que propiciaria a empreitada em um novo trabalho de pesquisa. Servem apenas para ilustrar a necessidade de afirmação sobre a posse do território, que continua a produzir efeitos.

⁷Compreendemos o processo de colonização como predatório, porque os portugueses retiravam das terras colonizadas toda a riqueza que elas produziam (madeira, água, minérios, pedras preciosas etc.) não para enriquecer a terra encontrada, mas para recuperar a economia portuguesa.

Eles não lavram nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma animaria, que costumada seja ao viver dos homens; nem comem senão desse inhame que aqui há muito e dessa semente e frutitos que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos **nós** tanto com quanto trigo e legumes comemos (Guerreiro; Nunes, 1974, p. 75).

Nela até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem de ferro; nem lho vimos. A terra, porém, em si, é de muitos bons ares, assim frios e temperados como os d'Antre Doiro e Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, **querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo** por bem das águas que tem (Guerreiro; Nunes, 1974, p. 82).

Os enunciados assinalam a preocupação com a garantia de alimentos, com qualidade e em abundância, e com a extração de minérios. Se ao indicar a posse da terra, Caminha refere-se ao 'vossa', agora, para descrever o que encontrou no Brasil, inclui-se entre os portugueses, frente aos brasileiros. As marcas no dizer materializam-se pelo emprego distintivo de um 'eles' – os índios – e um 'nós' – os portugueses, que produzem efeitos de separação, mediados pela capacidade de produção agropecuária, pois, como se pode observar, diferentemente de 'nós' (portugueses), 'eles' (os habitantes locais, os índios) 'não lavram nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma animaria'.

O povo nativo é descrito por um recorrente movimento de negação, no qual a relação entre o país colonizador, Portugal, e a colônia, Brasil, assenta-se na atividade agropecuária, que, 'costumada seja ao viver dos homens [portugueses]' diferencia-se dos habitantes locais, que não lavram e que não criam. Contudo, no processo de negar os afazeres dos índios quanto ao cultivo da terra e da criação de animais, Caminha produz um reconhecimento do vigor e da robustez, quando afirma que eles são 'tão rijos e tão nédios, que o não somos nós [portugueses] tanto com quanto trigo e legumes comemos', ou seja, os portugueses que lavram, que criam e que comem trigo e legumes, são mirrados se comparados aos índios brasileiros, que, mesmo não lavrando, não criando, comendo inhame, sementes e frutas, possuem corpos vigorosos e lustrosos.

No dizer apologético do homem europeu que, culturalmente, lavra a terra e cria animais, o escrivão produz efeitos de civilidade para esse 'nós' em detrimento de sua falta nesse 'eles'. No entanto, o seu dizer, apressado em dar a boa nova ao rei de Portugal, antecipou, pelo funcionamento das formações imaginárias – projeções que "[...] estabelecem relações entre as

situações (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)”, conforme Pêcheux ([1969] 2019, p. 39) – informações que se provaram improcedentes, pois os índios podiam, caçar e pescar com arcos e flechas, plantar milho, feijão, abóbora e mandioca com ferramentas de pedra e madeira. Assim, a atividade agrícola desenvolvida pelos índios foi relegada por Caminha, por não seguir os civilizados moldes europeus e por não ser uma produção mercadológica. Esses dizeres colocam em circulação sentidos que, conforme formula Orlandi (2015a, p. 30), vêm “[...] pela história, que não pede[m] licença, que [vêm] pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali [...]”.

Caminha produz discursos frente às expectativas da Coroa, atravessado por sentidos constituídos nos modos econômicos e históricos de instalação do povo europeu. Seu dizer sustenta-se em uma formação discursiva – “[...] a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, [que] determina *o que pode e deve ser dito*” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 147, grifos do autor) –, que alia os modos de produção dos bens de consumo ao progresso e aos rendimentos, enquanto o modo de constituição dos povos indígenas distanciava-se diametralmente dessa formação discursiva, uma vez que as suas inscrições sustentavam-se em retirar da natureza apenas o necessário ao sustento.

Ao fechar o movimento comparativo, Caminha volta-se ao rei apresentando uma possibilidade: ‘E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem’. Nesta sequência, o poder de decisão é do rei, que pode explorar a terra também para a produção agrícola, pois ‘querendo-a aproveitar’, ‘dar-se-á nela tudo’, em razão ‘das águas que tem’. Ou seja, a nova terra tem solo fértil e irrigado pela quantidade de água, então, está aberta também ao plantio de quaisquer espécies. Enfraquecem-se, assim, os sentidos de atividade agrícola de subsistência, como eram para os índios, sucumbindo ao poder da classe dominante (aqui, os europeus) e forjando sentidos de uma produção em larga escala, para atender ao mercado.

É interessante observar que o dizer de Caminha, parafraseado, no Brasil, como a terra “em que se plantando tudo dá”, sofre um apagamento da condicionante para essa produção – ‘por bem das águas que tem’ –, pois em um país de vocação agrícola e sem preocupação histórica com o ambiente, ditado pelo próprio processo de colonização, o silenciamento é efeito dessa abundância dos mananciais, observada por Caminha em razão da escassez do recurso em terras europeias. Esse apagamento histórico da necessidade de preservação das águas como condição para a atividade agropecuária brasileira produz efeitos devastadores na atualidade.

O modo de formular de Caminha instala uma característica que passa a ser intrínseca à formação nacional brasileira e a direcionar sentidos sobre/para o Brasil: o de se colocar na posição de fornecedor de matérias-primas em qualidade e abundância. O escrivão português, determinado por processos de significação, não formula a possibilidade de o Brasil ser um território para manufatura. São sentidos que ainda hoje produzem seus efeitos, pois o que de melhor é produzido aqui serve à exportação e responde aos anseios das indústrias estrangeiras⁸.

Recorrendo à Orlandi (1993, p. 14), as formulações de Caminha são a versão que ficou, são enunciados que ecoam, reverberam efeitos em nosso dia-a-dia, em nossa identidade histórica. A versão que ficou de um país gigante, pródigo e propício ao desenvolvimento da atividade agropecuária. “[...] Terra pródiga. Gigante pela própria natureza. Mas mal administrada, pilhada há séculos e que embora seja explorada continuamente não se esgota [...]”.

Apesar do indicativo da capacidade produtiva das terras brasileiras, até que a agricultura se desenvolvesse por aqui, o extrativismo foi imposto como atividade econômica inicial do novo território da coroa portuguesa. Retirar o que aqui estava disponível, utilizando mão de obra indígena e praticando o escambo, era a melhor opção para os europeus. Conforme Tauil (2016), para a agricultura tornar-se lucrativa no Brasil, seria necessário plantar e colher grandes quantidades de matéria-prima, o que se tornava inviável devido ao alto custo de manter instalações em um continente tão distante, somado ao gasto de envio dos produtos produzidos no Brasil para a Europa. Além disso, a coroa portuguesa possuía outras conquistas ultramarinas na África e na Ásia para administrar, assim, pouco sobrava para dedicar ao Brasil. Eram necessários recursos e pessoas e, na falta desses, a retirada de Pau-brasil⁹ manteve-se como atividade principal.

Por três décadas, incursões europeias abarcaram nas terras brasileiras, encontrando uma sociedade indígena para a qual os escravos não tinham valor como mercadoria, mas cujas ferramentas agradavam por facilitar as tarefas na aldeia, frente aos utensílios de pedra utilizados

⁸Cabe ressaltar que o processo de industrialização mundial ocorrerá apenas no século XVIII, mas os sucessivos ciclos de Pau-brasil, açúcar, algodão, minerais, café, soja e milho sempre funcionaram como fornecedores de matérias-primas brasileiras a serem transformadas em produto final para comercialização em outras nações.

⁹Destacamos, de passagem, a importância do Pau-brasil para a constituição da história do país, uma vez que essa matéria-prima, além de lhe dar um nome e um adjetivo pátrio, é transformada em um produto, por meio de instrumentos técnicos determinados, visando ao atendimento de uma demanda, constituindo-se como uma prática técnica. Nesse processo, temos o funcionamento do Materialismo Histórico, pois o conjunto compreendido que define uma prática técnica é a matéria-prima (Pau-brasil) a qual ela se aplica, através de instrumentos desenvolvidos pelo trabalho humano, implicando em um produto técnico. Essa correlação é extensiva às disputas de poder pelo agronegócio, pois nele quem detém os instrumentos de trabalho e os meios de produção, detém também o poder e a força de negociação. Essas considerações são relevantes e demandam uma outra pesquisa.

até então. Caldeira (2017) aponta que franceses, espanhóis e portugueses dispersavam-se pelo litoral brasileiro firmando-se como intermediários, recebendo e armazenando objetos de ferro trazidos dos portos europeus e que eram usados na troca por Pau-brasil. Os índios passaram a utilizar tecnologias de ferro importadas e a produzir excedentes regulares de madeira para as trocas com os europeus. Um único navio podia transportar até cinco mil toras de Pau-brasil e os trabalhos de corte e transporte de madeira viraram contínuos entre as chegadas das embarcações.

No Brasil, um dispositivo governamental ainda não havia sido instituído, a não ser a autoridade dos chefes indígenas, cujo poder se restringia ao seu próprio povo. Por esse motivo, em Portugal, conselheiros da coroa convenceram o rei a destinar as explorações à iniciativa privada, porque os portugueses enfrentavam uma crise na agricultura, devido às dificuldades com o clima, e reclamavam dos custos com as navegações à Índia, que não rendiam o previsto. Somavam-se a isso, os boatos sobre a existência de minerais preciosos no território brasileiro e o medo de perder as terras e os negócios para desbravadores de outras coroas.

O território foi dividido em 15 capitanias sob responsabilidade de 12 donatários, que tinham autoridade e o direito de as utilizar, podendo passá-las a seus herdeiros. A coroa eximia-se do ônus de se ocupar de tal atividade, mas não do ganho. Os títulos começaram a ser distribuídos, em 1534, para amigos do rei, tesoureiros, altos funcionários do tesouro, empreendedores, que tinham o objetivo de fazer fortunas explorando os recursos naturais disponíveis e que poderiam criar vilas e escravizar nativos, ficando isentos de alguns impostos, entre eles, os que incidiam sobre o comércio de Pau-brasil. Deveriam ocupar as terras, investir e viabilizar atividades lucrativas, que assegurassem uma renda para o tesouro português a partir de tributos e atividades produtivas. Nesses modos de exploração da terra, os donatários não eram considerados invasores, uma vez que tomavam posse do território com autorização do rei, enquanto o dono da terra.

O poder na colônia era exercido pela nobreza (os donatários) e pelo clero, em razão de os nobres serem escolhidos pelo rei e o processo de colonização ser fortemente marcado pela presença da Igreja. A coroa, para manter a apropriação sobre a terra, necessitava de muitos mediadores. Os padres, dispendo da tecnologia da catequese, faziam uma espécie de administração compartilhada, juntamente com os donatários, que criava a ilusão de uma homogeneidade logicamente estabilizada, cruzando, sem dar-se a ver, o religioso com o político.

Contudo, Caldeira (2017) destaca que, por diferentes motivos – entre eles conflitos com indígenas e com franceses aliados aos índios – algumas capitanias ficaram abandonadas;

outras fizeram alianças que possibilitaram a retirada de Pau-brasil por negociadores franceses, e em outras houve investimento em terras férteis para plantio de algodão e de cana de açúcar, com a conseqüente instalação de engenhos. Ainda que a posse das terras fosse concedida pela coroa portuguesa aos seus escolhidos, a atitude dos donatários de negociarem com franceses demonstra uma tentativa de driblar e de tirar proveitos da coroa. Esse comportamento ilegal e trapaceiro se tornará constitutivo da imagem que será projetada para os brasileiros: *o jeitinho brasileiro de se conseguir o que se quer*.

As capitânicas instalaram, para além da extração de madeira, o início das atividades agropecuárias. O milho e a mandioca, que já eram cultivados pelos índios, tiveram, com a chegada dos portugueses e com o trabalho escravagista, uma produção e um consumo crescentes. O cenário demandou uma nova divisão de terras, promovendo a distribuição de outros títulos. As chamadas Sesmarias resultaram em poderes políticos de gestão das terras para uma nova elite: os sesmeiros.

Szmrecsányi (1998) afirma que a produção de alimentos simples era realizada nas roças pelos escravos, aos domingos, para garantir o abastecimento dos senhores e também dos demais trabalhadores. Havia casos em que as culturas de subsistência constituíam atividades semiautônomas, praticadas por homens livres, pequenos produtores, pobres, também conhecidos como lavradores/moradores, que viviam em condições um pouco melhor que a dos escravos e eram agregados dos grandes sesmeiros, que lhes emprestavam pequenos lotes para cultivo, em troca de serviços de todo tipo. Dessa forma, os que tinham uma produção mais próspera, entregavam parte dela aos senhores e ficavam com a outra, podendo comercializá-la. Essa negociação poderia ocorrer desde que não estivessem endividados – uma situação pouco frequente, pois toda a produção, quase que invariavelmente, voltava para a mão dos donos da terra. Esse modo de fazer ecoa nos chamados arrendamentos, que são frequentes na produção rural nos dias atuais. Os arrendatários firmam contratos com os proprietários das terras para uso das benfeitorias – contribuindo para que a função da propriedade seja cumprida – e contraem dívidas com bancos para financiamento da compra de insumos, a fim de desenvolver as atividades agropecuárias. O pagamento pelo uso da terra é realizado em dinheiro e/ou produtos.

Em algumas capitânicas, a atividade de produção estendia-se à formação de pastos e à criação de rebanhos: bovinos, equinos, caprinos e suínos. Nessas áreas, o foco estava na produção de utensílios de couro, na otimização da força motriz dos engenhos e na alimentação. Do mesmo modo, os portugueses trouxeram mudas de frutíferas, entre elas, limão, laranja e uva, com o objetivo de garantir a subsistência e manter a atividade produtiva. Dias (2011) aponta que a pioneira granja leiteira do Brasil foi instalada em 1552, e a primeira fábrica de

queijos e manteiga, em 1581, demonstrando o início da organização das atividades de manufatura, de trabalhos em pequenas “indústrias”.

Dentre as produções no período do Brasil colonial, o açúcar ganhou destaque, por ser um produto muito cobiçado na Europa. As primeiras mudas de cana foram trazidas, diretamente da Ilha da Madeira, pelo donatário da capitania de São Vicente, Martim Afonso de Sousa, que também foi o responsável pela instalação dos primeiros engenhos. Os portugueses conheciam as técnicas de plantio da cana e o Brasil apresentava condições climáticas favoráveis. Dias (2011) afirma que em, 1570, o Brasil já somava setenta engenhos de açúcar – movidos pela água, pela força de bois e pelo consumo de muita lenha, o que possibilitava retirar do Brasil não apenas frutos da atividade extrativista, mas também a cana beneficiada em açúcar.

Apesar de os portugueses trabalharem com a cultura, foram os holandeses aqueles que, na primeira metade do século XVII, dominaram este mercado, financiando o plantio português no Brasil e passando a intermediadores e atravessadores do produto para a Europa. Além disso, holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, visando à manutenção e à ampliação dos seus lucros, organizaram expedições e invadiram terras brasileiras. Em 1637, um importante articulador político holandês, o conde Maurício de Nassau, acompanhado de uma corte, tomou o maior polo açucareiro do mundo e a administração das terras, na região Nordeste do Brasil.

Um dos documentos que relatam a permanência dos holandeses em território brasileiro é o livro *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes sob o Governo de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*, escrito por Gaspar Barléu, em 1647. A obra foi encomendada por Maurício de Nassau, produzindo já um afastamento, em busca de um efeito de valorização. Barléu era professor de lógica, filosofia e retórica, médico, e pertencia à roda de intelectuais humanistas, letrados e artistas holandeses. O autor nunca esteve no Brasil e valeu-se, para escrever a obra, de informações advindas de correspondências e de encontros com o conde Nassau e com outros homens indicados por ele. Trata-se, assim, de um discurso relatado sobre um território que ele desconhece. É já uma interpretação de Nassau e de seus indicados. O escritor apresenta o Brasil encontrado por Nassau:

A principal riqueza é o açúcar e o pau brasil, próprio para tingir panos. Entretanto, a diligência dos portugueses **para ali transportou quasi todos os cereais e frutas da Europa.** Escondeu a natureza esse açúcar em canas elevadas, de que se extrai um suco muito doce e agradável, melhor que o mel da Ática. Fervido em caldeiras e tachas de cobre, cristaliza-se em pães à semelhança de medas ou pirâmides, ou, estilado o mel, deixase em lasca. Para esta **indústria** há por toda

a parte **oficinas** a que os **portugueses** chamam **ENGENHOS**, porque **tais maquinismos** e construções foram **inventadas** por **engenhos agudos**, e **contam-se entre as novidades** dos últimos séculos. Desses engenhos tira o **mercador ativo**, com o trabalho dos negros, o **máximo lucro**, e anualmente vende, **na Europa inteira** e por **muito dinheiro**, o açúcar que as **naus atulhadas** dele transportam (Barléu, 1940, p. 22).

Nesse relato, a referência do autor ao pau-brasil, uma madeira nobre que enriqueceu grandemente o colonizador, é apenas a de ser uma espécie destinada a tingir panos. Assim, o efeito produzido é o da novidade trazida pelo açúcar e por sua forma de processá-lo (os engenhos), tornando ‘A principal riqueza’, um produto beneficiado.

Mais de um século após a escritura da carta de Pero Vaz de Caminha, Barléu formula sobre o Brasil sentidos de uma ‘indústria’ aguda e novidadeira, já instalada e em pleno desenvolvimento, uma vez que ‘há por toda a parte oficinas’. Enquanto a madeira foi, desde o achamento, levada *in natura* para Portugal, o açúcar era processado no Brasil, a partir da iniciativa dos ‘portugueses’ de modernização, de uma ‘novidade’ nos processos produtivos na colônia. Importa ao escritor dizer da tecnologia – tanto que a destaca, grafando em letras maiúsculas ‘ENGENHO’ –, do ‘maquinismo’, da habilidade inventiva aliada à produção, do ‘engenho agudo’ que retira da cana, por meio da mão de obra escrava, enquanto um produto nativo, o açúcar, capaz de abastecer toda a Europa e de tornar pleno de riquezas quem o processa.

Barléu não faz referência à coroa portuguesa. Diz sobre os ‘portugueses’, ‘mercadores ativos’, adjetiva-os por um atravessamento do discurso econômico. São mercadores que visam riqueza exponencial, evidenciada em marcas como ‘máximo lucro’, ‘Europa inteira’, ‘muito dinheiro’ e ‘naus atulhadas’. O escritor dá conta também da necessidade de importar da Europa ‘quase todos os cereais e frutas’, ou seja, que quase todos os cereais e frutas aqui produzidos não eram nativos e os que aqui se produzia não eram cogitados como possíveis de integrar a alimentação dos portugueses. Com esse dizer, Barléu marca o funcionamento do processo de colonização, pois os portugueses não estavam preocupados em explorar apenas o que as terras brasileiras produziam, mas de marcar culturalmente os modos brasileiros de produção agrícola.

Em 1640, conforme nos conta Caldeira (2017), o valor total da produção de açúcar brasileiro foi equivalente a 17.790 quilos de ouro, quando, no mesmo ano, a entrada total de ouro na Casa da Moeda de Lisboa foi de 300,4 quilos, o equivalente a 1,6% da produção. O conde holandês Maurício de Nassau permaneceu no Brasil até 1644, quando retornou à Holanda e participou de reuniões com lideranças da Companhia das Índias Ocidentais sobre o seu

governo, marcando o início do declínio das operações holandesas no Brasil. No discurso relatado, de que Barléu (1940) é porta-voz, são transcritas algumas falas atribuídas a Nassau nesses encontros, destacando seus feitos e apontando as reformas necessárias.

Sobre o porta-voz, Pêcheux ([1982] 1990, p. 18) afirma que ele é confrontado aos efeitos recorrentes do trabalho da memória, “[...] onde os discursos sedimentados de todos aqueles que o precederam nesse destino o esperam para agarrá-lo, penetrá-lo, servir-lhe e reviver através dele”.

Os principais **produtos do Brasil** são mandioca, açúcar e madeiras. Se a primeira fosse copiosa, poderia a Companhia ficar aliviada de enviar sempre mantimentos, e seria ela assaz copiosa, **se os naturais se dessem à lavoura para utilidade de muitos, pois estão acostumados a produzir para si e para os seus, e não para os outros**. Da penúria da mandioca resulta que os preços sobem sem medida, de sorte que um alqueire, comprado antigamente por 24 stuivers, agora só se obtém por 10 florins. Em consequência disso, a plebe faminta, que não sabe temer, devasta as lavouras, assalta os engenhos, pratica furtos e latrocínios, pródiga da vida para garantir a vida. Os remédios destes males podem e devem ser ministrados pelos conselhos que dei noutra ocasião e que mereceram aprovação pública. Creio também que **é mal feita a exploração das madeiras do Brasil**, pois não se dispôs nada sobre a **quantidade**, nem sobre a **qualidade** das que se deveriam cortar, quero dizer, quantas e quais árvores **conviria** cortar, **procedendo nós em contrário** do que faziam os administradores do rei da Espanha. A estes não era permitido talhar mais de dez mil quintais. **Vêm-se os nossos derrubar árvores sem lei, nem medida**, mesmo as novinhas, ainda não crescidas, de sorte que **é mister proibir este comércio**, por **destruir-se** nos germes a esperança de novas árvores. Não se remediará **esse mal**, senão ordenando severamente que se abstenham de **abater** as mais tenras e de **cortar excessivamente** as crescidas (Barléu, 1940, p. 334).

Viam-se arribar ao Brasil ou dêHe partir tantas e tão grandes naus de carga e de guerra que se poderia crer ser êle o empório do mundo inteiro. Daí a inquietação da Espanha, de todo o Ocidente, dos mexicanos e peruanos. **No Brasil alarga o holandês os limites da sua glória, e, habitante do Velho Mundo, se apossa do Novo, como seu novo hóspede e inimigo** (Barléu, 1940, p. 348).

Barléu, reportando às falas de Nassau, refere-se aos ‘produtos do Brasil’ e denomina os índios como ‘os naturais’. Assim, a relação pronominal mantém-se como na carta de Caminha, pois o ‘nós’ refere-se aos detentores do poder/saber (portugueses/holandeses) e o ‘eles’ aos que devem obediência aos donos do poder (índios/naturais). Entretanto, como os portugueses sentem-se os donos da terra, diferentemente do que anunciam os holandeses, estes se colocam como ‘hóspedes e inimigos’.

O ‘nós’, quando na comparação entre portugueses e holandeses, produz outros sentidos, pois enquanto o ‘nós’ (portugueses) tem o propósito de retirar da terra colonizada tudo o que ela pode oferecer, o ‘nós’ (holandeses), reconhecendo-se como explorador, reclama por regras na derrubada de árvores, pois denuncia que o abate desordenado ameaça a produção natural de madeira.

Vejamos, pois, que o embate faz-se por uma relação de forças entre os portugueses e os holandeses. Desse modo, temos, esquematicamente, na(o)

Carta de Caminha

Nós	Eles
Portugueses (os donos da terra e de seus produtos, que precisam ensinar os índios, pela catequese, a lavrarem e a criarem) ¹⁰	Índios (os que não lavram e que não criam)

Livro de Barléu (porta-voz de Nassau)

Nós	Eles
Holandeses (os hóspedes e inimigos da terra, que esperam que os naturais produzam para os holandeses e para as trocas comerciais)	Naturais (que produzem para si e para os seus) Portugueses (donos da terra, que mal administram/ mercadores ativos)

O ‘eles’, em Caminha, são os índios, que não lavram e não criam, enquanto o ‘eles’, para os holandeses, são os naturais, que produzem apenas para si e para os seus. Desse modo, tanto Caminha quanto Barléu (Nassau) propõem que os índios deveriam ser também responsáveis pela produção destinada ao ‘nós’/nossos e à comercialização.

No funcionamento do ‘nós’ (holandeses e portugueses), os interesses são comuns, mas há também, por parte dos holandeses, os sentidos de denúncia das práticas portuguesas na colônia. Daí dizerem que os ‘produtos são do Brasil’ e que os ‘índios são os naturais’, portanto, os nativos da terra brasileira. Nessa conjuntura, o enfrentamento entre holandeses e portugueses se marca pelo simulacro na forma de “preocupação” com os modos de exploração da terra: é ‘mal feita a exploração de madeiras do Brasil’, pois a relação com a madeira é de destruição, abate, cortes excessivos, ‘exploração’ ‘sem lei, nem medida’, sem determinar ‘qualidade’ ou ‘quantidade’, atendendo ao funcionamento de mercado.

Compreendemos *simulacro* conforme define Zoppi-Fontana (1997, p. 45): “[...] efeito de ilusão de exterioridade em relação à dispersão do sentido própria dos processos discursivos,

¹⁰O modo de ver os índios, pelos colonizadores, fez com que o cronista português, Pero de Magalhães Gandavo, escrevesse, em 1576, que na língua dos nativos destas terras não existia “[...] F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente”. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000165.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

em lugar de considerá-lo em relação ao sujeito enunciador, definido pelas teorias da enunciação como unidade originária do sentido”.

Os holandeses atribuem a posse da madeira ao Brasil, apesar de ser usufruída e comercializada por ‘eles’ (portugueses e holandeses) e não pelos ‘naturais’. Daí afirmarmos o simulacro produzido no dizer dos holandeses, pois o que se aparenta como tom de denúncia, não se faz, de fato, por questões ambientais, mas pela possibilidade de se extinguir um ganho, uma conveniência, uma vez que, com a prática de extração de madeira, ‘destrói-se nos germes a esperança de novas árvores’.

Vejam, então, que os sentidos postos nas formulações de portugueses e holandeses são ideologicamente marcados pelas distintas posições-sujeito, de forma que enquanto os portugueses arvoravam-se como os donos da terra, os holandeses, simulando preocupação com ela, denominavam-se como hóspedes e inimigos, embora ambos (‘habitantes Velho Mundo’) fossem os que se apossavam e exploravam as terras do Novo Mundo.

Por posição-sujeito compreendemos, com Pêcheux ([1975] 2014a, p. 149), os modos de inscrição do sujeito no interdiscurso, que é o “[...] ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”, pois

[...] as palavras, expressões, proposições etc, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, [...] elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referências às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem (*Ibid.*, p. 146, grifo do autor).

São sentidos que ecoam nos dizeres dos extrativistas que integram a diretoria do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso (SINDUSMAD), na segunda década dos anos 2000, materializados no *slogan* “Guardiões da Floresta”. É assim que os sindicalizados se intituam sob o argumento que sua atividade depende da floresta para existir, portanto são eles aqueles quem preserva as árvores¹¹. Guardar as árvores é guardar um interesse econômico e a garantia do negócio.

Se a *Carta de Achamento do Brasil* apresentava-se como um prenúncio do que o Brasil poderia produzir, no recorte de Barléu vemos a consolidação do mercado exploratório: as ‘naus atulhadas’, ‘são tantas e tão grandes [...] que se poderia crer ser êle o empório do mundo inteiro’.

¹¹A formulação ‘Guardiões da Floresta’ serviu como *corpus* para uma pesquisa anterior a esta tese (Costa; Araújo, 2019).

Ao definir o Brasil como ‘empório’, Nassau direciona sentidos para um Brasil que funcionaria como um local de diferentes negociações e vasta comercialização, tão expressiva que superaria as movimentações em qualquer outro lugar, destacando-se não entre muitos territórios, mas no ‘mundo inteiro’. Os sentidos de ‘empório do mundo’ propiciam uma relação interparafrástica com os dias atuais:

Século XVII: Viam-se arribar ao Brasil ou dêHe partir tantas e tão grandes naus de carga e de guerra que **se poderia crer** ser êle o **empório do mundo** inteiro.

Século XXI: Brasil **virou “celeiro do mundo”** e já lidera **exportações** mundiais de sete **alimentos** (Rittner, 2024).

A formulação de Barléu (Nassau), ao denominar o Brasil como *empório do mundo*, faz funcionar sentidos que atribuem ao país, pelo emprego do termo ‘empório’, o status de espaço de negociações, de intenso fluxo comercial acerca de uma grande variedade de produtos. Nessa direção, a formulação toma o Brasil como um local de comércio variado que faz acreditar, a quem vê a movimentação de chegada e de saída de embarcações marítimas – ‘viam-se arribar [...] ou partir tantas e tão grande naus de carga e de guerra’ –, que se trata de um território em pleno desenvolvimento de todas as suas potencialidades, uma colônia com condição de competir no mercado internacional.

Na formulação atual, ‘o Brasil virou o celeiro do mundo’, desliza-se da atividade comercial realizada no ‘empório’ para a exportação de produtos agropecuários, pois a reportagem informa ainda que o Brasil tornou-se “[...] maior exportador mundial de soja (56% das exportações totais), milho (31%), café (27%), açúcar (44%), suco de laranja (76%), carne bovina (24%) e carne de frango (33%). Além disso, é vice-líder nas vendas de outras duas *commodities*: etanol e algodão” (Rittner, 2024).

Como vemos, as acepções dicionarizadas para o verbete celeiro¹² – 1) Construção onde se guardam ou juntam cereais, forragem ou palha; paiol; 2) Depósito de provisões; tulha; 3) Por extensão: País ou região que produz cereais em grande quantidade – são redimensionadas, pois se considera que o país possui depósitos das mais variadas mercadoria, portanto as produz em abundância a ponto de estocá-las e de estar em condição de abastecer todo o mundo.

¹²Esse verbete foi retirado do dicionário online *Michaelis*.

Ao denominar o país como celeiro, a reportagem empresta ao termo um sentido diferente daqueles que são dicionarizados¹³, pois o coloca como um espaço de armazenamento de alimentos, de suco, de etanol etc. e não apenas de cereais, que muitas vezes não são alimentos humanos. Assim, o país é o celeiro do mundo porque ‘já lidera exportações mundiais de sete alimentos’, incluindo produtos pecuários¹⁴.

A formulação refere-se à vultosa produção de gêneros agropecuários, sobretudo grãos e carnes, deslizando os sentidos de ‘empório’ – local de comercialização de variados produtos – para ‘celeiro’ – local de grande produção/concentração de produtos agropecuários. Empório e celeiro têm seus sentidos aproximados quando se pensa em armazenagem, em grande volume de valor comercial e inserção do Brasil no mercado internacional. Nas negociações do ‘empório’ de Nassau, a hegemonia do açúcar em terras europeias – em razão da concorrência estrangeira –, fez com que a produção entrasse em decadência. Na metade do século XVIII, ainda que o Brasil despontasse como a parte mais rica do império português, a atividade agrícola declinava por ser explorada com meios rudimentares e por falta de mão de obra escrava.

Com essa derrocada do açúcar, a extração de minerais, principalmente diamantes e ouro, tornou-se a principal atividade comercial, retomando, como efeito, um Brasil território para exploração de matérias-primas e não de manufatura, um território para o extrativismo, para retirada da natureza de quaisquer produtos que pudessem ser negociados. No novo ciclo, a coroa portuguesa concedia uma área para as pessoas que tivessem capacidade de investir nos garimpos, e, em contrapartida, cobrava, em valores fixos anuais, tributos para Portugal.

Com o avanço da Revolução Industrial na Europa, reconhecendo as condições ambientais favoráveis e a quantidade de terras disponíveis – ‘querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo’ – e sabendo do grande fluxo comercial instaurado – ‘se poderia crer ser êle o empório do mundo inteiro’ –, os portugueses começaram a arriscar investimentos em outras culturas, como é o caso do arroz, que passou a ser amplamente cultivado, principalmente no Nordeste. Tanto que, em 1766, a Coroa Portuguesa chegou a autorizar, com a isenção de impostos, a instalação de uma descascadora do grão, no Rio de Janeiro. Mas, em 1781, visando proteger a produção europeia, os portugueses proibiram a entrada do grão brasileiro em Portugal.

¹³Destacamos que as acepções dicionarizadas não dão conta da movência dos sentidos, uma vez que as palavras não têm um sentido único ligado à sua literalidade, mas sentidos possíveis, dadas as condições de produção do dizer. Nas palavras de Pêcheux ([1983] 2015a, p. 53), “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação”.

¹⁴Os produtores rurais se dizem produtores de alimentos, uma vez que o alimento animal é parte da cadeia do alimento humano, pois, o frango come o milho, por exemplo, para depois ter sua carne consumida como alimento humano, então, toda a produção do agro é assegurada como alimento e o local que o guarda é o celeiro.

O primeiro cultivo de café, registrado no Pará, em 1727, também logo se difundiu pelo litoral do Brasil até chegar ao Rio de Janeiro, por volta de 1760. A cultura foi introduzida, principalmente, em áreas que haviam sido desmatadas para a atividade de garimpo e exploração de minerais. A produção em escala comercial para exportação ganhou força no início do século XIX, período em que a preocupação com a falta de profissionalismo na atividade agropecuária começou a transparecer. Na expansão agrícola, não eram apenas o açúcar, o arroz e o café. O algodão também ganhou espaço, sendo um produto bastante cobiçado para a indústria têxtil. Entretanto, respondendo à coerção que sofria da Inglaterra, que temia o desenvolvimento da indústria no Brasil, a rainha de Portugal, Maria I, publica, em 1785, um alvará que proíbe o funcionamento de fábricas e manufaturas no Brasil¹⁵:

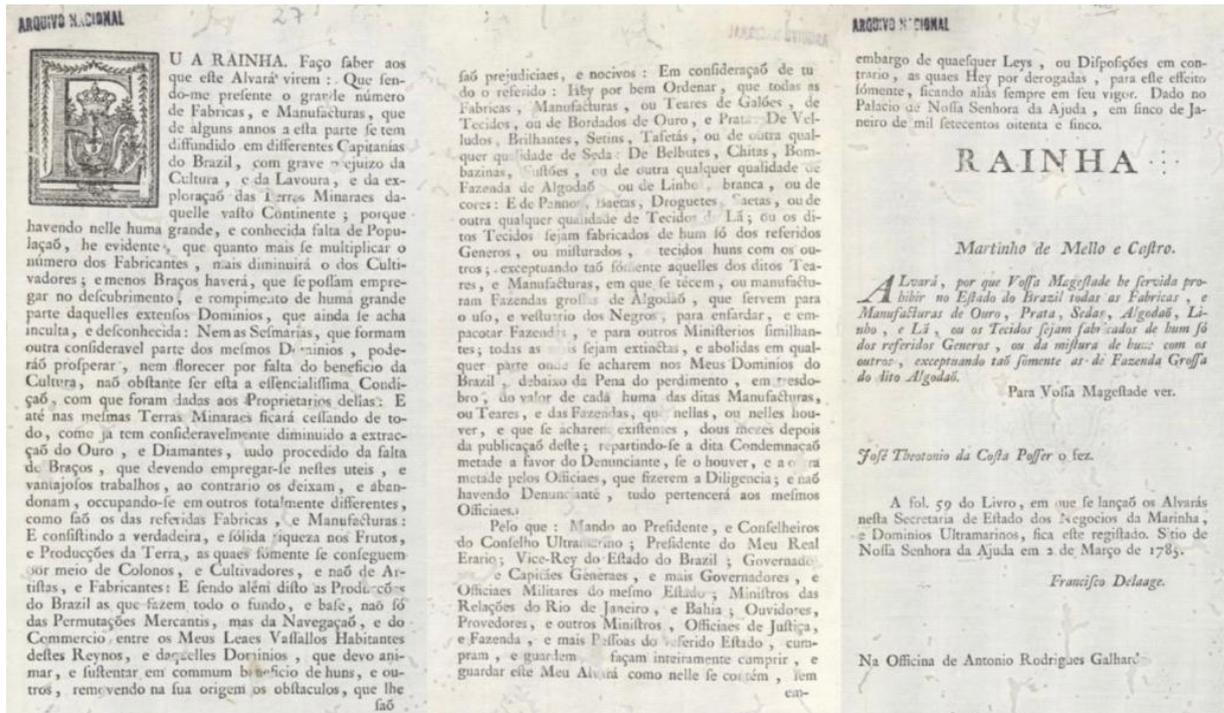
Figura 1 – Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil

¹⁵Tradução disponível na página do *Arquivo Nacional*: Eu a rainha. Faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande número de fábricas, e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitâneas do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração das terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá, que se possam empregar no descobrimento, e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta, e desconhecida: nem as sesmarias, que formam outra considerável parte dos mesmo domínios, poderão prosperar, nem florescer por falta do benefício da cultura, não obstante ser esta a essencialíssima condição, com que foram dadas aos proprietários delas. E até nas mesmas terras minerais ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído a extração do ouro, e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo empregar-se nestes úteis, e vantajosos trabalhos, ao contrário os deixam, e abandonam, ocupando-se em outros totalmente diferentes, como são os das referidas fábricas, e manufaturas: e consistindo a verdadeira, e sólida riqueza nos frutos, e produções da terra, as quais somente se conseguem por meio de colonos, e cultivadores, e não de artistas, e fabricantes: e sendo além disto as produções do Brasil as que fazem todo o fundo, e base, não só das permutações mercantis, mas da navegação, e do comércio entre os meus leais vassallos habitantes destes reinos, e daqueles domínios, que devo animar, e sustentar em comum benefício de uns, e outros, removendo na sua origem os obstáculos, que lhe são prejudiciais, e nocivos: em consideração de tudo o referido: hei por bem ordenar, que todas as fábricas, manufaturas, ou teares de galões, de tecidos, ou de bordados de ouro, e prata. De veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda: de belbutes, chitas, bombazinas, fustões, ou de outra qualquer qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores: e de panos, baetas, droguetes, saietas ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã; ou dos ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros, ou misturados, tecidos uns com os outros; excetuando tão somente aqueles dos ditos teares, e manufaturas, em que se tecem, ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para o uso, e vestuário dos negros, para enfardar, e empacotar fazendas, e para outros ministérios semelhantes; todas as mais sejam extintas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil, debaixo da pena do perdimento, em tresdobro, do valor de cada uma das ditas manufaturas, ou teares, e das fazendas, que nelas, ou neles houver, e que se acharem existentes, dois meses depois da publicação deste; repartindo-se a dita condenação metade a favor do denunciante, se o houver, e a outra metade pelos oficiais, que fizerem a diligência; e não havendo denunciante, tudo pertencerá aos mesmos oficiais.

Pelo que: mando ao presidente, e conselheiros do Conselho Ultramarino; presidente do meu Real Erário; vice-rei do Estado do Brasil; governadores e capitães gerais, e mais governadores, e oficiais militares do mesmo Estado; ministros das Relações do Rio de Janeiro, e Bahia; ouvidores, provedores, e outros ministros, oficiais de justiça, e fazenda, e mais pessoas do referido Estado, cumpram e guardem, façam inteiramente cumprir, e guardar este meu alvará como nele se contém, sem embargo de quaisquer leis, ou disposições em contrário, as quais hei por derogadas, para este efeito somente, ficando aliás sempre em seu vigor.

Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em cinco de janeiro de mil setecentos oitenta e cinco.

Rainha



Fonte: Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira (2018)

O documento é iniciado e concluído com formulações que buscam garantir a força do que será determinado através dele, concretizando uma materialidade ideológica que imputa direitos e deveres. Ao enunciar ‘Eu a Rainha’ e assinar ‘Rainha’ são evocados todos os poderes do governante de uma monarquia frente a seus súditos, ainda que essa obediência aos mandos ingleses. Trata-se de um alvará que funciona pelos efeitos da repressão, uma vez que aquele que descumprir a ordem nele descrita padecerá ‘debaixo da pena’, com uma ‘condenação’, que poderá ser provocada por um ‘denunciante’ ou por ‘oficiais’ em ‘diligência’.

Além disso, a rainha convoca os representantes de todos os poderes para que ‘cumpram e guardem’, ‘façam inteiramente cumprir’, a determinação que ficará ‘sempre’ em vigor e não por algum período de tempo determinado. O emprego do advérbio ‘sempre’ direciona a significação para a interdição dos sentidos de indústria no Brasil. As indústrias ficam proibidas para sempre, por uma ordem, por um mando, pelo documento assinado pela rainha. A interdição vem pelo reconhecimento da existência de um ‘grande número de fábricas e manufaturas’ e se estende ao perfil dos trabalhadores autorizados a existirem no Brasil: ‘colonos, e cultivadores, e não de artistas, e fabricantes’.

A interdição é justificada pela necessidade de remover ‘na sua origem os obstáculos’ que são ‘prejudiciais’ e ‘nocivos’ – as fábricas e manufaturas e aqueles que nelas trabalham. A ‘verdadeira, e sólida riqueza’ do Brasil é, e deverá permanecer para sempre sendo, nos sentidos produzidos pela rainha, as ‘produções da terra’. O Brasil só poderá ‘prosperar’ e ‘florescer’ pelo

benefício da ‘cultura’, pela atividade agrícola e mineradora, que gere matérias-primas, lucros para a coroa, como fora acordado como ‘essencialíssima condição’ para a exploração das sesmarias. São as matérias-primas ‘que fazem todo o fundo, e base, não só das permutações mercantis, mas da navegação, e do comércio’. Às fábricas e manufaturas os sentidos são de ‘grave prejuízo’ e para toda a população que vive no Brasil, o trabalho deve ser voltado à ‘cultura’, ‘lavoura’ e ‘exploração de minerais’.

Ao Brasil, nada além de ser um território para exploração e geração de riquezas para Portugal. No Brasil, apenas o desenvolvimento de uma atividade agrícola para atender às demandas do mercado internacional via Portugal. Sentidos que continuam a funcionar nos dias atuais. Como evidência, um país exportador de bens primários, cuja missão é abastecer, com quantidade e qualidade, as demandas externas e as indústrias estrangeiras de beneficiamento.

Segundo Szmrecsányi (1998), a civilização que se instaurou na colônia, embora fosse predominantemente rural e agrária, não foi uma civilização agrícola, voltada permanentemente para os trabalhos do solo. As lavouras que aqui se instalaram tiveram, por muito tempo, um caráter nômade e extrativista nos processos de exploração da terra, enfrentando relativa escassez de mão de obra e obstáculos colocados pelo meio ambiente dos trópicos. Não havia adubação dos solos, irrigação ou seleção das variedades cultivadas, aumentando as áreas de desertificação, pela monocultura. Do mesmo modo, a moagem da cana ainda era movida por animais, por exemplo, mesmo havendo disponibilidade de recursos hídricos, e o descaroçamento do algodão era manual, enquanto em outras colônias o processo já era mecanizado.

Segundo Dias (2011), o Brasil apresentava uma agricultura primitiva aos olhos de quem conhecia o além-mar, uma vez que as atividades agrícolas se confundiam com as do extrativismo. A Europa já havia entrado na era dos fertilizantes químicos, na rotação de culturas, no emprego do arado de aço, nas máquinas de semear e beneficiar grãos, enquanto no Brasil ainda empregavam os mesmos métodos do início da colonização, provocando o declínio da produção.

Essa forma de plantar rudimentar e predatória para com a natureza continua, ainda hoje, a produzir seus efeitos. A recorrência da falta é determinante na alternância dos ciclos produtivos no Brasil. São a falta de mão de obra, a falta de conhecimento, a falta de maquinários, de tecnologia e de compradores dos produtos no mercado internacional que fazem com que uma cultura seja abandonada. Quando o poder de ganho com algum tipo de extração se enfraquece, uma nova atividade aparece como *a salvação* do país, caracterizando a recorrência de ciclos produtivos, nos quais a diversificação é relegada.

Nesse período, estudantes filhos da elite rural instalada no Brasil foram para a Europa em busca de conhecimentos científicos e práticos, principalmente nas áreas de Medicina, Matemática, Filosofia e Ciências. Szmrecsányi (1998) conta que emissários foram enviados aos Estados Unidos e às Antilhas para verificarem os métodos de produção agrícola, valorizando o caráter utilitário do saber científico e tentando, a todo custo, safar o país da decadência frente às outras nações, mantendo a agropecuária como fonte de riqueza.

A coroa portuguesa, percebendo a carência de técnica/tecnologia, decidiu financiar, então, publicações que promovessem o desenvolvimento na colônia, tornando a produção mais dinâmica e garantindo, assim, mais ganhos para Portugal. Livros e periódicos foram editados em Lisboa para serem comercializados no Brasil. O frade franciscano José Mariano da Conceição Veloso recebeu a tarefa de reunir e publicar, em português, obras estrangeiras que contribuíssem para o progresso da agropecuária. Ele editou uma enciclopédia, em 12 volumes, chamada ***O Fazendeiro do Brasil: melhorando a economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que lhe podem introduzir, e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto.*** Os livros compilavam textos traduzidos de autores franceses, ingleses, alemães, russos e suecos, que versavam sobre conhecimentos voltados à produção de cana de açúcar, café, cacau, algodão e leite. O título da enciclopédia já direcionava para quem ela era editada, os mandatários, que aqui não eram chamados de agricultores, pecuaristas, agropecuaristas ou produtores rurais, por exemplo. Era ‘o fazendeiro’, o responsável pela ‘economia rural’ do Brasil. No prefácio do primeiro tomo, parte 1, de 1798, dedicado à cana e ao açúcar, frei Veloso escreve:

Com o profundo respeito, com que devo apresentar a VOSSA ALTEZA, venho dar conta do trabalho, do qual em seu Augusto Nome fui incumbido, a saber: de **ajuntar e trasladar** em Portuguez todas as **Memórias Estrangeiras**, que fossem **convenientes** aos Estabelecimentos do Brasil, para o **melhoramento da sua economia rural e das Fabricas**, que della dependem, pelas quaes ajudados, houvessem de **sahir do atraso, e atonia**, em que actualmente estão, e se pozessem **ao nível**, com os das Nações nossas vizinhas, e rivaes no mesmo Continente, assim na **quantidade**, como na **qualidade** dos seus generos e producções (Veloso, 1798, p. i).

Ao enunciar, Veloso produz sentidos de uma divisão: de um lado, os que trabalham nos ‘Estabelecimentos do Brasil’ e estão no ‘atraso’ e na ‘atonia’ precisando de ajuda e, do outro, as ‘Nações vizinhas e rivaes’, com suas ‘Memórias’ ‘convenientes’, em um ‘nível’ mais elevado, produzindo em quantidade e qualidade. Os dizeres de Caminha, na *Carta de Achamento do Brasil*, – que traçavam um distanciamento entre o ‘nós [portugueses]’ e o ‘eles

[índios]’ – e os do holandês Barléu (Nassau) – entre ‘os naturais’ e ‘os nossos’ – funcionam no discurso de Veloso reforçando os sentidos de um Brasil atrasado e que só poderá chegar à civilidade, ao ‘melhoramento da sua economia’, se adotar os moldes de quem sabe – os europeus –, para produzir o que o mercado externo solicita.

Veloso afirma ter sido incumbido ao trabalho de ‘ajuntar e transladar’ as Memórias Estrangeiras, a fazer, portanto, seleções e recortes a sua maneira sobre o que se julga ser ‘o melhor que se tem escrito sobre esse assunto’ e importante para circular no Brasil. Nos sentidos em funcionamento, ao ‘transladar’ informações seria possível transladar a quantidade e a qualidade dos gêneros e produções.

As traduções de textos técnico-científicos pretendiam difundir conhecimentos que orientassem a prática, a fim de intervir na realidade produtiva do Brasil. Mas pouco resultado foi visto, uma vez que poucos brasileiros sabiam ler e aqueles que sabiam não demonstravam interesse em fazê-lo, em estudar e aplicar as informações no cotidiano. Além disso, os que tentaram executar o ‘translado’ de conhecimentos na prática não tiveram muito sucesso, visto que as condições sociais e ambientais brasileiras eram muito distintas daquelas dos países cujas culturas eram retratadas nas páginas dos livros.

Orlandi (2017a, p. 167), ao fazer referência a textos “importados”, “traduzidos” e afixados como modelos e padrões a serem seguidos afirma que eles não funcionam como “[...] sentidos conquistados e incorporados em nossa memória social e política”, funcionam, assim, como “o sem-sentido”, “[...] processos pelos quais as coisas perdem o sentido ou simplesmente não fazem sentido”, porque os sujeitos não foram afetados por este processo de significação, uma vez que os sentidos resultam da experiência de uma memória.

Em 1808, a família real portuguesa, que fugia das guerras napoleônicas e que não atendeu às exigências francesas de romper laços econômicos com a Inglaterra, transferiu-se, com financiamento do império britânico, para o Brasil. Caldeira (2017) afirma que, sendo colônia, o Brasil remetia quase que a totalidade de suas exportações para Lisboa, assim, 80% a 90% de todo o comércio exterior português resultava da reexportação de mercadorias brasileiras e de produtos europeus para a colônia.

Como condição ao financiamento, os ingleses impuseram a instituição de vantagens comerciais no Brasil, pois, com a corte na colônia, a intermediação de mercadorias por Lisboa se tornaria inviável. Dom João assina, então, o decreto de abertura dos portos brasileiros ao livre comércio e à liberdade para cultivar novos produtos, o que tornou a economia brasileira ainda mais afeita à comercialização de matérias-primas em abundância para exportação. A

novidade era que o dinheiro dos impostos, que antes era remetido a Lisboa, passasse a circular na economia local.

Também neste período, a coroa portuguesa liberou a instalação de indústrias, o funcionamento de máquinas tipográficas e concedeu liberdade para estrangeiros visitarem o Brasil¹⁶ e, na direção oposta, houve o aumento do fluxo de brasileiros em outros países. O periodismo, voltado para a divulgação das ciências e dos ditos bons costumes, começou a se desenvolver e reportagens sobre as características agropecuárias brasileiras passaram a ser legalmente publicadas em outros países. Hortos e jardins botânicos foram organizados no Brasil para tentativas de introdução e aclimação de novos cultivos e, em 1812, foi instituído, por meio de uma carta régia¹⁷ (Câmara, 1812), o primeiro curso de agricultura do país, na Bahia, que teria a duração de dois anos, mas não chegou a sair do papel.

Com a corte no Rio de Janeiro, muitos nobres passaram a investir no Brasil os recursos que recebiam do Tesouro, financiando, conforme Caldeira (2017), empreendimentos, como as produções de charque, arroz e trigo, no Rio Grande do Sul (cuja capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul fora criada apenas em 1807), e café, no Rio de Janeiro, cujo progresso para a exportação ganhou destaque, nas primeiras décadas do século XIX, quando o Brasil passou à condição de Reino Unido.

Szmrecsányi (1998) conta que até 1820, o café ocupava o terceiro lugar nas exportações, atrás do açúcar e do algodão. Nas duas décadas seguintes, passou ao primeiro lugar, respondendo à alta de preços no mercado internacional, à necessidade de menos equipamentos e menores gastos que a cultura canavieira e à vinculação do Brasil a novos parceiros comerciais e financeiros, em especial os Estados Unidos (que desde 1815 já havia estabelecido um consulado em Recife, como forma de ocupar e de demarcar o poder americano em solo brasileiro).

Em 1821, Dom João VI retornou a Portugal, respondendo a reivindicações da burguesia portuguesa e levando consigo ouro e diamantes, que estavam nos cofres do Banco do Brasil. Dom Pedro I assume a função de príncipe regente, o que gera uma série de conflitos que culminam na proclamação da Independência do Brasil, em 1822. Dom Pedro I é, então, conduzido à condição de Imperador, não sem movimentos de resistência dentro do Brasil, principalmente no Pará, na Bahia e no Maranhão, em razão do endividamento do país como indenização aos portugueses.

¹⁶A liberdade para visitar o Brasil foi comemorada principalmente por zoólogos e botânicos, chegando a ser registrada, no século XIX, a presença de 266 cientistas estrangeiros no Brasil, conforme Dias (2011).

Entre as medidas adotadas por Dom Pedro I, ainda em 1822, estavam a suspensão de todas as concessões de terras e a determinação da medição e demarcação das áreas, permitindo a prevalência de posseiros sobre as áreas nas quais estivessem efetivamente cultivando. Assim, o território foi ocupado por um grande número de posseiros, além dos latifundiários, que haviam recebido as sesmarias.

No período do Primeiro Reinado no Brasil (1822-1831), foi criado um órgão consultivo, sob a jurisdição do Governo, que reunia cientistas, políticos e empresários, no Rio de Janeiro, então capital do Império: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). A iniciativa emitia pareceres técnicos sobre questões relativas à economia brasileira e enviava-os ao Ministério dos Negócios do Império. O objetivo era, segundo Dias (2011, p. 64), “[...] colocar a natureza a serviço do progresso e da transformação do país [...]”, promovendo um alicerce econômico para a nova nação.

Barreto (2008) explica que a SAIN buscava a melhoria do processo produtivo através da introdução de inovações técnicas. Houve também uma tentativa de protecionismo da produção econômica, que, com a taxaço de produtos vindos de fora do Brasil, buscava favorecer o desenvolvimento nacional. Dessa forma, ‘auxiliar’ o Brasil, ser uma Sociedade Auxiliadora Nacional, era ‘colocar a natureza a serviço do progresso’.

Mais de 30 anos após a publicação de *O Fazendeiro do Brasil*, já no Período Regencial (1831-1840) – após Dom Pedro I renunciar ao trono e com o governo do Brasil nas mãos de regentes até a antecipação da maioria de Dom Pedro II – a SAIN decide imprimir um periódico de circulação mensal intitulado *O Auxiliador da Indústria Nacional ou Collecção de Memórias e Noticias interessantes, aos fazendeiros, artistas e classes industriosas no Brazil, tanto originales como traduzidas das melhores obras que neste gênero se publicação nos Estados Unidos, França, Inglaterra, &c*¹⁸.

Enquanto *O Fazendeiro do Brasil* era uma enciclopédia e voltava-se àqueles que já cultivavam diferentes gêneros e tinham suas fábricas próprias, *O Auxiliador da Indústria Nacional* era uma revista destinada aos ‘fazendeiros, artistas e classes industriosas’ e, assim, não deveria circular apenas entre os donos das terras, os ‘fazendeiros’, mas também entre os trabalhadores que atuavam no beneficiamento das materiais primas, ‘artistas e classes industriosas’ – ainda que neste momento existissem no Brasil, além dos fazendeiros, sesmeiros e posseiros, os lavradores/moradores e os escravos.

¹⁸A capa de uma das edições do periódico foi objeto de estudo para publicação anterior a essa tese (Costa, 2017).

Contrariando o que aconteceu com a maioria dos veículos de comunicação impressa criados no século XIX, que tinham vida curta, este periódico circulou por mais de 60 anos (de 1833 a 1896), sendo comercializado em uma das principais livrarias cariocas, a Laemmert. Como indica em seu nome, o periódico agrupava artigos traduzidos para o português de revistas estrangeiras como *O Agricultor Americano*, dos Estados Unidos, *A Revista Britânica*, da Inglaterra, e *O Jornal dos Conhecimentos Úteis*, da França. Havia também algumas produções brasileiras apresentando relatos de um país essencialmente rural, mas com pouco estudo sobre a agropecuária. O periódico era organizado e escrito por engenheiros, agrônomos, advogados, médicos, doutores em matemática e filosofia e diretores do Museu Nacional e do Jardim Botânico. As primeiras edições traziam materiais sobre cana-de-açúcar, métodos de cura para a diarreia do gado, técnicas de plantio, distribuição de sementes, rotação e emprego de novas culturas.

Neste periódico, em que se tem dado forte **impulso ao desenvolvimento da indústria brasileira**. [...] É por ele que os nossos **lavradores** têm podido vir ao **conhecimento dos melhores processos para mais lucrarem** com os seus trabalhos rurais (O Auxiliador [...], 1846, p. 6).

O **Auxiliador da Indústria Nacional** tem procurado **derramar doutrinas úteis e propagar o ensino teórico e prático** dos diversos ramos da indústria humana; e, por fortuna, ele serve hoje de veículo à comunicação das ideias, e das experiências de alguns dos nossos mais **ilustrados agricultores**. Não se limita a isto: ao mesmo tempo que leva ao conhecimento dos interessados **notícias de inventos de máquinas e de processos úteis**, [...] ocupa-se também da **propagação de boas doutrinas** de colonização, de viabilidade, de economia política, rural e doméstica, etc. (O Auxiliador [...], 1854, p. 239).

O recorte possibilita-nos a compreensão de que funciona, em *O Auxiliador da Indústria Nacional*, um reforço ao que Veloso (1798) já havia enunciado ao publicar *O Fazendeiro do Brasil*: um território que precisa ser ajudado e sujeitos na posição de auxiliares, impulsionadores ao desenvolvimento por ‘derramar’ e ‘propagar’ ‘doutrinas úteis’ e boas. São ‘doutrinas’, portanto, princípios básicos obrigatórios. O compartilhamento de conhecimentos, ideias e experiências visa à ampliação dos lucros e movimenta o pré-construído de que os agricultores são os ‘mais ilustrados’, que têm a tarefa de desenvolver economicamente o Brasil, um território cujas condições ambientais são favoráveis a tudo se produzir, colocando em funcionamento no processo discursivo aquilo que antecede à sua formulação, em um efeito subjetivo de anterioridade (Henry, 2013). Nesse entendimento, o pré-construído da ilustração

(conhecimento, ideias, experiências) dos agricultores associa-se à capacidade de desenvolvimento econômico, embora a prática, na maior parte do tempo, contrarie essa associação.

Como observamos, anteriormente, a revista era voltada a ‘fazendeiros, artistas e classes industriais’ e divulgava experiências dos ‘agricultores’. A *Sociedade Auxiliadora Nacional* – para a qual ‘auxiliar’ o Brasil era ‘colocar a natureza a serviço do progresso’ – produziu o periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, no qual a ‘indústria nacional’ funcionava em relação de paráfrase com a atividade agropecuária, uma vez que a SAIN visava auxiliar, com a publicação, os ‘nossos lavradores’, e ainda que contemplasse notícias de inventos de máquinas e de processos úteis, objetivava o desenvolvimento lucrativo da agricultura.

O Período Regencial no Brasil se encerrou com a emancipação de Dom Pedro II, aos 14 anos. Assim, em 1840, iniciou-se o Segundo Reinado, que se entendeu até 1889. O período foi marcado pela expansão da produção cafeeira, que respondia por 40% de todas as exportações de produtos primários brasileiros. Os cafeicultores das regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo tinham um perfil diferente dos senhores de engenho do Nordeste, pois participavam da produção e da circulação das mercadorias, além de estarem próximos ao centro político-administrativo do Brasil, o que os favorecia para pressionar por investimentos na infraestrutura de transporte. Esses fazendeiros, ao perceberem que a escravidão não teria futuro a médio prazo, experimentaram outras formas de exploração do trabalho, mecanizaram o beneficiamento do café e tornaram-se negociadores de terras, construtores, mantenedores de ferrovias e banqueiros, ocupando espaços de decisão e de poder. Neste período, surgem os coronéis brasileiros, homens que compram do Império os títulos da Guarda Nacional, adquirindo autoridade militar, o que amplia o poder dos proprietários de terras e de escravos, que passam de fazendeiros a coronéis.

Foi a aprovação da Lei de Terras, em 1850, que conferiu um estatuto jurídico à propriedade de terras. As posses que já existiam foram reconhecidas e novas apropriações sem pagamento foram proibidas, uma vez que passou a ser permitida a comercialização das áreas para quem tivesse dinheiro para as adquirir, sem a obrigatoriedade do desenvolvimento de atividades de cultivo. A nova lei instituiu a figura dos proprietários de terras, que passaram a ter prestígio social e poder, pelas extensões de áreas adquiridas.

Na década de 1860, durante a Guerra Civil dos Estados Unidos, a cultura algodoeira chegou a ter um novo impulso no Brasil, com a introdução do algodão herbáceo, que incentivou a indústria têxtil, mas não se tornou competitiva e acabou perdendo o acesso aos mercados

externos, segundo Szmrecsányi (1998). Na mesma época, o cacau passou a ser plantado, em vez de simplesmente ser coletado, enquanto planta nativa da floresta amazônica.

A abolição da escravatura foi um dos grandes acontecimentos que marcaram o Segundo Reinado e, embora as atividades produtivas se assentassem, em sua maioria, no trabalho escravo, as pressões externas determinaram a abolição. O processo iniciou-se, em 1850, com a proibição do tráfico de escravos, no entanto, a transição durou mais de 40 anos e a abolição só ocorreu em 1888, nos momentos finais da monarquia brasileira. A proibição de importação de escravos impôs uma escassez de mão de obra, pois, dos escravos existentes no país, poucos nasciam e muitos morriam, além dos movimentos de resistência, que inviabilizavam os trabalhos produtivos, e das campanhas abolicionistas, que, por considerar a escravidão um problema tanto social quanto econômico para o país, sancionou, em 1871, a Lei do Ventre Livre, seguindo o exemplo de outros países.

Em razão da escassez de mão de obra, impôs-se a necessidade de contratação de trabalhadores livres de origem estrangeira, ampliando o movimento migratório, que se intensificou por volta de 1840, assim, até a publicação da Lei Áurea, em 1888, algumas províncias brasileiras foram, por conta própria, abolindo a escravatura.

Os movimentos migratórios ocorriam através de parcerias, nas quais os custos de imigração eram por conta dos imigrantes, que recebiam adiantamentos dos proprietários de terras (financiados pelo governo) e já se endividavam com estes. Os imigrantes eram pagos conforme a colheita e desses valores eram descontados os débitos da imigração. Contudo, essa situação não agradou alguns países, que passaram a proibir que seus trabalhadores viessem para o Brasil, uma vez que outros países se mostravam mais convenientes. Os Estados Unidos, por exemplo, ofereciam terras aos imigrantes que lá fossem viver. Para aumentar a imigração, o governo brasileiro passou, então, a arcar com as despesas de transporte dos imigrantes.

Conforme Szmrecsányi (1998), a nova relação de trabalho, que se estabeleceu, principalmente nos cafezais, o chamado de colonato, passou a permitir que os imigrantes usassem os espaços intercalares das lavouras de café para o cultivo de gêneros, que tanto serviam à subsistência quanto podiam ser comercializados os excedentes da produção. Além disso, pelo trabalho nos cafezais, os imigrantes recebiam um salário anual fixo dos proprietários das terras e também uma quota por alqueire de café colhido.

Até aqui, vimos a constituição dos sentidos para a atividade agropecuária brasileira desenvolvida aos moldes europeus e sustentados por uma necessidade de atender o mercado internacional. Um Brasil que *nasce para o mundo* como promessa de terra portuguesa em que ‘querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo’, privilegiando a monocultura e silenciando os

modos de fazer dos indígenas. Um território para o qual os sentidos de indústria são interditados quando colocados em relação de paráfrase com a manufatura e o beneficiamento de matérias-primas. No processo de instalação do trabalho e da exploração da terra, ciclos produtivos são recorrentes, uma vez que quando o mercado internacional sinaliza qual a atividade economicamente viável naquele momento, o Brasil passa a produzir, como um ‘modismo’, no qual a maioria migra para determinada atividade, agravando a monocultura, saturando o mercado, gerando desgastes, até que um novo produto torna-se o *investimento da vez*: Pau-brasil, algodão, açúcar, minerais, café. Um funcionamento que se vai reverberando ao longo dos anos, desde a invasão portuguesa até o Segundo Reinado e que propicia tentativas de levar vantagem em tudo, usando inclusive de conchavos trapaceiros, que irão reverberar no *jeitinho brasileiro* de negociar.

Vimos, materializados em práticas discursivas, o território brasileiro pertencer ao Rei de Portugal, e não aos índios, e as terras serem entregues pela Coroa aos donatários e sesmeiros, que tinham como trabalhadores os lavradores/moradores e os escravos. Surgem os posseiros e os fazendeiros, os artistas, as classes industriais, os agricultores e os colonos. As terras passam a ser comercializadas e os agora proprietários de terras podem comprar títulos de coronéis e pressionar por investimentos em infraestrutura e transportes.

Nesse percurso, vemos as denominações fazendo funcionar o ‘nós’ (os detentores do poder) e os ‘eles’ (os sujeitos ao poder dos donos da terra), presentes em todo o texto:

Nós	Eles
Portugueses – donatários – colonizadores	Índios – escravos – outros europeus (invasores)
Sesmeiros (arrendatários)	Índios – escravos – posseiros (invasores)
Sesmeiros e posseiros (reconhecidos)	Índios – escravos
Proprietários de terras – fazendeiros – coronéis	Trabalhadores moradores (arrendatários) – escravos – trabalhadores livres e assalariados – colonato – imigrantes

Funciona, nesses processos de denominação, um movimento parafrástico, como se as palavras fossem tomadas umas pelas outras, ou seja, como se todas as palavras referissem às mesmas coisas, mas, de fato, no gesto de dar nome já se colocam sentidos outros, uma vez que, ao parafrasear, a polissemia também se apresenta, além do que o excesso de nomeação já produz, nele mesmo, sentidos.

Apesar de os ‘índios e escravos’ – que são obrigados ao trabalho com a terra – não se subsumirem pelos sentidos dados aos ‘europeus e posseiros’, as duas categorias são tomadas pelo ‘nós’ como ‘eles’, uma vez que funcionam em oposição aos legitimados como donos da

terra, pelo império. O mesmo funcionamento pode ser observado com os ‘arrendatários’ e os ‘escravos e imigrantes’, que se endividavam permanentemente com os donos da terra. A distinção ‘nós’ e ‘eles’ é, então, balizada pela relação com a terra: a de dono e a de trabalhador nela.

Nesses modos de distinção entre o ‘nós’ e o ‘eles’, o efeito que se produz é o de homogeneização, uma vez que há diferenças entre ‘índios’, ‘escravos’, ‘europeus’, ‘posseiros’, ‘imigrantes’, mas, essas nuances de sentido, que marcam as distinções entre uma categoria e outra, são apagadas pela oposição dada pela posse da terra e o trabalho realizado nela, ou seja, a ideologia que atravessa essas denominações. Dessa forma, esse funcionamento diz do duplo caráter dos processos da luta ideológica entre as duas classes antagônicas – que é recorrente em todo o processo de denominação da atividade agropecuária – intervém desigualmente na reprodução/transformação das relações de produção e instala a contradição de sentidos, “[...] ao mesmo tempo *idênticos e diferentes*, isto é, cuja unidade está submetida a uma divisão: o próprio da luta ideológica de classes é se desenvolver *num* mundo que, de fato, não termina nunca de se *dividir em dois*” (Pêcheux, [1984] 2014b, p. 7, grifo do autor).

A redução promovida pela ideologia, marcada pelas duas classes colocadas como antagônicas, a do ‘nós’ e do ‘eles’ produz o apagamento distintivo entre as posições-sujeito que compõem um lado e o outro, causando uniformidade no processo de significação, quando poderia ocorrer deslocamento.

Para Orlandi (1989, p. 42), a política da palavra diz do processo de denominação, uma vez que “[...] toda denominação acarreta um silêncio que o fato mesmo de nomear produz. Toda fala instala espaços de silêncio e o ato de nomear recorta esses espaços, definindo-os”.

A denominação, de acordo com Mariani (1998, p. 118), diz do

[...] modo de construção discursiva dos ‘referentes’, [que] tem como característica a capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, ‘os pontos de estabilização dos processos’ resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo.

Nesse mesmo batimento, Costa (2014, p. 79) afirma que “[...] denominar não é um gesto aleatório, é uma interpretação no nível do simbólico. E, ainda, aponta para um percurso do sentido que vai do nome ao espaço ou vice-versa e recai sobre a constituição do sujeito”. Nessa compreensão, a denominação faz funcionar a posição-sujeito, inscrita no interdiscursivo, convocando a exterioridade que conforma o dizer, marcando-o pela “[...] lei de desigualdade-

contradição-subordinação, que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 149).

O autor, ao formular sobre a denotação de um nome próprio, afirma-o como a identidade mesma do sujeito, dessa maneira, colocando a sintaxe na relação com a identificação, estabelece que toda determinação/saturação é suscetível de remeter ao indeterminado, mesmo estando ao abrigo da ideologia que o conforma, uma vez que está intrinsecamente ligado ao funcionamento jurídico: “[...] constata-se, de modo característico, que esse fenômeno de indeterminação (ou de não-saturação) se encontra tanto no discurso do aparelho jurídico [...] como no funcionamento do “cotidiano” das noções gerais [...] e, finalmente, no funcionamento (científico) do conceito [...]” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 97-98).

Haroche (1992, p. 203) compreende que, para Pêcheux, “[...] qualquer que seja o caráter (saturado ou não saturado) de uma forma gramatical, a passagem de uma forma saturada para uma forma não saturada é sempre possível: o formalismo que atua na gramática não está, pois jamais ao abrigo da indeterminação”. Nesse entendimento, “[...] o processo de designação (de classificação ou ainda de descrição) não é neutro, mas [...] pode sempre deslizar para o raciocínio e mesmo a polêmica, [...] estabelecendo um deslizamento sempre possível da ciência (no caso, a lógica) para o Direito, *para a* ideologia [...]” (*Ibid.*, p. 205, grifo da autora)¹⁹.

No processo de deslizamento nas denominações do Brasil-colonial, funciona o batimento entre a paráfrase e a polissemia, pois ao parecer produzir o mesmo (paráfrase), a aparente inocência da substituição de uma palavra pela outra, produz, concomitantemente, o diferente (polissemia), uma vez que

[...] todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e os polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (Orlandi, 2015a, p. 34).

Para a autora, não há sentido sem a possibilidade de deslizamento/deriva – passagem de uma palavra à outra dentro da mesma formação discursiva, funcionando, portanto, como uma paráfrase – e de deslocamento – cuja substituição se faz sobre o sentido, instalando outros efeitos e podendo inscrever-se em outra formação discursiva, caracterizando a polissemia.

¹⁹A consideração de Haroche é formulada a partir da distinção das vias para a Linguística, descritas por Gadet e Pêcheux ([1977] 2015), aduzindo a via do formalismo/logicismo.

No dizer de Pêcheux ([1975] 2014a), trata-se do efeito metafórico que, caracterizando o processo discursivo, diz do sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónímias etc., que favorece o equívoco, a deriva, o deslizamento de um sentido para outros possíveis.

No dizer do autor, o efeito metafórico é um

[...] fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre x e y é constitutivo do “sentido” designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos “naturais”, por oposição aos códigos e às “línguas artificiais”, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua “natural” (Pêcheux, [1969] 2019, p. 54).

Com esse entendimento, retomamos o quadro de denominações do ‘nós’ e do ‘eles’ para compreender que o ‘nós’, até aqui, com diferentes nomeações, marca o lugar do poder pela posse da terra, mesmo que esse poder tenha mudado de mãos, pois deslizou daqueles que ganharam as terras do rei de Portugal (portugueses, donatários, colonizadores); para aqueles que tinham que trocar a produção pela terra (sesmeiros), passando por aqueles que tomavam para si as terras improdutivas (posseiros), chegando aos proprietários de terra (fazendeiros e coronéis).

No emprego do pronome ‘eles’, funciona aqueles que foram obrigados a se submeter ao ‘nós’ (os donos da terra), assim temos: índios, escravos e os outros europeus invasores; os trabalhadores livres e assalariados; e, por fim, o colonato e os imigrantes. Nesse processo de dominação, a coroa portuguesa teve o auxílio fundamental da igreja no trabalho de subserviência do ‘eles’ ao ‘nós’, pelos jesuítas.

Mesmo com toda essa tentativa de controle pelos donos da terra, as contradições e os litígios foram se instalando na colônia em razão da proibição do trabalho escravo, a crescente contratação de imigrantes, o aumento populacional e de capital e as necessidades de consumo, acabando por colocar em pauta a necessidade de modernizar o processo produtivo.

Nessa esteira, os Estados Unidos²⁰, que já haviam se instalado com um consulado no país, estreitavam relações comerciais com outros países da América do Sul, criando um bloco econômico que visava minar o poder europeu, que, por meio das primeiras estações agrônômicas de estudos, começava a produzir bons resultados.

Com isso, vimos serem iniciadas as questões agrárias, relativas à propriedade das terras, que entraram em pauta por meio das preocupações agrícolas referentes ao manuseio do

²⁰Desde 1889, os Estados Unidos começaram a realizar Conferências Pan-Americanas, das quais o Brasil participava, chegando a sediar o evento, em 1906.

solo. Desse modo, as políticas externas – pesquisa científica; ensino técnico e serviços de assistência – passaram a influenciar e ocupar espaço, no Brasil, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA PELO DISCURSO TÉCNICO/CIENTÍFICO

Economicamente, o Brasil era, até as primeiras décadas do século XX, um grande exportador de café e de cacau, mas pouco produzia para garantir a alimentação de quem aqui vivia, marcando a agricultura como voltada à exportação e ao mercado internacional, pois o foco, desde o *achamento*, era o de servir ao mercado exterior e não ao consumo interno. Daí a necessidade de importar produtos, por meio de tratados comerciais, especialmente com os ingleses, fazendo da exportação uma espécie de escambo, pois na terra em que ‘querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo’, trocava-se café e cacau por alimentos básicos à mesa. Somado a este funcionamento, havia a falta de conhecimento técnico no campo, que já era denunciada desde o final do século XVIII.

Segundo Szmrecsányi (1998), com uma cerimônia que contou com a presença de Dom Pedro II, foi criado, em 1859, o *Imperial Instituto Baiano de Agricultura* (IIBA), constituindo-se como o embrião da mais antiga faculdade de agronomia do Brasil. No ano seguinte, a *Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* (SENACOP), no Rio de Janeiro, tentou introduzir o plantio de novas variedades, por meio da distribuição de sementes e mudas e da importação de alguns maquinários. Órgãos voltados às atividades agropecuárias também foram instalados em Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul. Em 1883, fundou-se, no Rio Grande do Sul, a *Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica*²¹ e, em 1887, foi criada a *Imperial Estação Agronômica de Campinas*²², que resistiu ao longo do tempo e que se constituiu/constituiu como um dos principais órgãos de apoio à agricultura de São Paulo, juntamente com a *Comissão Geográfica e Geológica* (CGG) e a *Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração* (ITCI).

Em 1889, o Brasil passa, pela primeira vez, a ser gerido como República, deixando para trás os períodos da Colônia e do Império, embora ambos continuassem a produzir efeitos, visto que eram/são constitutivos do país. O novo regime, instituído em resposta ao descontentamento de militares e civis da elite com a monarquia, instalou-se como justificativa

²¹Em 1889, passou a se chamar *Lyceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária* oferecendo curso superior e, em 1909, tornou-se *Escola de Agronomia e Veterinária*. Atualmente, a Faculdade de Agronomia faz parte da *Universidade Federal de Pelotas* (UFPel) e é a mais antiga Faculdade de Agronomia em atividade ininterrupta do Brasil.

²²A *Imperial Estação Agronômica de Campinas* instalou a *Escola Agronômica de Campinas*, que foi estadualizada em 1892 e, em 1895, passou a se chamar *Instituto Agronômico de Campinas* (IAC), espaço ligado, atualmente, à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (SAA-SP).

para a decadência e a falta de autonomia política das províncias brasileiras. Com a retirada de Dom Pedro II do poder e a expulsão da família real do Brasil, o presidencialismo tornou-se o novo sistema. Marechal Deodoro da Fonseca foi nomeado o primeiro presidente, em um governo provisório, seguido por Marechal Floriano Peixoto. O período entre os anos de 1889 e 1894 ficou conhecido como *República da Espada* – uma vez que o poder estava nas mãos de militares – e encerrou-se com a primeira eleição para presidente do Brasil. Assim, Prudente de Moraes, um civil, permaneceu no poder de 1894 a 1898 e deu início à chamada *República do Café com Leite*.

O Brasil viveu, por mais de 30 anos, a hegemonia política e econômica dos estados de São Paulo e de Minas Gerais, que estavam entre os mais populosos e que detinham, respectivamente, as principais lavouras cafeeiras e os maiores rebanhos de gado leiteiro. Seus representantes alternavam a assunção ao Governo Federal, garantida pela sustentação de dominância e de submissão dos outros estados da federação, que, em razão de contar com uma pequena parcela da população com direito ao voto, prestavam apoio aos dois estados hegemônicos.

No final do século XIX, ainda faltavam trabalhadores nas lavouras, especialmente as cafeeiras, e a aristocracia rural continuava tentando combater a falta de técnica e a manutenção do poder político, organizando-se em associações, publicando e fazendo circular periódicos. A divulgação das questões agropecuárias desenvolvia-se, prioritariamente, a partir do financiamento de entidades ligadas ao setor, movimentando um discurso patronal e econômico.

Dentre os periódicos que se sucederam, destacaram-se a *Revista Agrícola* – fundada por membros da Sociedade Pastoral e Agrícola de São Paulo, que importava da Europa e da Argentina, gado bovino e máquinas – e *A Lavoura: Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira* (1897), que, segundo Dias (2011), contava com 518 sócios de todos os estados brasileiros, especialmente pecuaristas, plantadores de cana-de-açúcar e senhores de engenho do Nordeste, e defendia que o país precisava de ensino agrícola para tecnificar e diversificar a produção. Esta revista começou a circular em 1897²³ (e segue em funcionamento tendo, atualmente, uma versão digital), sob a responsabilidade da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que recebeu do governo federal, no estado do Rio de Janeiro, uma fazenda para a realização de trabalhos experimentais em zootecnia²⁴.

²³Para conhecer mais sobre a revista *A Lavoura*, um exemplo das publicações realizadas no primeiro ano de circulação está disponível em: www.zebu.org.br/PortalUploads/Revistas/A_Lavoura/1897_Agosto/revista.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

²⁴Segundo Szmrecsányi (1998), as terras dessa fazenda experimental foram devolvidas anos depois, porque as atividades nunca chegaram a prosperar.

Na primeira edição da revista é possível vislumbrar os princípios que são apontados para as atividades agrícolas do país:

[...] desde as **modestíssimas exposições ruraes de freguezias ou simples circumscrições campesinas**, até as grandes exibições das Sociedades de Agricultura de França, de Inglaterra, dos Estados Unidos, da Republica Argentina, da Allemanha ou de outros grandes paizes, ate as grandes festas internacionaes que se tem chamado a Exposições Universaes de Paris, de Londres, de Vienna, Philadelphia ou Chicago, a cada uma delas se pode assignalar uma crescente determinação ou motivo de um dominante **incremento no progresso social**.

Mas como **o ser adulto**, - o organismo desenvolvido, - tem de passar pelas phases do seu desenvolvimento para chegar ás culminâncias do seu destino, não se póde de modo algum pensar no êxito ou siquer na tentativa d'uma exposição universal ou internacional, ou ainda mesmo d'uma exposição nacional, sem **primeiramente passar-se pelas phases mais modestas e preparatórias** de pequenas exposições locaes, do mesmo modo que em uma campanha não se assenta a grande artilharia de sitio sem primeiramente trata-se dos pequenos recursos preliminares que são conhecidos por trabalhos d'aprox.

Assim as exposições internacionaes ou universaes serão o alvo a ser atingido **um dia**; mas são so pequeninos certamens d'aldei', **as singelíssimas exposições de freguesias ou de municípios, as manifestações de pequenas associações ou locaes, os concursos regionais, que representarão os elementos constitutivos as células orgânicas dos grandes torneios do futuro** (A Lavoura, 1897).

A publicação indica a necessidade de as práticas agrícolas no país servirem ao 'incremento do progresso social' e serem orientadas para o modelo das grandes exposições de agricultura de países desenvolvidos, uma vez que as práticas agrícolas na colônia são referidas como 'modestíssimas exposições ruraes de freguezias ou simples circumscrições campesinas', dando a compreender que o que era da ordem das práticas das freguesias e o que era circunscrito ao campesinato carecia de progresso social.

A revista considera, em termos de produção agrícola, que há no país as produções rurais de freguesias e as circunscrições campesinas, colocando a atividade rural brasileira circunscrita a essas duas categorias. Então, nesse momento, o fazer agrícola, que se reconhece como necessitando de expansão, faz-se sobre o homem do campo e sua produção de subsistência.

Para aquisição desse progresso, o artigo compara as práticas agrícolas da colônia às etapas do desenvolvimento humano, que, para chegar a ser maduro/desenvolvido, necessita antes passar pelas 'phases mais modestas e preparatórias' do sucesso. Desse modo, as práticas desenvolvidas pelos modelos indicados serão atingidas 'um dia', desde que sejam vencidas as

etapas da evolução prescrita: ‘as singelíssimas exposições de freguesias ou de municípios, as manifestações de pequenas associações ou locais, os concursos regionais, que representarão os elementos constitutivos as células orgânicas dos grandes torneios do futuro’. Em outras palavras, são as práticas agrícolas modestíssimas, singelíssimas, circunscritas e locais que constituirão as bases do que se almeja: o progresso social dos grandes países de referência.

Nessa visada, em São Paulo, no ano de 1899, a Lei estadual n. 678, organizou o serviço agrônomo do Estado, que, entre outras medidas, deveria desenvolver o ensino profissional agrícola, e atribuía à Secretaria de Agricultura a direção e distribuição de publicações oficiais sobre agricultura em geral, resultantes de pesquisas realizadas por profissionais ligados ao serviço agrônomo. Era, assim, uma tentativa de padronizar as ideias e fazer com que os sentidos de agricultura produzidos pela classe dominante se espalhassem. Segundo Bordenave (1983), esta pasta ficou responsável pela publicação do *Boletim da Agricultura*, que começou a circular em 1900.

No mesmo ano, o fazendeiro Luiz Vicente de Souza Queiroz doou terras para a criação da *Escola Agrícola Prática de Piracicaba*, que tinha, conforme Szmrecsányi (1998), o ensino prático como prioridade, sem aprofundamento em questões teóricas. Entretanto, dezessete anos depois, a formulação ‘Prática’ foi retirada de seu nome e a instituição passou a realizar concursos para a contratação de professores, visando aprimorar o nível acadêmico, visto que até então os contratados eram apadrinhados de dirigentes políticos e, portanto, nem mesmo a prática chegava a acontecer. Esse funcionamento não é trivial, pois o fato de apagar do nome da Escola o termo ‘prática’ não apaga, por si só, uma dada maneira de fazer agricultura, assim, o gesto de renomear, que parecia resolver o problema dos modos de constituição da prática agrícola no país, não era suficiente para apagar os sentidos inaugurais que constituíram/constituem a instituição de ensino.

Seguindo os modelos de referência, o país começou a instalar gestos de *divulgação científica*, que, no dizer de Orlandi (2012, p. 149), são “[...] discursos da ciência fazendo seu percurso na sociedade e na história, publicizando-se e fazendo circular o saber de maneira particular”, dando, aos donos da terra, a ilusão do conhecimento, pois, naquele momento, o saber tinha uma relação direta como poder. Nessa tentativa de produzir e de divulgar a ciência, a formulação ‘prática’, que também fazia parte da denominação da *Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica*, no Rio Grande do Sul, foi igualmente apagada, mudando o seu nome para *Lyceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária*. Vemos, então, no deslizamento de ‘escola prática’ para ‘liceu’, uma tentativa de dar cientificidade para a atividade agrícola, ainda que fosse apenas pelo processo de denominação.

Funcionamento semelhante verifica-se na substituição de ‘Agricultura’ por ‘Agronomia’, que, com esse gesto, reforça a tentativa de dar um caráter científico aos modos de trabalhar no campo pelo estudo das leis, das regras e dos saberes institucionalizados. Esses movimentos de substituição – do que era prático para o que precisava tornar-se científico – marcaram-se também pela mudança, em 1926, do nome da *Escola Agrícola de Piracicaba* para *Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)*²⁵, materializando a tentativa de institucionalizar novos sentido para as atividades que eram realizadas no Brasil.

Szmrecsányi (1998) já havia apontado (*Cf.* p. 44)²⁶ que a população brasileira, no período colonial, era predominantemente rural e agrária, não sendo, portanto, uma civilização agrícola, pois dizer de uma civilização rural e agrária é falar sobre uma população que vivia do/no campo, retirando da natureza o que ela tinha para oferecer. Já uma civilização agrícola, seria aquela voltada para os trabalhos práticos do/com o solo. Essas constatações levaram às substituições, tanto nas denominações dos estabelecimentos quanto nos modos de fazer, conferindo-lhes novos sentidos:

Denominações		Modos de fazer
Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica	Escola Agrícola Prática de Piracicaba	A atividade de agricultura tem caráter prático
	Escola Agrícola de Piracicaba	Apagamento da palavra ‘prática’
Lyceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)	O estatuto de Liceu; o apagamento da palavra ‘prática’; e a substituição de ‘agricultura’ por ‘agronomia’ e a inclusão de ensino superior, conferem cientificidade à instituição.

Nesse movimento, vemos também as substituições alcançarem os sentidos dados às a atividades no campo:

Denominações	Efeitos de sentido
Agrário	População que vivia do/no campo, retirando da natureza o que ela tinha para oferecer.
Agrícola	Voltada aos trabalhos práticos (intuitivos) do/com o solo.
Agricultura	Reprodução das técnicas (europeias e estadunidenses)
Agronomia	Instalação da ciência no país (ensino superior)

²⁵Ainda que a ESALQ mantenha no nome a palavra ‘agricultura’, o seu fazer é científico, uma vez que carrega o estatuto de instituto superior e confere diploma ao engenheiro agrônomo.

²⁶Este recurso será utilizado, sempre que necessário, para fazer retomadas de informações que constem em páginas anteriores no corpo desta tese.

Nesses modos de denominação, temos a substituição do ‘agrário’ (retirada da natureza) por ‘agrícola’ (atividade prática do/com o solo), que desliza para ‘agricultura’ (a cultura de um modo prático-técnico pela reprodução de conhecimentos internacionais) e, finalmente, para ‘agronomia’ (o fazer técnico-científico). Na agronomia, temos a recorrência aos saberes especializados, em uma ‘Escola Superior’ onde a prática já não é suficiente, sendo necessário ampliar e difundir um conhecimento teórico aliado à prática de cultivo para mudança de comportamentos e tradições de um povo.

Mesmo com todo o avanço rumo à ciência, a pujança que garantia poder econômico e político aos cafeicultores foi ameaçada, pois o cultivo do grão – que era a base da economia nacional e que respondia por cerca de 70% da produção mundial – enfrentou uma superprodução, que abarrotou o país e que não foi absorvida pelo mercado internacional. As cotações se deterioraram de tal modo que, em 1906, foi assinado o *Convênio de Taubaté*, quando os governadores de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais recorreram a empréstimos internacionais – principalmente com banqueiros dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Alemanha –, visando comprar os excedentes locais da produção e fazendo a estocagem dos grãos, durante a baixa nos preços.

No mesmo ano, publicou-se, na esfera federal, o Decreto n. 1.606 (Brasil, 1906) instituindo o *Ministério dos Negócios da Agricultura, Industria e Commercio*, que só passou a funcionar em 1909. A nova pasta trouxe em seu nome, além da ‘Agricultura’, as formulações ‘Negócios’, ‘Industria’ e ‘Commercio’, associando e colocando em funcionamento, agora no próprio nome, sentidos que faziam recorrer aos interesses financistas na relação com a terra. O novo ministério foi instituído no período da *República do Café com Leite*, quando a elite agropecuarista dispunha dos poderes econômico e político, mas se via ameaçada pela insipiência de conhecimento teórico e prático. O Decreto aponta as atribuições do órgão:

- a) ensino agricola, estações agronomicas, mecanica agricola, campos de experimentação e institutos de biologia agricola;
- b) imigração e colonização, catechese e civilização dos indios;
- c) industria animal, escolas veterinarias, postos zootechnicos, protecção contra as epizootias, importação e selecção das raças aperfeiçoadas e mais adequadas ao paiz, estudos de pastos, agrostologia ou classificação e analyses das gramineas;
- d) registro dos animaes importados ou nascidos no paiz, de conformidade com o decreto n. 1414, de 21 de fevereiro de 1891, com as alterações que forem convenientes, regulamentos sanitarios para importação, exportação de animaes, sementes e plantas;
- e) estatisticas e informações sobre produção, consumo, mercados internos e externos, exportação e importação, previsões de colheitas, movimento das safras, saldos e stocks, zonas e áreas de produção, coefficients para hectares de terreno ou processo de cultura e industria mineral;

- f) jardins botânicos, hortos, museus, laboratórios, aquisições e distribuições de plantas e sementes;
- g) legislação rural e agrícola, estudos científicos com o intuito de promover o progresso da agricultura e da indústria animal, congressos, conferências, sociedades de agricultura, sindicatos, cooperativas, bancos, caixas de crédito agrícolas e companhias para explorações agrícolas no país;
- h) observatórios astronômicos, estações meteorológicas e carta geográfica (organização e publicação);
- i) hidráulica agrícola, irrigação e drenagem;
- j) terras públicas, registro de terras possuídas e legitimação ou revalidação das posses e concessões feitas, medição, demarcação, descrição, distribuição e venda das terras pertencentes à União e sua separação das que pertencem ao domínio particular;
- k) informações, propaganda, publicidade e divulgação de tudo quanto interessar à agricultura, indústria e comércio no interior e no exterior (Brasil, 1906).

A nova secretaria tinha a função precípua de dar um cunho mais científico às práticas agropecuárias do país, que decorriam de uma sucessão de tentativas fracassadas de se ter uma relação com a terra mais fundamentada na ciência e não apenas de extrair dela tudo o que ela pudesse dar. Além disso, buscava regulamentar, organizar e documentar as práticas realizadas no país, além de divulgá-las, atuando, desse modo, nas áreas de ensino, pesquisa, experimentação e a assistência técnica.

A crise assinalava que o país precisava desacelerar a produção de café e produzir outros insumos, que foram deixados à margem, uma vez que, além da cana de açúcar e do algodão, todo o cultivo era dedicado ao café. A conjuntura desvelava as fragilidades do país, que era perigosamente submisso e dependente do mercado internacional, marcando a conduta dessa forma de fazer agricultura por uma espécie de *fronteira interna*²⁷ com o próprio país, uma vez que nada era feito ou pensando internamente, mas voltado, sempre, aos ditames dos colonizadores e do mercado internacional, construindo, dessa forma, um imaginário para o Brasil e para os brasileiros, que produziam/produzem “[...] efeitos de sentidos específicos à nossa história, ao sentido que se vai construindo para o Brasil. Seremos falados pela memória, pelo domínio de saber europeu [e estadunidense] (seu interdiscurso), resulta em certos efeitos que refletem esse modo de fazê-lo” (Orlandi, 1990, p. 88).

Desde o período do Brasil colônia, a produção agropecuária privilegiava determinadas culturas para beneficiamento em indústrias externas e acabava sofrendo com o abarrotamento, quando os compradores dessas matérias-primas decidiam dar outro direcionamento às negociações. Assim, o Brasil alternava períodos, os chamados ciclos, que o colocavam como

²⁷Expressão utilizada pela professora Eni Orlandi, no momento da qualificação desta tese.

grande fornecedor de Pau-brasil, de cana de açúcar, de algodão, de cacau, de café e, hoje, de soja, por exemplo.

Bordenave (1983) informa que, em 1907, circulavam regularmente no Brasil, 28 folhetos, além de oito periódicos, todos voltados para a elite, já que nos campos brasileiros encontravam-se muitos analfabetos, que continuavam alheios a essas informações. Entre as publicações do período, destacava-se a revista *La Hacienda*, que, segundo Dias (2011), era produzida nos Estados Unidos e descarregada mensalmente no porto de Santos-SP. A circulação abarcava toda a América Latina e tinha versões em português e espanhol.

Os pequenos produtores passaram, apenas em 1910, a ter alguma atenção segmentada da imprensa, com a publicação, em São Paulo, da revista *Chacaras e Quintaes*²⁸, que circulou mensalmente durante 60 anos, com a comercialização de anúncios e assinaturas vendidas para brasileiros e para estrangeiros que aqui viviam. Assim, a revista, cujo título já assegurava um perfil voltado aos produtores de pequenas propriedades, destinava-se à vulgarização técnico-científica e à aproximação com os leitores.

Em 1913, uma nova variedade de café, procedente da África, foi introduzida no Brasil por meio de uma vasta distribuição de sementes, mas disseminou-se também uma praga de difícil controle, a broca-do-café. Nesse gesto, a título de exemplo, temos marcados os modos de fazer agricultura no país, como uma atividade pensada sempre para o poder/saber do exterior. São modos de fazer, que, mesmo com a preocupação científica, associavam-se, como dito anteriormente, ao exercício pleno dos poderes econômicos e políticos impostos pelos colonizadores. Nesse funcionamento, os fazendeiros locais tornavam-se, cada vez mais, os representantes internos do “espírito da colônia”.

A situação do país agravava-se com os efeitos produzidos pela Primeira Guerra Mundial, que, de 1914 a 1918, provocava interferências na economia mundial, marcando-se, no Brasil, pela falta de alimentos e nas exportações de café, que caíram ainda mais. A importação de produtos manufaturados da Europa tornou-se inviável e precisou ser substituída pela produção local. Contudo, no mesmo período ocorreu uma grande entrada de imigrantes no país, que, fugindo da guerra e dos seus reflexos, trouxeram consigo o conhecimento de técnicas diferentes.

Assim, as lavouras de trigo, que quase haviam desaparecido por causa do surgimento da ferrugem da folha, sobreviveram impulsionadas pelos cuidados dos colonos alemães e italianos, mesmo com os problemas apresentados pelas sementes importadas. Além disso, em

²⁸A Revista *Chacaras e Quintaes* foi objeto de pesquisa realizada anteriormente (Costa, 2018).

1919, estações de pesquisa chegaram a ser inauguradas, no Rio Grande do Sul e no Paraná, com o propósito de auxiliar os tricultores.

Em 1918, as questões agropecuárias ganharam espaço de destaque na mídia convencional, não apenas na segmentada (aquela voltada aos leitores que integram determinado nicho), como ocorria até então. A coluna *Assumptos Agrícolas* – que passou a ser publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* – destacou-se como uma das pioneiras no jornalismo científico, no Brasil, e materializou-se como tentativa de dar tal caráter aos modos de constituição das práticas de agricultura no/do país, embora, por nossa visada teórica, compreendamos que o que é constitutivo não se apaga e continua, salvo os deslocamentos, a produzir seus efeitos.

Orlandi (2004, p. 135, grifos da autora) explica o *jornalismo científico* pelo processo de produção de versões, uma vez que o dizer jornalístico sobre o discurso científico já é, em si mesmo, um outro modo de ler. Nesse caso, produz-se um duplo movimento de interpretação, uma vez que o discurso da divulgação científica é a textualização jornalística do discurso científico, “[...] *informando* o que a ciência faz e não *fazendo* ciência. A informação científica é notícia de ciência e não ciência como tal [...] a ciência sai de si, sai do seu próprio meio para ocupar um lugar social e histórico no cotidiano do sujeito”.

Em 1919, os cafeicultores e pecuaristas de São Paulo, voltados para o mercado exportador, fundaram a *Sociedade Rural Brasileira* (SRB), enquanto, em 1927, no Rio Grande do Sul, os pecuaristas inauguraram a *Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul* (FARSUL).

Pelo funcionamento da história, os reflexos da guerra e o declínio europeu fizeram com que os Estados Unidos ganhassem espaço e desenvolvessem suas indústrias com a invenção de novos produtos. Esse movimento fez com que o país ocupasse o posto de maior produtor e, conseqüentemente, o de maior comprador de matérias-primas para a fabricação de mercadorias em série, tornando-se também o maior credor internacional, especialmente da Europa, que necessitava de empréstimos para o seu processo de reconstrução no pós-guerra. No mercado interno, os estadunidenses viviam a expansão de crédito e de consumismo acelerado. Contudo, tal pujança econômica resultou em especulações monetárias, negociações de ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, e em uma ilusão de prosperidade, que despencou com a superprodução não absorvida pelos mercados interno e externo.

A situação desencadeou a crise de 1929, que abateu os Estados Unidos e abalou a economia mundial, conforme conta o ex-ministro da Agricultura do Brasil, Alysson Paolinelli²⁹:

Na crise de 1929, **o mundo percebeu** que o fundamentalismo industrial não era a única solução. **Pensava-se** que país rico era aquele que possui motores para produzir em série. **Os países perceberam** que esse não era o único problema. **Precisavam** fundamentar sua economia com base nos recursos disponíveis. Foi um período de grande **investimento em tecnologia, principalmente nos Estados Unidos, onde foram criados os insumos, defensivos, máquinas agrícolas, fertilizantes, engenharia genética, recursos que fizeram explodir toda a produtividade**. No hemisfério norte, produz-se durante apenas seis meses por ano. O restante do ano é coberto de neve, que serve para matar as pragas e enriquecer o solo. Quando o inverno passa, há possibilidade de realizar-se uma verdadeira explosão biológica em um solo que descansou de quatro a seis meses. Com isso, **eles dominaram o mercado. Passaram a acreditar que a tecnologia seria o ponto fundamental dos países desenvolvidos**, fazendo com que as lavouras se adaptassem às condições de frio e seca (Paolinelli, 2018, p. 14).

Vejamos que na formulação ‘o mundo percebeu’ temos o sentido de mundo restrito aos Estados Unidos, que investia na industrialização, que dominava o mercado mundial e que, portanto, gerava riqueza a partir de seus ‘motores para produzir em série’. O sentido de mundo, em funcionamento na formulação, é o daquele que detém a tecnologia e o conhecimento, mesmo que os Estados Unidos, na ganância de dominar o mercado, produzissem excedentes que instalaram sua própria crise e, conseqüentemente, a mundial.

Na formulação de Paolinelli, temos um dizer atravessado pelo funcionamento do ‘eles’ (Estados Unidos) que produz efeitos sobre o ‘nós’ (Brasil/brasileiros). No dizer do ex-ministro, os pronomes ‘eles’, refere-se aos estadunidenses, e ‘nós’, aos brasileiros, sujeitos ao poderio americano. Vemos, então, que ‘o mundo percebeu’, ‘os países perceberam’, mas o Brasil não, uma vez que sofreu apenas o efeito do que os outros perceberam, sendo assujeitado às conseqüências dessa percepção. Assim, ainda que o Brasil fundamentasse ‘sua economia com base nos recursos disponíveis’, faltava-lhe o essencial para ‘dominar o mercado’: o investimento em tecnologia e conhecimentos aplicados para ampliar a produtividade das

²⁹ Alysson Paolinelli foi professor e diretor da Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), deputado federal, ministro pelo governo de Minas Gerais (década de 1970) e ministro pelo governo militar de Geisel (de 1974 a 1979), quando alavancou fortemente a EMBRAPA. Enquanto produtor rural foi presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Associação Brasileira dos produtores de Milho (ABRAMILHO), o que lhe rendeu o prêmio *World Food Prize*, em 2006, além de ser um dos indicados ao Prêmio Nobel da Paz, em 2021. Os recortes de dizeres de Paolinelli que compõem nosso corpus nesta tese foram retirados do Prefácio assinado por ele para o livro *A História da Bancada Ruralista*, do jornalista Vinícius Tavares.

lavouras (insumos, defensivos, máquinas, fertilizantes, engenharia genética). Esse ponto é fundamental na divisão entre um ‘eles’ – os países desenvolvidos que investem em tecnologia – e um ‘nós’ – o país subdesenvolvido que se submete ao consumo da tecnologia estrangeira para produzir o que o mercado internacional demanda.

No auge da crise econômica mundial, o Brasil enfrentou também uma crise de ordem política, pois, na alternância de poder da *República do Café com Leite*, o presidente Washington Luís, que deveria ser sucedido por um representante mineiro, prestou apoio à candidatura do paulista Júlio Prestes, sinalizando uma ruptura e um agravo aos políticos mineiros, especialmente os da liderança do Partido Republicano. Esse movimento favorável ao governo paulista fez com que Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba lançassem, conjuntamente, a candidatura do político gaúcho Getúlio Vargas, que assumiu o governo, marcando o fim do primeiro período republicano, no Brasil.

Com a instabilidade instalada nos Estados Unidos desaceleraram-se as negociações com o Brasil, uma vez que o país era o maior mercado consumidor do café aqui produzido, absorvendo 75% dos grãos brasileiros. Além disso, segundo Costa (2021), houve queda na cotação da saca do café, que sofreu, no mercado internacional, uma desvalorização de 90%, em um ano. Visando cobrir o prejuízo dos cafeicultores, o governo brasileiro comprou e queimou 80 milhões de sacas de café, que ainda era o principal produto produzido no país, indicando, mais uma vez, a necessidade de diversificar a produção. Esse funcionamento, que ainda hoje produz seus efeitos, decorre da prática da monocultura, visando atender ao mercado internacional, portanto, uma produção sujeita aos seus humores e interesses.

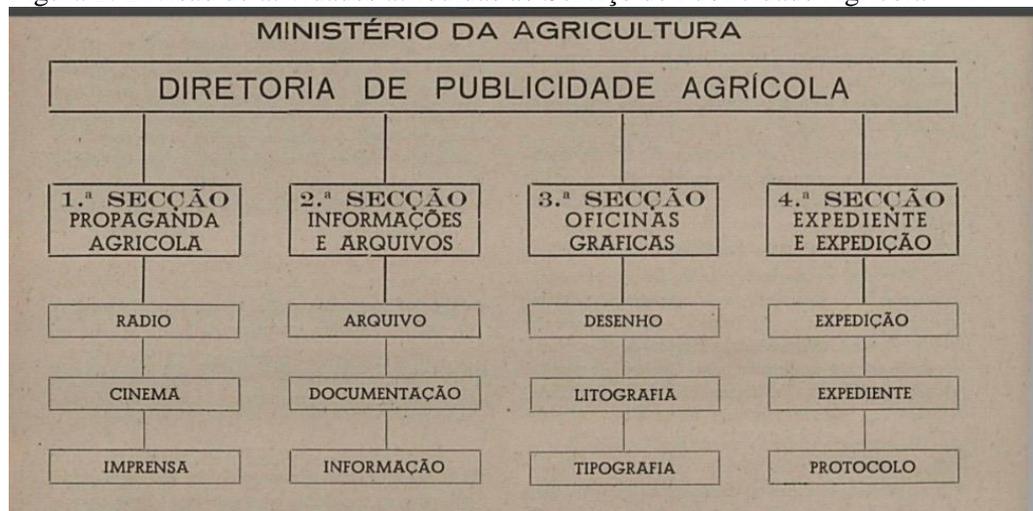
Com a diminuição do interesse pelo café brasileiro, o Estado passou, então, a privilegiar a industrialização, que resolveria tanto a dificuldade de abastecimento interno quanto concorreria para a instalação de uma nova e protagonista elite industrial. Nesse novo modelo, o campo deveria produzir matéria-prima para o setor industrial e também elevar a capacidade aquisitiva para consumir a produção da indústria. Com esse entendimento, entre os anos de 1929 e 1937, a indústria brasileira cresceu, mas, como a tecnologia e os insumos eram importados, o país manteve, para a produção dos bens de consumo que lhes eram necessários, o seu processo de industrialização dependente do mercado externo.

Tentando resolver o problema, Vargas propôs, segundo Welch (2016), intervenções patrocinadas pelo Estado a fim de instituir novos hábitos de atividade e de economia, desenvolvendo, em consequência, uma série de estudos, de leis e de instituições, que objetivavam reajustar o que era praticado na vida rural. Assim, em 1931, o governo criou o primeiro mecanismo oficial de financiamento rural no Brasil, a *Carteira de Crédito Agrícola e Industrial* (CREAI), do Banco do Brasil, permitindo, segundo Bordenave (1983), que os

agricultores comprassem máquinas modernas, investissem em fertilizantes, sementes certificadas, irrigação e armazéns. Contudo, o avanço carregava, desde o seu início, um retrocesso, visto que o homem do campo passou a trabalhar para pagar os financiamentos, fazendo funcionar a memória dos lavradores do Império que, quase invariavelmente, devolviam as terras por falta de condições de beneficiá-las.

Influenciado pelas discussões que ocorriam nos Estados Unidos e na Europa, Vargas promulgou uma legislação que, no futuro, será chamada de o primeiro *Código Florestal do Brasil*, uma vez que, por meio do Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, estabeleceu limites à propriedade rural e incentivou a colonização de áreas ainda não habitadas. Para fortalecer e difundir a agropecuária, em 1938, pelo Decreto n. 982, o governo reorganizou e criou alguns órgãos, entre eles o *Serviço de Publicidade Agrícola*³⁰, cujo propósito era o de fazer circular materiais que incentivassem a produção de alimentos para abastecer o polo industrial que se formava na região sudeste. Além disso, a ação, que adotava a agricultura como solução, visava incentivar a ocupação dos vazios demográficos, povoar o Centro-Oeste e quebrar os desequilíbrios regionais. O Serviço de Publicidade Agrícola, ligado ao Ministério da Agricultura, apresentava o fluxograma das atividades por ele desenvolvidas:

Figura 2: Divisão de atividades atribuídas ao Serviço de Publicidade Agrícola



Fonte: Fernandes Silva (1938)

Como podemos observar, a maioria das atividades do setor eram ligadas à divulgação e propaganda da agricultura, pelo governo. Contudo, o avanço frente a sua divulgação sofreu

³⁰O governo Vargas valeu-se enormemente da imprensa para promover e referendar sua administração, adotando os canais de comunicação com a sociedade civil para promover-se como uma figura messiânica de salvação do país, tanto das ameaças externas quanto do comunismo. Assim, no Estado Novo, Vargas criou um canal exclusivo para a propaganda do governo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm>. Acesso em: 5 abr. 2024.

uma fase de recessão, pois, no período de 1939 a 1945, o mundo viveu a Segunda Guerra Mundial, que tornou a falta de alimentos uma preocupação crescente, visto que o país que possuía alimentos detinha, como consequência, a força e o poder.

Nessas circunstâncias, o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, declarou-se em condição de alimentar a Europa, que se encontrava arruinada. Assim, criou o *Plano Marshall*, cujo objetivo era o de oferecer assistência técnica e financeira para reestruturação dos países europeus, afinal a Europa precisava reerguer-se para manter as importações e honrar as dívidas com os Estados Unidos. Além disso, estamos diante de uma disputa entre culturas e a distribuição de ‘conhecimentos’, de ‘modos de fazer e viver’, que também se apresentam como estratégias para a dominação.

Passado o período de guerra, a propaganda acerca da produção de alimentos cresceu no Brasil, conforme aponta o antigo Serviço de Publicidade Agrícola, que passou a chamar-se, em 1946, *Serviço de Informação Agrícola* (SIA):

Figura 3: Notícia sobre o Serviço de Informações Agrícolas



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [202-]

A prática de adotar a publicidade em torno das ações do governo tornava-se um modo de administrar o país, pois essas publicações, via de regra, colocavam-se mais a serviço da promoção dos governos e dos governantes do que, propriamente, do setor agrícola. De todo modo, se na primeira edição da revista *A Lavoura* (1897) falava-se da necessidade de publicação, para fugir às ‘modestíssimas, singelíssimas, circunscritas e locais’ ações do setor, o caminho rumo ao ‘progresso social’ estava dado, pois a notícia acima informa que o SIA fez circular, em um ano, cerca de 500 mil publicações sobre assuntos agropecuários, além de manter trabalho de documentação, consulta e informação, extensão, imprensa, rádio e cinema. No aspecto da extensão, o boletim informa que foram realizadas 13 semanas ruralistas, em

diversas regiões do país, além de demonstrar os serviços desenvolvidos em cada um dos seus setores.

No final da era Vargas, em 1945, surgiram as *Ligas Camponesas* que, constituindo-se no germe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram associações de trabalhadores em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo, movimentos reivindicatórios, organizados inicialmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). No período de 1946 a 1951, o país foi governado pelo general Eurico Gaspar Dutra, que promoveu uma maior aproximação dos Estados Unidos, aderindo-se ao chamado *Ponto Quatro* – cooperação técnica, instituída por Truman, para as áreas de agricultura, saúde e educação com foco na África, no Oriente, na Oceania e nas Américas do Sul e Central³¹. O Ponto Quatro foi assim denominado por se referir ao quarto objetivo destacado pelo presidente dos Estados Unidos, em seu discurso de posse, em 1949:

Em quarto lugar, devemos embarcar em **um novo e ousado programa para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas**. [...] Creio que devemos **colocar à disposição** dos povos amantes da paz os benefícios de **nosso estoque de conhecimento técnico, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor**. [...] Nosso objetivo deve ser ajudar os povos livres do mundo, através de seus próprios esforços, a **produzir mais alimentos**, mais roupas, mais materiais para moradia e mais poder mecânico para aliviar seus fardos. [...] Com a cooperação de empresas, capital privado, agricultura e trabalho neste país, este programa pode aumentar muito a atividade industrial em outras nações e pode elevar substancialmente seus padrões de vida. [...] **Todos os países, incluindo o nosso, se beneficiarão** muito de um programa construtivo para o melhor **uso dos recursos humanos e naturais** do mundo. A experiência mostra que o nosso comércio com outros países se expande à medida que progredem industrial e economicamente. Uma **maior produção é a chave para a prosperidade e a paz**. E a chave para uma **maior produção é uma aplicação mais ampla e vigorosa do conhecimento científico e técnico moderno** (Inaugural [...], [19--], tradução nossa)³².

³¹Essa divisão, que abarcou regiões consideradas menos sujeitas às influências da União Soviética, marcou o início da Guerra Fria.

³²Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. [...] I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. [...] Our aim should be to help the free peoples of the world, through their own efforts, to produce more food, more clothing, more materials for housing, and more mechanical power to lighten their burdens.[...] With the cooperation of business, private capital, agriculture, and labor in this country, this program can greatly increase the industrial activity in other nations and can raise substantially their standards of living.[...] All countries, including our own, will greatly benefit from a constructive program for the better use of the world's human and natural resources. Experience shows that our commerce with other countries expands as they progress industrially and economically. Greater production is the key to prosperity and peace. And the key to greater production is a wider and more vigorous application of modern scientific and technical knowledge. Disponível em: www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address. Acesso em: 1 set. 2023.

O discurso de Truman, marcado pelos sentidos ditados pelo imperialismo americano, produz efeitos de exaltação das potencialidades estadunidenses, colocando em funcionamento uma visível valorização dos conhecimentos científicos e técnicos modernos do país, por meio de um ‘novo e ousado programa’. O dizer mobiliza, especialmente pelo não dito, um ‘nós’ (os americanos, detentores do saber – que é tamanho que forma um ‘estoque’) e um ‘eles’ (os países atendidos pelo Ponto Quatro, sujeitos à necessidade de aprender o saber que os americanos detêm).

Nessa conjuntura, o pronome ‘eles’ (países subdesenvolvidos) abarca mesmo aqueles que têm poder no Brasil, pois todos estão submetidos ao ‘nós’ (norte-americanos), que submetem os países de terceiro mundo aos seus ditames. Desse modo, ao aceitar a inclusão do Brasil entre os países da América do Sul a serem atendidos pela proposta estadunidense, o governo brasileiro assume e retoma os sentidos de desqualificação dos saberes próprios de quem já executava um trabalho de agricultura, desde os indígenas. Temos, assim, sentidos produzidos por um olhar externo para/sobre o Brasil e o povo brasileiro, que, reforçam a necessidade de o país ser salvo da ignorância, pois nas relações de força há sempre aquele que se submete, que se assujeita, e aquele que domina, dependendo das posições-sujeito e das ideologias que as constituem.

No discurso do programa do governo dos Estados Unidos, os sentidos postos em funcionamento por esse modo de “abnegação” do conhecimento se fazem mostrar, na nossa análise, pelas mesmas falsas intenções burguesas do discurso que se instalou na memória do dizer, pois ao se propor a ajudar os países do Ponto Quatro a ‘realizar suas aspirações por uma vida melhor’, ou seja, a ‘ajudar os povos livres do mundo, através de seus próprios esforços, a produzir mais alimentos, mais roupas, mais materiais para moradia e mais poder mecânico para aliviar seus fardos’, faz acionar os sentidos presentes no lema da Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade), instalando, desse modo, um simulacro que engoda o discurso norte-americano nas tramas de uma ajuda aparentemente desinteressada.

Contudo, o que se silencia, nesse gesto, é o fato de que a ajuda supunha uma dívida eterna desses ‘povos livres’ e ‘amantes da paz’ para com os Estados Unidos. Além disso, tal discurso assegura um direito policialesco de manutenção dos recursos naturais desses países, uma vez que os Estados Unidos já haviam destruído os seus bens naturais, como se pode observar, ao dizer que ‘todos os países, incluindo o nosso, se beneficiarão muito de um programa construtivo para o melhor uso dos recursos humanos e naturais do mundo’. Em síntese, o efeito produzido pelo discurso de Truman é o de ‘colonizar’ os países atendidos pelo Ponto Quatro ‘com aplicação ampla e vigorosa’ de uma forma de capitalismo voraz, de modo

a colocar esses países em condição de endividamento e de dependência, ditando-lhes o que e como produzir, ao mesmo tempo em que exige a preservação dos seus recursos naturais.

Fazendo um recuo na história, podemos perceber que se Portugal precisou endividar-se, principalmente com empréstimos da Inglaterra, para a manutenção de sua colônia (conforme abordado no primeiro capítulo), agora, vemos os Estados Unidos ‘colonizando’, a partir de seu próprio poderio, vários continentes, o que se marca por uma forma de subjugo muito mais eficaz, que a adotada pelos portugueses. Isso diz das condições de produção da instalação dessas duas formas de poder: uma marcada pelo falso humanismo burguês e a outra que, até se valendo de dizeres que fazem ecoar a memória do dizer burguês, declara o interesse econômico e natural no país, visando apenas à prevalência do seu poderio e hegemonia.

Os portugueses exploravam as produções brasileiros, mas careciam dos meios econômicos, do conhecimento e da técnica – como mostramos, todas as tentativas de ensinar resultam em fracassos. Os norte-americanos, por sua vez, não só detinham o capital e o conhecimento, mas instalaram suas empresas e instituições no Brasil, como meio de melhor controlá-lo e dominá-lo. Gadet e Pêcheux ([1977] 2015, p. 306) destacam que manter o “atraso” dos países em desenvolvimento, assegura a pilhagem de matérias primas e de recursos energéticos, sendo uma “[...] condição estrutural da manutenção da exploração capitalista a nível mundial [...]”.

O discurso de Truman produziu os efeitos almejados pelo governo dos Estados Unidos, pois, no segundo governo Vargas (1951-1954), vários convênios foram assinados seguindo a proposta do Ponto Quatro. Dentre eles, destacou-se a criação, no Rio de Janeiro, de um órgão misto dos setores de agricultura do país e dos Estados Unidos, chamado *Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano* (ETA), que realizava cursos práticos de caráter extensionista. Bordenave (1983) alerta que muitos historiadores consideravam o ETA apenas como um instrumento de controle político e ideológico norte-americano, uma vez que os financiamentos para projetos brasileiros eram condicionados à compra de materiais estadunidenses. Entre esses produtos norte-americanos, estava o modelo de extensão rural para levar os conhecimentos da pesquisa agrícola para os agricultores, enquanto, na contrapartida, os Estados Unidos acessavam informações e documentos oficiais brasileiros.

Mendonça (2010) explica que a visão sobre as atividades, até então definidas como de ensino agrícola, passam a priorizar a qualificação da mão de obra rural adulta e não a atividade escolar, gerando uma divergência entre os dirigentes do Ministério da Agricultura (fundado em 1909) – que, em consenso com os norte-americanos, concebiam a educação rural enquanto disseminação de técnicas –, e os responsáveis pelo Ministério da Educação e Saúde (criado em

1931) – que, orientados por uma perspectiva de cunho humanista, entendiam como necessário acabar com o analfabetismo no campo, por exemplo.

As práticas extensionistas eram destinadas à difusão, em larga escala, de conhecimentos sobre técnicas de cultivo, tipos de semente, em lugar da ênfase nas escolas técnicas agrícolas, incumbidas de ministrar cursos de nível médio e profissionalizante. Dentre as instituições vinculadas à extensão, destacaram-se as *Semanas Ruralistas* e as *Missões Rurais*, além de cursos avulsos, que objetivavam uma produção agrícola eficiente.

Como vemos, o ensino prático ofertado ao homem do campo servia ao propósito norte-americano de fornecer a melhor técnica para abastecer os mercados, em detrimento de uma formação que implicasse, de fato, o conhecimento e a pesquisa em agricultura. Na condição de reprodutor da técnica americana, o trabalho na área era apenas o de repetir os ensinamentos práticos, sem a capacidade, inclusive, de uma análise crítica da sujeição colocada nesses modos de fazer agricultura. Afinal, a reprodução interessa ao dominador, uma vez que os dominados, sem condição de analisar os interesses postos em funcionamento, apenas ampliam as relações de dependência com o dominador. Esse modo sutil de dominação abafa o custo social que ele conforma e, com isso, apaga o trabalhador rural, a sua realidade, o seu conhecimento.

Desse modo, ao se colocarem como benfeitores para práticas agrícolas do Brasil, os Estados Unidos instalaram-se como necessidade e criaram dependência, uma vez que se apresentaram como os salvadores da atividade, com suas máquinas, suas tecnologias, seus conhecimentos, etc., como saída para a boa plantação, entendida como aquele que ocorre em quantidade em detrimento da qualidade. Assim, o Brasil torna-se um “laboratório de experiências”, sem prever ou relegando as consequências, e “criando” necessidades que talvez nem existissem não fosse o modo de produção da forma como fora sendo instalado.

Além de acordos governamentais, a situação favoreceu que agências privadas norte-americanas, como as *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), com fins filantrópicos, e a *International Basic Economy Corporation* (IBEC), fundadas pelo empresário e político Nelson Rockefeller, dessem o ensinamento e a direção das práticas de agropecuária no país. Segundo Tota (2017), com as duas agências houve o aperfeiçoamento da cultura de sementes de milho híbrido, foram promovidas pesquisas com novas qualidades de café e formas de combate a pragas, experiências com pastagens especiais para gado, novas raças de porcos, criação extensiva de frangos, fabricação de adubos e ração para animais. Tratores, arados e colheitadeiras foram utilizados para preparar grandes extensões de terra para plantar, helicópteros pulverizaram produtos para fertilizar e combater as pragas das plantações. Além disso, a IBEC criou a *Associação de Crédito e Assistência Rural* (ACAR),

inicialmente em Minas Gerais, que fornecia ajuda financeira aos pequenos agricultores para modernizar a agricultura, a exemplo da americana *Farmers Security Administration*³³.

Em 1951, com o Decreto n. 29.803, Vargas instalou a *Comissão Nacional de Política Agrária* (CNPA), “[...] com o objetivo de estudar e propor ao Presidente da República, as medidas julgadas necessárias para a organização e desenvolvimento da economia agrícola e o bem estar rural”. Três anos mais tarde, com a Lei n. 2.164 (Brasil, 1954), criou-se uma autarquia federal, denominada *Instituto Nacional de Imigração e Colonização* (INIC)³⁴.

Na esteira desse progresso, em 1952, o governo fundou o *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico* (BNDE) e, no ano seguinte, a *Petrobras*, pois o Brasil importava todo o petróleo que consumia, sendo que os meios de transporte mais utilizados, para cargas e passageiros, eram a cabotagem e as ferrovias, que já existiam no país, desde 1854, principalmente para o transporte de cargas de café. O crescimento motivou indústrias de tratores a se instalarem no Brasil, fazendo com que, na década de 1960, o Brasil contabilizasse mais de 140 mil tratores.

Com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, Juscelino Kubitchek foi eleito presidente do Brasil e deu força ao projeto desenvolvimentista, com o ‘apoio’ externo. Foram assinados empréstimos com os Estados Unidos e autorizadas as instalações de empresas estadunidenses de urbanização, que geraram grandes investimentos para incremento de estradas. Além disso, o projeto de construção de uma capital para o Brasil, assessorado pela IBEC, de Rockefeller, promoveu que se estendesse a *Associação de Crédito e Assistência Rural* (ACAR) para todo o Brasil e não só para Minas Gerais, como era até então. Com isso, difundiu-se o modelo de assistência técnica subordinada ao atendimento das necessidades do setor urbano-industrial, levando à criação, em 1956, da *Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural* (ABCAR)³⁵, uma entidade de caráter privado que, recebendo recursos dos governos estadual e federal, passou a ser declarada de utilidade pública.

Nessa esteira, agências de propaganda e veículos de comunicação incrementaram a divulgação das atividades extensionistas, seguindo as experiências norte-americanas, com o objetivo de difundir inovações tecnológicas para a produção, a produtividade, a mudança de

³³Szmrecsányi (1998) aponta que as importações de tratores cresceram de 1.600 unidades, em 1948, para 11.200, em três anos, e durante a década de 1950 o estoque de tratores do país aumentou para cerca de 70 mil.

³⁴Em 1962, a Comissão e o Instituto são integrados e substituídos pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que posteriormente darão origem ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que unificados formam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

³⁵Na década de 1970, durante o governo militar, a ABCAR é incorporada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), transformando as ACAR de cada estado em Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs), todas mantidas com recursos distribuídos pela EMBRATER.

comportamento no campo. Revistas de circulação nacional, com repórteres especializados, passaram a cobrir, exclusivamente, a área rural. Bordenave (1983) destaca que, até o final da década de 1950, o Serviço de Informações Agrícolas (SIA), do Ministério da Agricultura, produziu cerca de 350 filmes mostrando o desenvolvimento da agropecuária brasileira, além de criar um periódico, *Informação Agrícola*, que divulgava as ações do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA) e concedia bolsas de estudo para técnicos brasileiros especializarem-se nos Estados Unidos. Ainda com a necessidade de propagandear as atividades, o governo criou, em 1958, uma rádio própria, a *Rádio Rural*, e, na mídia convencional começaram a despontar colunas e revistas voltadas para a agropecuária, como é o caso do jornal Estado de S. Paulo – que lança, semanalmente, o *Suplemento Agrícola* – e da revista *A Granja*, editada no Rio Grande do Sul, em circulação até hoje – 2024.

Nos Estados Unidos, em 1955, surge o conceito de *agribusiness*, uma formulação posta a circular pela primeira vez pelo pesquisador John Davis, durante o *Congresso de Distribuição de Produtos Agrícolas*, em Boston (EUA). Dois anos depois, Davis e Ray Goldberg (1957), ambos professores da Universidade de Harvard, lançaram o livro *A Concept of Agribusiness*, mas, no Brasil, a formulação só entrará em circulação na década de 1990.

Nos anos de 1960, os interesses econômicos faziam com que empresas e bancos americanos investissem milhões de dólares no Brasil, assim, enquanto o campo vivia o projeto de extensionismo, as cidades viam o impulso da política de industrialização, que alavancava também os setores de comércio e serviços. Contudo, segundo Costa (2021), as facilidades urbanas do país acentuaram o êxodo rural, fazendo com que metade da população do campo passasse a viver nas cidades, aumentando a concentração de analfabetos e tornando ainda mais precárias as residências urbanas, que eram, em sua maioria, de madeira, visto que a modernização em curso atingia apenas a classe média alta. Temos aqui a relação campo-cidade delimitada pelos espaços de industrialização e aumento da população (cidade) e produção agropecuária e êxodo (campo), além de vermos que os altos índices de analfabetismo são atribuídos aos moradores do campo que, nesse momento, passa a buscar espaço nas áreas urbanas.

Em 1963, com João Goulart na presidência, os proprietários de terras sentiram-se ameaçados pela inclusão de propostas de reforma agrária nos planos do governo, que, pressionado por movimentos organizados, criou o *Estatuto do Trabalhador Rural* (ETR), assegurando, para os trabalhadores do campo, os mesmos direitos conquistados, na década de 1940, pelos trabalhadores urbanos.

Essa nova configuração, que impôs a discussão da reforma agrária, produziu deslizamentos de sentidos na relação entre os proprietários da terra e os que nela trabalham,

promovendo novos gestos de denominação e colocando em circulação uma nova figura, o ‘trabalhador rural’, ou seja, aquele que não tem a posse da terra, mas que vive do trabalho nela, o que nos possibilita organizarmos o quadro opositivo, abaixo:

Nós	Eles
Proprietários de terras – fazendeiros – coronéis	Trabalhadores moradores (arrendatários) – escravos – trabalhadores livres e assalariados – colonato – imigrantes
Proprietários de terras e fazendeiros	Trabalhador rural x trabalhador urbano

No processo de adjetivação do trabalhador, que antes era apenas o urbano, instala-se a oposição entre o campo e a cidade, uma vez que, no dizer de Orlandi (2019, p. 11, grifo do autor), “[...] a relação entre o político e o simbólico se faz na forma da sobredeterminação do espaço social pelo espaço urbano, ou seja, *há uma prevalência do espaço urbano na significação do espaço social*. As relações sociais significam-se pelo urbano e suas especificidades”. Contudo, ao surgir como categoria, o trabalhador rural passou a reclamar os direitos à produção na/da terra e às leis que o assegurassem, aos moldes do trabalhador urbano.

Na constituição das condições de produção desse funcionamento, temos ainda a instauração do golpe militar no Brasil, em 1964, e o incentivo do Estado para o setor industrial ampliar seus investimentos, enquanto a classe média, com o crédito que lhe era concedido, endividou-se no consumismo do que a indústria produzia.

No ano seguinte, após estudos sobre as legislações ambientais aplicadas na França, na Itália e na Finlândia³⁶, o Brasil aprovou o segundo *Código Florestal*, Lei n. 4.771 (Brasil, 1965), sob o argumento de que aqueles que se opusessem à aprovação da lei estariam defendendo “[...]de forma antipatriótica a agropecuária predatória e a dilapidação do patrimônio natural do país na forma de suas florestas, seus solos e seus recursos hídricos” (Rajão *et al.*, 2021, p. 21).

Segundo Paolinelli (2018), no final da década de 1960, os preços dos alimentos haviam dobrado no mercado internacional e a situação replicava-se no Brasil, levando as famílias brasileiras a comprometerem entre 42% e 46% da sua renda com alimentação, desvelando que o país crescia, mas a agricultura não conseguia suprir as demandas internas. O país importava 80% do petróleo que consumia e mais de 50% do leite, do arroz, do trigo, do feijão e da carne.

As grandes empresas instaladas no país eram, em sua maioria, americanas, alemãs, holandesas, italianas e inglesas. Fábricas multinacionais como Volkswagen, Mercedes-Benz, Ford e General Motors, além da Fábrica Nacional de Motores, criada por Vargas, em 1939, produziam, sobretudo, caminhões. Esse desenvolvimento industrial provocou uma mudança na

³⁶Mais uma vez o Brasil baseando-se em funcionamentos internacionais para ditar suas regras.

forma de escoamento da produção. O transporte, que antes era feito por navios e trens, passou a ser rodoviário, abandonando formas mais econômicas e menos poluentes para o transporte dos grãos.

A chamada *Revolução Verde*, difundida, desde a década de 1940, pelos Estados Unidos, ganhou força no Brasil na década de 1970, uma vez que o governo brasileiro passou a incentivar – por meio da garantia de preços e de créditos a juros módicos e seguros – a produção, por exemplo, de trigo e outros cereais, principalmente na região Sul do país. A medida baseava-se no uso de tecnologia para aumentar a produção de alimentos em um mesmo espaço de terra e surgiu a partir do desenvolvimento, nos Estados Unidos, de variedades de trigo geneticamente modificadas para serem resistentes a determinadas pragas.

No Brasil, a necessidade de ampliação da produção de suínos e aves para o mercado interno foi um dos argumentos utilizados, nesse período, para o reforço à produção da soja, que, na realidade, manteve a saga de exportação, visando ao atendimento ao mercado internacional. Duclós (2014) conta que uma primeira tentativa de cultivo da semente tradicional de soja não vingou, na década de 1920, na Bahia. Segundo o autor, o grão foi ganhar berço no sul do Brasil, com clima mais apropriado, a partir de sementes importadas dos Estados Unidos e adaptadas às condições brasileiras. À época, o grão, também conhecido como feijão-soja, tinha dificuldade para se consolidar e seu plantio começou a ser feito em sistema de rodízio/rotação com o trigo.

Na mídia, o incentivo a essas práticas veio por meio de cadernos impressos, como o *Correio Rural* (RS), o *Caderno Agropecuário* (MG) e o *Suplemento do Campo* (GO), que mostram as vantagens das produções de grãos, frutas e pecuária. Do mesmo modo, pequenas revistas especializadas em leite, cavalos, aves e arroz começaram a circular e as verbas das agências de publicidade foram repartidas entre os veículos responsáveis pela divulgação do campo. E, como não podia faltar, a Editora Visão, de origem norte-americana, lançou a revista *Dirigente Rural*.

Em 1971, o então presidente Emílio Garrastazu Médici instituiu o *Programa de Assistência ao Trabalhador Rural* (PRORURAL), pela Lei Complementar n. 11 (Brasil, 1971a), estabelecendo que os recursos para o seu custeio³⁷ seriam provenientes do *Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural* (FUNRURAL) – que se tratava de um imposto previdenciário que incidia sobre o valor bruto da comercialização da produção rural – e do *Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste*

³⁷Ficou estabelecida a contribuição de 2% (dois por cento) sobre o valor comercial dos insumos gerados pelos produtores rurais.

(PROTERRA), instituído pelo Decreto-Lei n 1.179 (Brasil, 1971b). O período é descrito por Paolinelli (2018, p. 15):

[...] a **mídia nacional** só perguntava uma coisa: **quando** o Brasil **iria quebrar**? Era fácil fazer essa conta. O saldo era café, cacau, borracha e madeira. Mas quando se media o subsídio da indústria, da compra de alimentos e do petróleo, percebia-se que **o Brasil não duraria dez ou quinze anos. E não havia alternativa.**

Foi aí que **as universidades melhoraram muito.** No começo, elas foram até certo ponto **rejeitadas durante a reforma da educação**, cujo relator foi Carlos Lacerda. **Tínhamos apenas** doze escolas de agronomia e nove de veterinária. O ministro dizia que eram **escolas caras** em que **só se faziam experimentos**, que havia professor em tempo integral que **não daria resultados. Ficamos** decepcionados. Foi então que **criamos** a nossa própria associação e **lutamos. Conseguimos ajuda de fora. Montamos** um **programa de melhoramento de ensino agrícola** no Brasil. **Levamos nossos professores** a fazer pós-graduação nos **Estados Unidos**. Lá, eles conheceram as Land Grand Colleges e **tiveram acesso ao ensino, pesquisa e extensão.** Voltaram com uma nova mentalidade e **começaram a montar** os cursos de pós-graduação no Brasil. Houve uma **evolução** muito rápida no ensino agrícola, dando mais **objetividade, integrando ao sistema produtivo.**

Pensavam que o Brasil não era capaz de fazer agricultura tropical. **Criamos** a Embrapa.

Ao fazer referência à ‘mídia nacional’, o autor aponta que a crítica situação econômica do país não estava velada, uma vez que já era conhecida e popularizada pela imprensa que, sendo porta-voz da sociedade e exercendo seu legítimo papel de vigilante social, não questionava o futuro apocalíptico, mas ‘quando’ ele ocorreria, considerando que ‘não havia alternativa’. O problema é justificado pela falta de alimentos, ao destacar que a produção nacional resumia-se a café, cacau, borracha e madeira, ou seja, a produção respondia aos grandes ciclos históricos de extração nacional, que focavam no atendimento ao mercado externo. O cenário, nos efeitos de sentido produzidos por Paolinelli, era de uma encurralada, pois não havia saída, uma vez o país aproximava-se do fim da linha: ‘não duraria dez ou quinze anos’.

Paolinelli, sendo professor e diretor de uma escola de ensino superior, formula a partir desses lugares e apresenta as universidades como salvação, contrapondo-se ao dizer do relator da reforma educacional, Carlos Lacerda, que rejeitou, no início, o papel das universidades. Para o líder do setor agropecuário, ‘as universidades melhoraram muito’, passaram por um ‘programa de melhoramento’, ascenderam em qualidade, a partir do que foi programado pela ‘ajuda de fora’. Essa interferência externa esteve sempre presente, desde o ‘transladar’ conhecimentos, pelos europeus, com a tradução de textos sobre técnicas de cultivo, até a

imposição dos saberes norte-americanos, que, por meio do Ponto Quatro, apresentaram-se como a salvação da ignorância, para os países subdesenvolvidos, determinando o que e como os brasileiros precisavam aprender. De todo modo, vemos funcionar, em ambos os processos, o espírito de uma colonização predatória no qual um ‘nós’ detém o saber-poder e um ‘eles’ assujeita-se e obedece. A diferença reside no fato de que agora foram os brasileiros que buscaram/pediram a ajuda norte-americana.

O discurso de Paolinelli marca, pela primeira vez, a formulação de um ‘nós’, os brasileiros, cujas pistas fazem-se pelo emprego dos verbos na primeira pessoa do plural – ‘tínhamos’, ‘ficamos’, ‘criamos’, ‘lutamos’, ‘consequimos’, ‘montamos’, ‘levamos’ – materializando um dizer/fazer voltado genuinamente para as necessidades nacionais, embora ainda atravessado pelos modos de fazer norte-americanos. As melhorias, no dizer de Paolinelli, foram promovidas pelos professores que ‘tiveram acesso ao ensino, pesquisa e extensão’ e ‘começaram a montar os cursos de pós-graduação’, ainda que fossem em quantidade incipiente – ‘apenas’ 12 de agronomia e 9 de veterinária – para um país com vasto território e tantas possibilidades produtivas. O discurso abarca, então, dois momentos: o de quando ele era professor universitário e produtor rural e o de quando ele se tornou ministro da agricultura, no governo militar. Essa alteração do lugar social (de professor/produtor para ministro) produz mudanças na posição-sujeito, uma vez que, no primeiro momento (professor/produtor), o ‘nós’ diz da posição de professor universitário e da de produtor rural, e, em um segundo momento, o ‘nós’ diz da posição de ministro da agricultura. O ‘eles’ também alterna a posição, pois o ‘nós’ (detentor do poder) fala contra o ‘eles’ (aqueles que criticam a atividade agropecuária):

Nós	Eles
Produtores rurais	Mídia brasileira (que especula sobre a quebra do Brasil)
Professores universitários (Estados Unidos)	Os políticos (relator e ministro da educação, responsáveis pela Reforma da Educação)
Ministro	Parte do povo brasileiro

No quadro, o ‘nós’ refere-se a Paolinelli e às funções que ele desempenha, uma vez que é ele quem salva o país da bancarrota enquanto produtor rural – fortalecendo a categoria –; enquanto professor universitário – promovendo a qualificação dos colegas nos Estados Unidos; e enquanto ministro – criando a EMBRAPA.

Ressalvamos, contudo, que o ‘nós’, em Paolinelli, funciona como um ‘eu’, pois o seu dizer – marcado pelo que a memória conformou acerca do discurso acadêmico, cuja escrita adota o emprego da primeira pessoa do plural como tentativa de formalidade e de impessoalidade – produz efeitos que dão a ver uma necessidade de mostrar como, em cada lugar social que ocupa (professor universitário, produtor rural e ministro do governo militar), ele

salvou o país contra o ataque promovido pelo ‘eles’, que se colocaram contrários e/ou que duvidaram do desenvolvimento da atividade agropecuária.

Esses diversos papéis, desempenhados por Paolinelli, produzem, segundo Orlandi (1988, p. 11, grifos da autora), sentidos de *reversibilidade*:

[...] o sujeito é múltiplo porque atravessa e é atravessado por vários discursos, porque não se relaciona mecanicamente com a ordem social da qual faz parte, porque representa vários papéis etc.

É a essa dinâmica, à possibilidade de troca de papéis (e de seus estatutos) que chamo *reversibilidade*. A relação *eu/tu* é reversível. Na linguagem essa é a condição para que haja discurso. Sem a reversibilidade – seja ela real, possível ou ilusória – a fala não se constitui. É porque o *eu* pode ocupar o lugar do outro (do *tu*) e vice-versa, que o dizer se estabelece.

No dizer de Paolinelli, as universidades eram, para o governo (de João Goulart), desacreditadas, colocadas à margem, ‘rejeitadas’, ‘caras’, ‘só’ faziam ‘experimentos’ e ‘não davam resultados’. Produzindo, assim, efeitos de defesa do prático em detrimento do científico. Esses modos de entender a academia e o saber nela produzido levaram ao desmantelamento das universidades, no governo militar. Uma posição governamental que se opunha a do final do século XIX, quando vimos que a formulação ‘prática’ chegou a ser retirada do nome das instituições de ensino sob a alegação de que apenas a ‘prática’ era, pela falta de estudos científicos, ineficiente e tendenciosa.

Esses sentidos farão eco em 2019, por exemplo, quando Abraham Weintraub, ministro da educação do governo de Jair Bolsonaro, afirmou que haveria redução de verbas para as universidades federais que estivessem fazendo “balbúrdia”, ou seja, não apresentando os resultados práticos esperados por aquele governo. Esse ir e vir do dizer acerca das universidades faz reverberar sentidos constitutivos da memória/do interdiscurso sobre o ensino superior no país.

Paolinelli formula ainda que houve ‘evolução’ no ensino agrícola, e essa ‘evolução’ tinha sentidos de ‘objetividade, integrada ao sistema produtivo’. Portanto, a produção de conhecimentos não ficava apenas no papel, não eram ‘só experimentos’, mas interferiam e direcionavam a prática. Entretanto, o movimento realizado pelas universidades não era suficiente para o convencimento da opinião pública e dos que eram contrários às atividades agropecuárias, pois ‘pensavam’ que o Brasil não era capaz, fazendo reverberar a memória constitutiva do espírito de subserviência, preservando os sentidos da colonização, praticados, agora, pelos Estados Unidos. Nesse contexto, o então ministro do governo militar mais uma vez salva o país, criando a EMBRAPA, que surge como um trunfo do ‘nós’ brasileiros, ou seja, do

‘eu’ Paolinelli: ‘criamos a Embrapa’ e fomos os responsáveis pelo impedimento de uma crise econômica no país.

Orlandi (2004, p. 129) afirma que “[...] nas sociedades capitalistas ocidentais, a ciência é lugar de políticas que excluem, que incluem, que promovem, que relegam ao esquecimento, que legitimam etc.”, uma vez que todo dizer é um gesto político, toda significação tem uma direção com consequências sociais, portanto, “A constituição, a formulação, a circulação da ciência fazem parte do próprio sentido que ela adquire em uma sociedade como a nossa” (*Ibid.*, p. 134).

Em 1972, Médici sancionou a Lei n. 5.851, autorizando a instituição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a finalidade de

[...] **promover, estimular, coordenar e executar** atividades de **pesquisa**, com o objetivo de **produzir conhecimentos e tecnologia** para o **desenvolvimento** agrícola do País. [...] dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de **formulação, orientação e coordenação das políticas** de ciência e tecnologia no setor agrícola (Brasil, 1972).

Após várias ações para ‘transladar’ os conhecimentos europeus e os modos de fazer agricultura norte-americanos, a instituição da EMBRAPA promoveu sentidos de busca por saberes e técnicas genuinamente brasileiras, além de atribuir ao órgão um poder de gestão frente às políticas que tangem o setor agrícola. Pêcheux ([1975] 2014a, p. 172) afirma que a história da produção dos conhecimentos está inscrita na história da luta de classes, sendo um efeito “[...] de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica”. Além disso, explica que tratar os problemas sob seu aspecto técnico é uma forma de ocultar o registro político e declarar-se, em aparência, apolítico, ainda que siga “[...] manobrando, embaralhando as cartas” (Pêcheux [1975] 2014a, p. 111-112), conduzindo a política sob a forma de um jogo.

Em 1973, o governo federal fechou o Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação (DNPEA) e colocou à disposição da EMBRAPA todos os servidores daquela jurisdição, além da estrutura física: nove sedes de institutos regionais, 70 estações experimentais, 11 imóveis e dois centros nacionais. Assim, em 1974, foram criados os primeiros centros nacionais por produtos: Trigo (Passo Fundo, RS), Arroz e Feijão (Goiânia, GO), Gado de Corte (Campo Grande, MS) e Seringueira (Manaus, AM). No mesmo ano, Paolinelli assumiu o Ministério da Agricultura, no governo militar do presidente Ernesto Geisel, permanecendo no cargo até 1979. Sobre o período o autor afirma:

Tínhamos **recursos suficientes** para **tocar** uma busca de conhecimento a **toque de caixa**. Oriundo da universidade, **propus** ao governo que contratasse mil profissionais para a nova Embrapa. E depois de uma briga muito grande com o DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público, responsável por elaborar as propostas orçamentárias], **consegui** fazer com que os que possuísem pós-graduação fossem contratados. Os que não tivessem, classificaram-se para poder fazer a sua pós-graduação. Precisávamos de gente preparada. **O Brasil não duraria dez anos**. Ainda assim, passamos apertos, pois apareceram apenas 52 pós-graduados. Achávamos que apareceriam uns 500. Dos 52, três eram estrangeiros e um naturalizado. Estávamos enrascados. Para nossa sorte, montamos um programa cooperativo de pesquisa, contamos com as universidades federais, estaduais e a iniciativa privada. **O ministério tinha dinheiro**. Criamos dezesseis encontros nacionais e o projeto começou a dar certo.

Montamos uma estratégia. **Enviamos os profissionais para o exterior**. Montamos um programa cooperativo no qual os profissionais participavam lá de fora. Envolvemos tudo o que nós tínhamos em termos de **capital humano** disponível. Esses que estavam sendo treinados receberam a **missão de aprender no exterior a ciência no mais alto grau, mas a tecnologia e a inovação seriam adotadas em bioma brasileiro**. Foi a **chave para o negócio**. Eles concluíram seus cursos, voltaram para cá e, em menos de dez anos, o Brasil já estava exportando alimentos.

Quando ingressei no governo, o Brasil produzia 220 mil toneladas de soja. A soja que aqui chegava era a que nascia na china e levava um banho de tecnologia nos Estados Unidos. Mas aqui ela não produzia nem um terço do que produzia no hemisfério norte. Ela precisava de dezesseis horas de sol por dia, coisa que só se consegue em Alegrete (RS). Então, nosso trabalho foi realizar uma intervenção na natureza tropical. Começamos a **adaptar todo tipo de produto** – arroz e feijão, soja, milho, sorgo, algodão, gado de leite e de corte dentro de nossos dezesseis centros nacionais, além dos regionais, espalhados na Amazônia, Semiárido, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Pampas. [...]

Quando o **colonizador** chegou, sem nenhum conhecimento de áreas degradadas, ele continuou **colocando fogo** para fazer o pasto brotar e dar alimento ao gado e fez isso durante séculos. Essa **área era a mais degradada** que o mundo conhecia. De uma hora para outra, entrou um novo conceito de ocupação de áreas. Recuperamos química, física e biologicamente os solos do cerrado, adaptamos as plantas a ele, que passa por uma transformação na **região mais produtiva e competitiva**, que, a cada ano, está melhorando suas condições. O Brasil marcou um novo capítulo. A **Embrapa** passou a ser a **mais credenciada empresa de pesquisa do mundo em área tropical**. As nossas **universidades** passaram a ser o **grande repositório de conhecimento de agricultura tropical que o mundo quer e com o qual o brasileiro não se importava** (Paolinelli, 2018, p. 15-16).

Ao formular que ‘O Brasil não duraria dez anos’ e que era preciso ‘tocar uma busca por conhecimento a toque de caixa’, Paolinelli mobiliza sentidos sobre a vida material brasileira

como sendo pautada pela questão agropecuária. O Brasil ‘iria quebrar’, ‘não duraria’, porque a produção agrícola e pecuária não atendia às demandas interna e externa, além do fato de que havia uma defasagem de rendimentos entre o que se exportava e o que se importava. A terra da promessa – ‘querendo-a aproveitar, dar-se-a nela tudo’ – estava fadada ao fracasso, uma vez que era subaproveitada³⁸. Assim, o que restava ao Brasil, no dizer do ministro, era o fornecimento de matérias-primas em abundância, tanto para o consumo interno quanto para as exportações, pois as ‘naus atulhadas’ já não atracavam mais na costa brasileira e o campo já não era capaz de alimentar as cidades.

No dizer do ministro, o escopo da sua salvação para o setor iniciou-se nas universidades, que se tornaram o ‘grande repositório de conhecimento de agricultura tropical que o mundo quer’ e na sua criação, a EMBRAPA, como ‘a mais credenciada empresa de pesquisa do mundo em área tropical’, marcando os seus feitos não só para o país, mas para o mundo. Contudo o ministro, ao dizer da esperança que produziu, diz também da mágoa que carregava, pois ‘o brasileiro não se importava’, então, todos os seus feitos que teriam reconhecimento mundial, não produzia o mesmo efeito interno, uma vez que suas conquistas estavam sob o jugo do colonizador, marcadas pela submissão do governo militar às determinações dos norte-americanos.

A Análise de Discurso nos ensina que o funcionamento entre dominantes e dominados é dado por relações de força regidas pelo funcionamento da ideologia, quando todo o poder (ou a falta dele) tem relação direta com as condições de produção. Nesse caso, a relação de força é posta entre brasileiros e norte-americanos, que ditam o que devia ser produzido e exportado – produzindo e ‘exportando alimentos’ ‘[...] que o mundo quer’, mas, deixando faltar alimento na mesa dos brasileiros.

Apesar de, por muitos anos, as lideranças brasileiras terem atribuído aos europeus o domínio do conhecimento, que precisava ser ‘transladado’ para o Brasil, Paolinelli agora afirma que o ‘colonizador [europeu] chegou’ e ‘continuou [...] durante séculos’, ‘sem nenhum conhecimento’, ‘colocando fogo’ e transformando o território – que poderia ser chamado de ‘empório do mundo’ – na área ‘mais degradada que o mundo conhecia’. Assim, o ex-ministro, apagando a relação de interesses estadunidenses, afirma, motivado também por sua formação e atuação universitária, que a saída é o investimento nos pesquisadores, na organização de um

³⁸É interessante observar que o livro *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*, organizado por Eni Orlandi, Eduardo Guimarães e Fernando Tarallo (1989) é resultado de uma questão que se apresentou a Orlandi, em 1983, na Unicamp: “[...] a alimentação em seus vários vértices”. Portanto, a preocupação com a alimentação apresentava-se sob as mesmas condições de produção que vimos apresentando, ou seja, as que motivaram a criação da EMBRAPA. A pesquisa norteou-se pela análise da linguagem na relação de contato entre o cientista de alimento e o agricultor e a produção de uma proposta pedagógica que proporcionasse uma relação mais efetiva entre cientistas e agricultores.

programa cooperativo entre as universidades e na criação da EMBRAPA, de maneira a possibilitar, pela primeira vez, ‘uma estratégia’: a produção de um conhecimento genuíno, voltado para as necessidades brasileiras, que salvaria o país, visto que a EMBRAPA era um investimento, como a própria formulação já indica (Empresa), alicerçado no capital, no discurso econômico pelas declarações de que havia ‘recursos suficientes’, de que ‘o ministério tinha dinheiro’, de que foram contratados ‘profissionais preparados’, de que havia ‘capital humano’ – os com formação específica na área, em detrimento de mão de obra menos qualificada, mais barata e amplamente disponível.

Se a falta de conhecimento estava associada aos colonizadores europeus – que colocavam fogo em terras já degradadas e que copiavam as práticas que já eram adotadas em outros países – a produção de conhecimento, proporcionada pelos colonizadores americanos, passou a ser apresentada como ‘a ciência no mais alto grau’ que os pesquisadores brasileiros deveriam aprender. No dizer de Paolinelli, caberia à EMBRAPA propiciar ‘tecnologia e a inovação adotadas em bioma brasileiro’, produzindo ‘intervenção na natureza tropical’, com a conseqüente ‘adaptação de todo tipo de produto e plantas’, favorecendo a ‘recuperação química, física e biológica dos solos’.

No entanto, é preciso lembrar que os norte-americanos controlavam as práticas agrícolas brasileiras dando ênfase às atividades de reprodução dos seus próprios modelos de fazer agricultura, instalando, inclusive, órgãos que garantissem tal controle. Desse modo, o que se estudava em solo americano era trazido e aplicado como uma técnica, como uma forma de prática inquestionável de plantação e de manuseio do solo.

Contudo, o novo ministro do governo militar, Paolinelli, por ser um homem da ciência, produzia, em seu dizer, efeitos de se bravar dos seus próprios feitos, pois, em um país de ignorantes, ele era o homem visionário, que salvava o Brasil de um fracasso iminente, uma vez que, no meio militar que governava o país, ele era o ministro que detinha uma vivência universitária e uma crença na ciência. Assim, o ministro encontrou ‘a chave para o negócio’, reproduzindo a saída referida por Truman, em seu discurso sobre o Ponto Quatro, nos Estados Unidos: “Uma maior produção é a chave para a prosperidade e a paz. E a chave para uma maior produção é uma aplicação mais ampla e vigorosa do conhecimento científico e técnico moderno” (Cf. p. 69).

Dessa maneira, Paolinelli passou a ser reconhecido como o *pai da agricultura*³⁹ brasileira, e o gesto de nomeá-lo como ‘pai’ já o colocava como o ‘criador’ dos modos de fazer agricultura no país, mesmo que o seu fazer fosse uma reprodução dos moldes norte-americanos.

Segundo Althusser (1996, p. 138), o indivíduo, ao ser interpelado em sujeito, necessita que seja com S maiúsculo, produzindo o efeito de identificação. Destarte, Paolinelli formula-se como o sujeito com S maiúsculo, pois, ao se vangloriar, faz com que seja tomado pelo povo brasileiro como o iniciador, como o pai, o que fez nascer as práticas de agricultura no país, promovendo sentidos de que as coisas devem ser e são como ele determina. Desse modo, Paolinelli materializa a sua relação especular com a ideologia que o subsume numa tomada de posição de identificação e de reconhecimento com essa ideologia. O Sujeito (com S maiúsculo) é, então, a ideologia que constitui os indivíduos concretos em sujeitos, que Paolinelli materializa por meio da assunção como o ‘pai e o salvador da agricultura’ no país.

[...] para que as coisas sejam como deve ser; [...] para que se garanta a reprodução das relações de produção, inclusive dos processos de produção e circulação, todos os dias, na “consciência”, isto é, no comportamento dos indivíduos-sujeitos, que ocupam os lugares que a divisão técnica e social do trabalho lhes atribui na produção, exploração, repressão, ideologização, prática científica, etc. [...] A realidade envolvida nesse mecanismo, a realidade necessariamente *desconhecida* [*méconnue*] nas próprias formas de reconhecimento (ideologia = desconhecimento/ignorância), é de fato, em última instância, a reprodução das relações de produção e das relações delas derivadas (Althusser, 1996, p. 138, grifo do autor).

Contudo, o gesto de denominar Paolinelli como ‘pai da agricultura’ apaga toda a história anterior aos feitos do ministro, ou seja, as práticas agrícolas dos povos originários, as dos colonizadores europeus e, posteriormente, as dos fazendeiros que aqui produziam. Então, não é trivial que o ministro seja considerado o ‘pai’, uma vez que tal título mobiliza o pré-construído “[...] que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali [...]” (Orlandi, 2015a, p. 30). Esse funcionamento faz com que se naturalize – aos modos de um “Amém – Assim seja!”⁴⁰ (Althusser, 1996, p. 138) – que o ministro seja tomado como aquele que cuida, zela do desenvolvimento de seu filho, que, no caso, diz da agropecuária como o alicerce financeiro do/para o país.

³⁹Quando de seu falecimento, em 29 de junho de 2023, notícias em diversos *sites* e jornais brasileiros estampavam em suas manchetes que Paolinelli fora “o pais da agricultura brasileira”, “o pai da Embrapa”, “o mentor do moderno agro”, etc.

⁴⁰Ao formular a noção de sujeito, Althusser diz dos sujeitos com s minúsculo – os submetidos à ideologia – e do Sujeito com S maiúsculo – que se trata da própria ideologia que submete e que constitui cada sujeito. Na explicação, o autor adota a ideologia religiosa cristã, que faz com que os sujeitos digam ao Sujeito, Único, Absoluto, Central, “Amém – Assim seja”.

Herbert⁴¹ ([1966] 2015) explica que os conhecimentos científicos são efetivamente produzidos, assim como os conteúdos ideológicos existem em continuidade com as práticas técnica e política. A prática técnica, por sua vez, preenche uma falta que se define fora da própria técnica, uma vez que responde à demanda de uma prática social, provocando uma resposta do “real” a suas questões. Em uma sobredeterminação das condições, “[...] a necessidade de responder a uma demanda social leva cada prática técnica a colocar suas próprias questões ao real, de tal modo que ela realiza seu real próprio como um sistema coerente relativamente autônomo [...]” (Herbert, [1966] 2015, p. 32). Os produtos técnicos são, assim, consumidos por cada prática social e cabe à prática política, cujo instrumento é o discurso, transformar as relações sociais, reformulando as demandas sociais. “Dizendo isto, não pretendemos que a política se reduza ao discurso; mas que toda decisão, toda ‘medida’ no sentido político adquira seu lugar na prática política *como* uma frase em um discurso” (Herbert, [1966] 2015, p. 35, grifo do autor).

Nos dizeres de Paolinelli vemos funcionar o que Herbert ([1968], 1995, p. 67) aponta como “efeitos de conhecimento” de tipo científico, uma vez que falar de uma prática técnica é falar de uma prática política, já que toda técnica, seja ela econômica, política ou ideológica, é um *elemento* dentro da estrutura de uma prática, “[...] um arsenal teórico-prático de meios técnico-políticos com a finalidade de responder a uma demanda, que emana da formação social existente, visando a lhe readaptar-adaptar as ‘relações sociais’ reais” (*Ibid.*).

A chave de Truman/Paolinelli – o conhecimento produzido por profissionais qualificados – promoveu ‘um novo capítulo’, ‘um novo conceito’, transformou o Brasil ‘na região mais produtiva e competitiva, que, a cada ano, está melhorando suas condições’ e colocou a EMBRAPA no patamar de ‘a mais credenciada empresa de pesquisa do mundo em área tropical’. As universidades, que antes eram associadas aos altos custos e à ausência de produção de resultados práticos, passaram a ser o ‘grande repositório de conhecimento de agricultura tropical que o mundo quer’, fazendo com que o Brasil mantenha-se como o grande fornecedor das matérias que o mercado externo determina serem necessárias.

Além disso, ao afirmar que ‘o brasileiro não se importava’ com os conhecimentos sobre agricultura tropical, Paolinelli formula o verbo no passado, apontando para uma mágoa e, ao mesmo tempo, para uma esperança – que os brasileiros e não só os pesquisadores e produtores rurais valorizassem a atividade agropecuária.

⁴¹O filósofo fundador da escola francesa de Análise de Discurso, Michel Pêcheux, publicou dois artigos assinados sob a “máscara” (Maldidier, 2017, p. 15) de Thomas Herbert, antes de defender, em 1968, sua tese *Análise Automática do Discurso*, publicada um ano depois.

A EMBRAPA foi criada como um espaço de ciência, no serviço do desenvolvimento agropecuário do país, mas o ‘saber científico’ abarcado pelo órgão deveria conformar à agropecuária brasileira um poder que privilegiasse o negócio, a indústria e não o conhecimento científico, propriamente. Nesse entendimento, o que era da ordem do científico em detrimento de um poder/fazer agropecuário, que almejava mais a quantidade que a qualidade.

O *site* da EMBRAPA informa a sua abrangência:

Na execução dessa tarefa, em permanente diálogo com produtores, organizações científicas e lideranças do Estado e da sociedade civil, a Embrapa se pauta por:

- excelência científica em pesquisa agropecuária,
- qualidade e eficiência produtiva em cultivos e criações,
- sustentabilidade ambiental,
- aspectos sociais,
- parcerias com o setor produtivo (Embrapa, 20--).

Apesar da pauta apresentada para o órgão, para o ministro e para o setor que ele representava, a EMBRAPA Deveria servir apenas como retaguarda científica para a produtividade, apagando parte das atividades previstas para o órgão – aquelas que não conformam os interesses dos agropecuaristas: ‘sustentabilidade ambiental e os aspectos sociais’. Ao privilegiar o negócio, os representantes da agropecuária buscam o que é da ordem do interesse comercial, empresarial, industrial.

Orlandi (2016, p. 70, grifo nosso) afirma que há uma distinção entre informação e conhecimento:

Na circulação e acesso à *informação*, importa a quantidade. E ela funciona de modo serializado, ou seja, produz efeitos pela sua variedade. Para o *conhecimento*, não é a quantidade, mas seu modo de produção que importa, e a relação que estabelecemos entre linguagem, mundo e pensamento, resultando em sua compreensão. Além disso, importa muito como o conhecimento está significando nas relações que estabelecemos com a sociedade.

Nessa compreensão, o setor trabalha com a informação para a produção e não, propriamente, com o conhecimento que qualifica essa produção. Preocupa-se com a quantidade, com a informação, que faz produzir de imediato. No dizer da autora, na relação entre formação x capacitação (Orlandi, 2014), o setor privilegia a capacitação e o treinamento e não a formação, pois o interesse não se concentra em formar bons produtores, mas em capacitá-los a produzir em quantidade, pois o que basta é a informação/capacitação/treinamento e não o conhecimento/formação. O descompasso, produzido pelo setor, acerca do próprio órgão que ele

apoiou a criação (a EMBRAPA), faz com que esse enfrentamento ganhe, com frequência, os canais de comunicação da agropecuária brasileira.

Trazemos, a título de ilustração, três reportagens que abordam o caso do ‘plantio de semente de soja’: da primeira, publicada pelo Jornal Dia de Campo (Aprosoja, 2018), recortamos dizeres do presidente da APROSOJA-Brasil, Antônio Galvan; da segunda (Plantio, 2018), destacamos os representantes da EMBRAPA Soja e de outras instituições de pesquisa, como o Instituto de Defesa Agropecuária (INDEA), e, da terceira (Mapa, 2023), selecionamos uma sequência discursiva que contempla os sentidos produzidos pelo presidente da APROSOJA-MT, Fernando Cadore:

Estão ignorando a **experiência do campo do produtor rural**. Este é um assunto econômico, que favorece as empresas de sementes [...] Nenhuma [empresas de pesquisa] quis fazer a pesquisa, estivemos na Embrapa, no Indea, na Fundação MT. Não tivemos respostas sobre a gravidade do problema. **Nós fizemos o trabalho que estas empresas deveriam ter feito** com o acompanhamento nestes três anos (Antonio Galvan, presidente da APROSOJA-Brasil).

Nós lavamos nossas mãos, mas deixamos claro que é **uma medida que não atende tecnicamente e, muito menos, comercialmente o produtor, pelo contrário, pode até inviabilizar a safra em um momento de custos caríssimos**. [...] A medida **impossibilita o pequeno produtor de salvar a sua semente**, assim como **as comunidades sem terra e quilombolas** que queiram fazer sua semente sem usar uma estrutura gigante com secadores, mesmo porque não os possuem (Fernando Cadore, presidente da APROSOJA-MT).

A semeadura que sai da recomendação do zoneamento agroclimático, que não é soja sobre soja, é prejudicial, pois vai gerar uma seleção maior de ferrugem asiática e pragas em relação aos produtos agroquímicos (Rafael Soares, pesquisador da EMBRAPA Soja).

[...] O que a Aprosoja apresentou foram **dados empíricos com fotografias, relatos e vídeos, o que não traduz um estudo**. Um estudo tem que ser científico. A norma vigente desde 2015 é **embasada em estudo científico que tem toda metodologia para ser aplicada e para que os resultados sejam confiáveis** (Daniella Soares Bueno, presidente do INDEA).

Esse conflito, que ocorre a partir da segunda década dos anos 2000, dá visibilidade ao embate entre a ciência – ‘semeadura que sai da recomendação do zoneamento agroclimático’; ‘embasada em estudo científico que tem toda metodologia para ser aplicada e para que os resultados sejam confiáveis’ – e a prática agropecuária brasileira – ‘a experiência do campo do produtor rural’, ‘Nós fizemos o trabalho que estas empresas [EMBRAPA, INDEA, Fundação-

MT] deveriam ter feito’; ‘dados empíricos com fotografias, relatos e vídeos, o que não traduz um estudo’. De um lado, temos os representantes da ciência (EMBRAPA Soja e INDEA) apontando os malefícios da medida para o ambiente e, de outro, os presidentes da APROSOJA Brasil e Mato Grosso, defendendo a mudança do calendário de plantio da soja, em nome dos resultados práticos.

Podemos perceber, pelas análises, que a criação da EMBRAPA produzia efeitos para o setor agropecuário de privilégio da atividade científica, desde que ela respondesse pelo aumento da produtividade no campo. Tanto que, em 1996, o discurso de comemoração dos 21 anos da EMBRAPA (Arruda, 1996), proferido pelo então senador, José Roberto Arruda, destacou as proezas de Paolinelli (*CF.* p. 81), pois, segundo o senador, o quadro funcional da EMBRAPA estava composto por 800 profissionais com pós-doutorado e 1,2 mil mestres, responsáveis pela criação de oito mil inovações tecnológicas na área agrícola.

Nessa mesma direção, Tavares (2018) afirma que a *Revolução Verde*, a abertura da fronteira agrícola nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a expansão da rede elétrica até o meio rural, a disseminação da assistência técnica, a oferta de máquinas e implementos agrícolas e a criação da EMBRAPA permitiram ao Brasil desenvolver agricultura tropical em larga escala, com o desenvolvimento de sementes adaptadas ao clima quente, na maior parte do ano, com a adoção de práticas de conservação do solo e com a expansão de novas técnicas de produção. Contudo, quando os ditames científicos, chancelados pela EMBRAPA, ferem os interesses do setor, o órgão passa a sofrer críticas – ‘uma medida que não atende tecnicamente e, muito menos, comercialmente o produtor, pelo contrário, pode até inviabilizar a safra em um momento de custos caríssimos’. A reclamação dos presidentes da APROSOJA dissimula, ainda, sob a aparência da preocupação com ‘o pequeno produtor’ e ‘as comunidades sem terra e quilombolas’, o real objetivo da mobilização, que é beneficiar os grandes sojicultores no embate que estão travando com outra categoria também pertencente ao setor agropecuário e que passa, em uma visa por lucratividade, a disputar o poder com os sojicultores: os sementeiros.

Em 2018, o então ministro da agricultura do governo de Michel Temer, Blairo Maggi, discursou na *10ª Conferência de ministros de países integrantes do Fórum Global para a Alimentação e a Agricultura* (GFFA), na Alemanha, e destacou que os avanços tecnológicos alcançados pelo Brasil possibilitaram incremento na produção de grãos, de 386%, em 40 anos, enquanto o aumento de área foi de 33% e alertou que “[...] **campanhas mal-intencionadas de competidores ineficientes tentam denegrir a trajetória mais vitoriosa** de um país tropical no mercado internacional agropecuário” (Em evento, 2018).

Maggi reforça, em seu dizer, a fronteira de um Brasil antes e depois da década de 1970, quando a EMBRAPA iniciou seus trabalhos. Comemora a trajetória brasileira como a ‘mais

vitoriosa no mercado internacional agropecuário’, uma vitória atribuída ao incremento na produção de grãos, nos últimos 40 anos. Contudo, falar em vitória implica em pensar em disputa e em superação, que, ao longo desse percurso, materializaram-se, sobretudo, nas relações entre índios-naturais-brasileiros e europeus e entre brasileiros e estadunidenses e o mercado internacional.

Reconhecer o trabalho da EMBRAPA, desde que ela não fira os interesses do setor, é destacar o seu papel decisivo para a agricultura brasileira, tanto no dizer de Paolinelli quanto no de Maggi, pois, para os dois, o Brasil, que por muitos séculos serviu ao extrativismo, superou a falta de conhecimento – a partir do investimento em universidades e órgãos de pesquisa (desvelando que a prática científica ressoa a conjuntura política) – venceu as dificuldades e destacou-se no mercado internacional. Em ambos os discursos, produz-se, na evidência, o efeito de uma façanha brasileira e apaga-se o subjugo do Brasil aos países estrangeiros e aos seus interesses mercadológicos.

É com base nessa certeza que o então ministro Maggi aponta apenas um novo desafio para o setor: preparar-se para as ‘campanhas mal-intencionadas de competidores ineficientes’, produzindo, como alerta, no seu dizer, o efeito de que as campanhas mundiais para as questões ambientais brasileiras são falácias que funcionam como má-fé, como competição desleal de competidores ineficientes.

Como vemos, a EMBRAPA foi criada para servir de espaço de produção de ciência para referenciar o setor, mas, quando essa ciência, produzida pelo órgão, ameaça os ganhos, a ‘Empresa’ passava a sofrer ataques, uma vez que contraria os interesses da agropecuária, assegurados no próprio nome do órgão – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, pois ‘Empresa’ deve promover o lucro, faturar, oferecer bens e serviços ao mercado. De toda maneira, quando a agropecuária conquista o poder produtivo, ela carece ainda de conquistar outros poderes, como veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III

A TEXTUALIZAÇÃO DO POLÍTICO NA POLÍTICA: a dominação do agronegócio nos espaços de poder

Nos capítulos anteriores, colocando dizeres em relação, compreendemos a produção de sentidos para um Brasil de vasto território, condições ambientais e climáticas favoráveis ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, um grande fornecedor de matérias-primas para atender às necessidades dos mercados internacionais. Mas, vimos também um recrudescimento desenvolvimentista, quando o extrativismo já não dava mais conta de ‘atulhar as naus’ e as indústrias de manufatura foram proibidas, visando à manutenção da atividade econômica do país como de base primária. As terras, que inicialmente eram doadas pela coroa, passaram a ser negociadas e o poder econômico garantiu que os donos das terras tomassem também o poder político, durante os 30 anos da *República do Café com Leite*.

Entretanto, com o início da *Era Vargas* essa hegemonia se enfraqueceu e a falta de conhecimentos técnicos e científicos tornou-se, nos discursos da elite agropecuária, a preocupação da vez. Assim, houve a tentativa de ‘ensinar’ a fazer agricultura através da tradução de textos estrangeiros e da produção de boletins pelo Governo. Os modos de produzir americanos se impuseram aos campos brasileiros. Criaram-se escolas focadas na prática agrícola para desenvolver a agri(cultura), que não surtiram resultados, e a EMBRAPA apresentou-se como a salvação para um ‘país que não duraria dez anos’. A produtividade cresceu, atendendo às demandas do mercado internacional, que continuava encontrando no Brasil um grande e sempre fornecedor das matérias-primas que eram ditadas como necessárias.

Quando o poder produtivo e econômico encontra a ‘chave’ para o sucesso, uma nova questão apresenta-se. A trajetória de sucesso, narrada por expoentes do setor, passa a ser considerada como ‘denegrada’ por ‘competidores ineficientes’, conforme o então ministro da agricultura, Blairo Maggi. O descontentamento é com as discursividades que investem em modos diferentes de significar o agronegócio brasileiro denunciando problemas ambientais. Nos sentidos formulados pelo ministro, frente ao ‘nós produtores eficientes’ posicionam-se ‘eles, competidores ineficientes’, que fazem companhas difamatórias do agronegócio em defesa dos interesses mundiais e locais de preservação ambiental. Compreendendo que os fatos sociais demandam sentidos, estamos diante de um embate discursivo.

Na década de 1970, a preocupação com as questões ambientais ganhou destaque no mundo, passando a ser discutida também no Brasil. Esse movimento fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) criasse, em 1972, depois de mais de vinte anos de sua instituição, o

*Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*⁴², voltado à proteção do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável, com a participação de 113 países e 250 Organizações Não Governamentais (ONGs). No mesmo período, na Europa, os chamados *partidos verdes* estavam em efervescência.

No Brasil, o presidente Médici, que em dezembro de 1972 havia autorizado a instituição da EMBRAPA, criou, em outubro de 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). O Decreto n. 73.030 (Brasil, 1973) afirmava que a SEMA estaria subordinada ao Ministério do Interior, sendo orientada para a conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais. A partir de então, uma série de medidas governamentais passaram a ser implementadas em função das questões ambientais.

Apesar de todo esse movimento em defesa do meio ambiente, foi também mantido, nesse período, o incentivo para a derrubada de matas, a fim de fundar cidades e povoar as regiões desabitadas do país, sob o lema *Integrar para não Entregar*. Esse movimento governamental intensificou, desde a década de 1960, a migração de pequenos produtores da região sul do Brasil em busca de terras e oportunidades nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso⁴³, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Destacamos que o lema produz efeitos de uma memória que é recorrente na história política do país (Cf. p. 30): a de ameaça à soberania nacional sobre seu território. Assim, o movimento migratório, além da promessa, pelos militares, de terras abundantes e férteis, fez com que se despertassem sentidos patrióticos de preservação de “áreas sujeitas à invasão”, marcando o início das grandes marchas. Contudo, o que o gesto dos militares apaga é o massacre que a migração impunha aos povos indígenas, além do silenciamento acerca das necessidades exigidas para a ocupação desses espaços, pois, para beneficiar essas terras, eram necessários recursos que a maioria dos migrantes não possuía.

Ao mesmo tempo, o governo militar priorizava, para as grandes propriedades rurais, um modelo de desenvolvimento do campo voltado às exportações, como meio de gerar dólares para o pagamento da dívida externa. Desse modo, a EMBRAPA passou a desenvolver pesquisas com foco no aumento da produção aliado à sustentabilidade do meio ambiente, mas nas ruas

⁴²Dentre as ações, a ONU organiza, em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92).

⁴³Tomé (2014, p. 98) ao trabalhar sobre os sentidos de ‘progresso’ no período de colonização da cidade de Cláudia (MT), compreende que o desconhecido, o novo e o diferente, a diversidade que se apresentava aos migrantes, as possibilidades outras no agir, no fazer, materializaram-se em novos sentidos para os sentidos já-dados, promovendo um novo olhar discursivo: “Se antes da migração ao Mato Grosso o discurso destas famílias era o discurso dos pequenos proprietários rurais, agora o discurso era do migrante que participava de criação de uma nova cidade”.

creciam os debates que colocavam em oposição a atividade agropecuária e a preservação ambiental.

Em um movimento para amplificar as vozes sobre as questões agropecuárias brasileiras frente aos dizeres sobre o meio ambiente, em 1979, foi criada a *Associação Brasileira de Marketing Rural* (ABMR), constituída por profissionais que atuavam em empresas de comunicação, máquinas e insumos. No ano seguinte, a *TV Globo*⁴⁴ passou a apresentar em sua grade de programação, nas manhãs de domingo, um telejornal chamado *Globo Rural*, e, em 1986, o *Grupo Globo* adquiriu uma revista que era editada no Rio Grande do Sul e que tinha o mesmo nome do programa. A editora Bloch, que mantinha relação estreita com o governo federal, colocou em circulação a revista *Manchete Rural* e a *Folha de S. Paulo* lançou a coluna semanal *Agrofolha*. Em contrapartida, esse movimento começou a fazer com que uma dada política nacional para o meio ambiente se instalasse, tanto que, na presidência de João Figueiredo, o Brasil teve sua primeira lei ambiental sancionada, a Lei n. 6.902 de 31 de agosto de 1981.

Não foram apenas as questões ambientais que passaram a rondar a elite agropecuária do país. Os debates sobre as posses do território nacional, desencadeados pelas Ligas Camponesas⁴⁵, acirraram os enfrentamentos sobre a propriedade de terras, tanto que, em 1984, surgiu o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST). No ano seguinte, após 21 anos de governo militar, Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil, por meio de um colégio eleitoral, mas quem assumiu o cargo foi o vice, José Sarney, que instituiu, no primeiro ano do mandato, por meio do Decreto n. 91.214 (Brasil, 1985), o *Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário* (MIRAD) e também o *Plano Nacional de Reforma Agrária* (PNRA), que visava atender as demandas do MST, assentando 1,4 milhão de famílias.

Vemos surgir, nessas condições de produção, a aproximação das formulações ‘desenvolvimento agrário’, ‘reforma agrária’ e ‘trabalhadores rurais sem terra’, produzindo efeitos para o ‘agrário’ como um termo associado à disputa pela posse de terras. Ainda que os trabalhadores sejam ‘rurais’ – o que diz do espaço do campo em relação ao urbano (*Cf.* p. 74)

⁴⁴As Organizações Globo, na figura do seu presidente, Roberto Marinho, contribuíram e trabalharam para o Regime Militar, o que gerou um pedido público de perdão, em 2013. Veja mais em: <https://www.infomoney.com.br/politica/relembre-o-editorial-de-roberto-marinho-apoiando-a-ditadura-e-a-retratacao-da-globo-em-2013/>. Acesso em: 24 set. 2023.

⁴⁵As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro(PCB), a partir de 1945, durante o governo de Getúlio Vargas. Elas foram estabelecidas em vários municípios do país, reunindo pequenos agricultores, assalariados e diaristas, mas deixaram de existir, como organização, na década de 1960. Entretanto, seus ideais continuaram a circular e incentivaram a criação de novos grupos.

–, o ‘desenvolvimento’ e a ‘reforma’ estão adjetivados como ‘agrário’ – associados à disputa pela propriedade da terra⁴⁶.

Os sentidos de ‘agrário’ deslizam dos de população que vivia do/no campo, retirando da natureza o que ela tinha para oferecer, na relação como o trabalho com a terra (Cf. p. 59), e passam a funcionar como as ações referentes à posse da terra, conforme o avanço das legislações provocadas pelo MST.

Agrário	Agrário
População que vivia do/no campo, retirando da natureza o que ela tinha para oferecer.	Estruturas socioeconômicas, programas, políticas, problemas, medidas de caráter público e leis acerca da distribuição e posse de terras.

Nesses funcionamentos, vemos também a movência dos sentidos de ‘desenvolvimento’, uma vez que o *Desenvolvimento Agrário* coloca como foco da preocupação a distribuição e a propriedade de terras, enquanto o desenvolvimento agrícola, preconizado até então, voltava-se ao melhoramento das técnicas de trabalho e da produtividade. Ao denominar o *Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário*, produz-se efeitos de algo que não era desenvolvido e que carece desenvolver-se, direcionando para a necessidade de uma (*Re*)*forma Agrária*. Ou seja, o que se impõe é a necessidade de dar uma nova forma à questão agrária (distribuição de terras), que se vem fazendo desde o achamento do Brasil.

O governo de transição de José Sarney foi marcado pela luta de classes materializada na/pela disputa pela propriedade da terra, tendo, de um lado o MST e, de outro, a criação, em diferentes estados, de sedes da *União Democrática Ruralista* (UDR), com o objetivo de “[...] reunir ruralistas [...] [e preservar o] [...] direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País” (União, 19--).

Enquanto os ruralistas criavam a UDR, na via oposta, instalava-se a *Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares* (CONTAG), a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional, que, desde dezembro de 1963, vinha articulando trabalhadores rurais na luta por políticas agrícolas, direitos trabalhistas, reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar. O período de oficialização da CONTAG foi conturbado, marcado por manifestações públicas e denúncias sobre o uso de violência por parte da UDR, encabeçada pelos grandes latifundiários e pelas forças armadas, na “defesa” do proprietário rural.

⁴⁶A formulação ‘agrário’ passa a compor as discursividades dos partidos de esquerda, materializadas, por exemplo, em formulações como *Núcleo agrário do Partido dos trabalhadores (PT)*.

Representando os interesses dos fazendeiros, outras articulações, além da UDR, buscaram interferir nos debates sobre a política agrícola, como lideranças da produção de insumos, bancos, indústrias de alimentos e a *Frente Ampla da Agropecuária Brasileira* (FAAB) – uma entidade privada, que, representando um segmento mais moderado, não tinha estatuto, sede e orçamento, mas congregava, naquele momento, as setenta principais entidades do setor, entre elas a *Organização das Cooperativas do Brasil* (OCB) e a *Sociedade Rural Brasileira* (SRB).

Orlandi (1985, p. 68-69), ao analisar o Estatuto da Terra, implementado no governo Sarney, afirma que, nesse gesto, ocorre uma uniformização dos termos acerca da terra, quando a CONTAG privilegia a denominação ‘trabalhador rural’. Nesse funcionamento, a falta de especificidade produz efeitos de que os trabalhadores rurais estão organizados para se representarem nessa discussão, mas,

[...] certamente, não são tampouco todos os diferentes grupos organizados do campesinato que estão representados. [...] Mais uma vez o formalismo descaracteriza o substantivo: não basta ser, tem-se que pertencer à categoria legítima “trabalhador rural”. E isto, segundo o discurso dominante, não é política, é objetividade pautada pela lei.

Desse modo, a autora afirma que a Reforma Agrária, “[...] proposta *em nome* dos sem-terra, é dirigida para os que a têm: ela é, na realidade, uma forma de administrar os conflitos da terra. E assim tem sido feito há séculos”. Nesses modos de organização, a CONTAG apaga, inclusive na sua própria denominação, a formulação ‘camponês’, uniformizando-a como ‘trabalhador rural’, o que se produz como um *discurso sobre* o camponês, fazendo desaparecer essa figura do discurso da atividade agropecuária brasileira. Esse funcionamento não é trivial, uma vez que os camponeses, enquanto os primeiros cultivadores organizados como categoria na luta pela terra, passam a ser silenciados nesse discurso.

Em entrevista ao jornalista Vinícius Tavares⁴⁷, o então presidente da OCB, Roberto Rodrigues, defendeu a posição do órgão como moderada, ou seja, uma posição que não tomava partido na disputa pela terra, nem da esquerda (a CONTAG) e nem da direita (a UDR):

Ficaram de fora da Frente Ampla a UDR e a Contag. Tínhamos uma **posição liberal de centro**. E a frente ampla tinha o objetivo de defender o **produtor rural**. A UDR defendia mais o **proprietário rural**

⁴⁷Os recortes de entrevistas ao jornalista Vinícius Tavares, que integram este capítulo da tese, foram retirados do livro *A História da Bancada Ruralista: personagens e fatos que tornaram a Frente Parlamentar Agropecuária protagonista do sucesso do agronegócio brasileiro*. O título da obra já funciona como justificativa para a sua escolha. É um livro que reúne dizeres de lideranças do agronegócio relatando o orgulho por suas façanhas, materializados em um documento escrito, a fim de “se marcar” na história.

e a Contag defendia o **trabalhador rural** numa linha ideológica de esquerda. As duas não se filiaram e fizeram um trabalho importantíssimo também, porque **cada uma puxava para um lado** e permitiu que a Frente Ampla ficasse ao centro (Tavares, 2018, p. 27).

No dizer do presidente da OCB, temos funcionando uma divisão tripartite da política do país: a UDR, congregando a dita posição de direita; a CONTAG, de esquerda, e a Frente Ampla, que se colocava como posição liberal de centro, mas que pendia para o lado de maior conveniência, dissimulada pelo simulacro da produção, uma vez que defendia o produtor (tanto quem produzia pela UDR quanto pela CONTAG). Assim, ao se denominar como ‘Ampla’, a Frente tanto concebe efeitos de acolher os dois lados em litígio (a direita e a esquerda) quanto constitui sentidos de grandeza, de amplitude de poder.

Ressaltamos que o que assegura poder, no Brasil, desde o período colonial, é a posse da terra, que marca, por meio de diferentes ferramentas, o processo de disputa por ela. Esse funcionamento instala, no discurso de Rodrigues, a existência de três figuras: o produtor, o proprietário e o trabalhador.

UDR	Frente Ampla	CONTAG
Representa os ruralistas, a manutenção do direito de propriedade e da ordem e o respeito às leis do país.	Entidade privada, de caráter moderado, sem estatuto, sede ou orçamento.	Primeira entidade sindical camponesa que articula trabalhadores rurais na luta por políticas agrárias.
Proprietário Rural	Produtor Rural	Trabalhador Rural

Vemos, no processo de denominação dos envolvidos no litígio (o proprietário, o produtor e o trabalhador), um gesto de reiteração do adjetivo ‘rural’ em oposição à formulação ‘urbano’. Esse funcionamento permite-nos analisar que o rural – que se encontrava alheio aos modos de organização jurídica do urbano, impostos pelo ingresso na ordem do capitalismo – para se instituir como sujeito-de-direito, necessitou organizar-se e tomar em consideração os modos de organização socioeconômicos do urbano. Assumindo que o sujeito-de-direito diz da forma-sujeito instalada pelo discurso capitalista, compreendemos que esse funcionamento impõe ao rural uma ordem de interpelação que vem pelo discurso urbano.

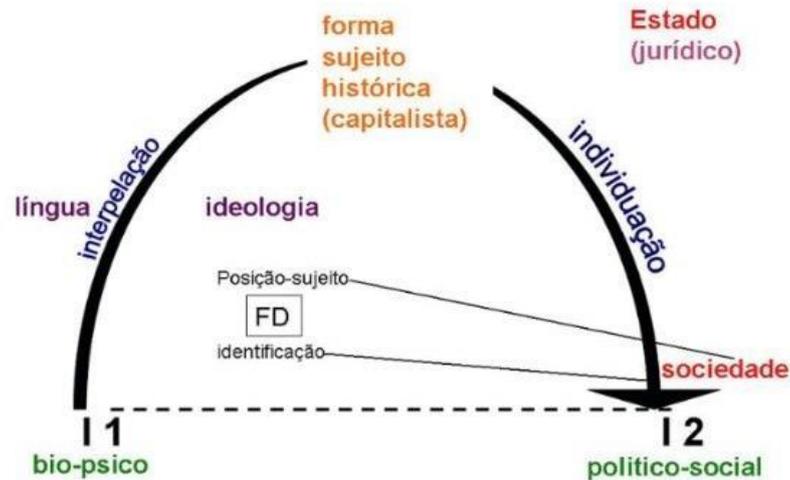
Edelman (1976, p. 34-35) afirma que é

[...] essa interpelação “tu és um sujeito de direito”, que [...] dá o poder concreto [...], que permite uma prática concreta [aos sujeitos]. Sendo sujeito de direito tu és capaz de adquirir e de (te) vender”. [...] de um lado, o sujeito de direito existe em nome do direito, isto é, o Direito dá-lhe o seu poder; ainda melhor: ele dá o direito o poder de lhe dar o poder; por outro lado, o poder que ele deu ao direito regressa a ele: o poder do direito não é senão o poder dos sujeitos

de direito: o Sujeito reconhece-se a si próprio nos sujeitos. O poder (a propriedade) no Poder (o Estado).

Nessa mesma direção, Orlandi (2022, p. 341) explica que o sujeito-de-direito decorre do processo de individual(ização) do sujeito pelo Estado, no sistema de produção capitalista:

Figura 4: Esquema elaborado por Eni Orlandi



Fonte: Eni Orlandi (2022)

O modelo acima possibilita-nos a compreensão de que a interpelação do indivíduo (bio-psico) em sujeito (político-social) é dada pela ideologia, enquanto um processo simbólico, quando o sujeito é determinado pelo modo como “[...] na história, terá sua forma individual(izada) concreta: no caso do capitalismo, [...] a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), frente ao Estado e aos outros homens”, conforme Orlandi (2012, p. 107).

Nessa sujeição do rural ao urbano, ou seja, na adoção pelo rural dos modos de produção capitalista, temos, por exemplo, as leis trabalhistas urbanas que passaram a funcionar como parâmetro para o trabalhador rural e, de forma semelhante, o poder do proprietário rural carecendo de força política para gerir suas propriedades e produções, a partir dos regulamentos institucionalizados e administrados por esferas públicas urbanas (os poderes instituídos).

Por esses assujeitamentos, temos, nos gestos da CONTAG, o *Plano Nacional de Reforma Agrária* (PNRA), que admitiu apenas aqueles que se denominassem como ‘trabalhador rural’, apagando a figura do camponês. Já no que se refere à Frente Ampla, houve o apagamento do trabalhador rural, uma vez que só produziu o reconhecimento do produtor, ou seja, o privilégio ao resultado produtivo e o silenciamento das formas de se chegar a ele. Ressalvamos que só pode ser produtor quem detém os meios de produção, então, tanto o

trabalhador rural quanto o camponês e as cooperativas solidárias estão alijadas do funcionamento administrado pelo urbano (pela Frente).

No jogo de interesses posto pelo embate entre a UDR e a CONTAG, vemos, inicialmente, funcionando um ‘nós’ – a UDR (classe dominante, representada pelos proprietários de terra) – e um ‘eles’ – os trabalhadores rurais. Já a Frente Ampla (o centro), ao tentar mediar o conflito, toma os trabalhadores rurais e a UDR como um ‘eles’, por instalarem formas de atuação radicais (‘pois cada uma puxava para um lado’). Percebemos também uma movência na posição do ‘nós’, ao abarcar a Frente e a UDR, uma vez que o trabalhador rural (o ‘eles’), sem a terra e sem os meios de produção, não pode ser produtor (‘o nós’).

Nós	Eles
UDR (direita)	CONTAG (esquerda)
Frente Ampla (moderada)	UDR e CONTAG (radicais)
UDR e Frente Ampla (produtor, que detém os meios de produção)	CONTAG (trabalhador, sem a terra e sem os meios de produção)

Sobre o trabalho da ideologia dominante para o reforço de suas defesas, Pêcheux ([1984] 2014b, p. 17) afirma que

[...] não há um mundo da ideologia dominante, unificado sob a forma de um "fato consumado", nem dois universos ideológicos opostos como o sinal + e o sinal –, mas um único mundo que não cessa jamais de se dividir em dois. Toda a ideologia dominante, irremediavelmente infectada, trabalha assim, constantemente, para reforçar suas defesas sobre seus pontos de fragilidade, falhas e fraturas, que são também pontos de formação das ideologias dominadas. Ela é o lugar de uma incessante remodelação para ocupar, previamente, esses pontos ou reapropriar-se deles pelas concessões necessárias, reconhecendo às ideologias dominadas um espaço regulamentado por limites, de maneira que as ideologias dominadas experienciem a dominação, antes de tudo, no interior delas mesmas e não como um obstáculo puramente exterior.

Ao longo desse percurso, os donos das terras foram denominados como *donatários*, *sesmeiros*, *posseiros*, *fazendeiros*, *proprietários de terras* e *coronéis*. Nesse momento, pelo dizer do presidente da OCB, apresentaram-se na disputa pela terra, os *proprietários rurais* representados pela UDR, em oposição aos *trabalhadores rurais* – que já foram os *escravos*, os *lavradores*, os *colonos*, enfim, aqueles que produziam para o proprietário da terra e eram autorizados a fazer uma produção de subsistência. Agora, os trabalhadores rurais são os pleiteantes de terras, defendidos pela CONTAG, ou seja, aqueles que pertencem ao MST.

Nesse embate, Rodrigues atribui, pelo não-dito, efeitos de ineficiência para os proprietários e para os trabalhadores, uma vez que apresenta a figura do ‘produtor rural’,

valorizando a produtividade. No entanto, ao valorizar a produção, Rodrigues presta obediência aos interesses do mercado internacional, silenciando a disputa pela terra.

Colocar em questão uma terceira figura, a do produtor rural, é, segundo o que aponta Pêcheux ([1982] 1990), traduzir a ordem dominante em formas (representações, imagens) específicas destinadas às classes dominadas e provocar uma mudança na forma da luta ideológica, apresentando não mais o choque de dois mundos, mas um confronto estratégico em um só mundo, aqui, abarcado pelos produtores rurais, que tanto poderiam ser os proprietários quanto os trabalhadores, sob a máscara de uma aliança, de um processo de simulação, fomentado no equívoco da/na língua, que organizaria uma nova divisão da formação social: os que produzem e os que não produzem.

Entre proprietários e trabalhadores, a figura do produtor instala-se como um espaço de artimanha, “[...] uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista” (*Ibid.*, p. 11, grifo do autor). No discurso formulado por Rodrigues, ‘Defender o produtor rural’, é trabalhar pela produtividade como um guarda-chuva que abraçaria proprietários, arrendatários e trabalhadores, desde que gerem resultados.

Esse gesto de construir distinção entre trabalhador, produtor e proprietário rural diz, pelos sentidos em funcionamento, a que veio a Frente, uma vez que assumindo uma posição aparentemente isenta, colocou-se como dirigida ao centro – ‘porque cada uma puxava para um lado’ – produzindo, conforme Pêcheux (*Ibid.*, p. 9), “[...] deslocamentos e disfarces que afetam a representação de um processo revolucionário para seus próprios atores”. Mas, de fato, esse funcionamento reitera o que a Análise de Discurso adota como um dos seus princípios basilares: as posições-sujeito mudam segundo as condições de produção do dizer.

O fato de a Frente colocar-se ao centro ativa uma dada memória associada à história política brasileira, pois, nessas condições de produção, o “centrão”⁴⁸ é uma unidade formada por políticos que militam em causa própria, pendendo sempre para o lado que lhes é conveniente. No caso das questões fundiárias, tomar a posição de centro significa, então, apagar a disputa pela terra e o litígio em torno dela.

Desde o achamento do Brasil, a atividade agropecuária em larga escala – tida e apresentada como a vocação do país – teve seu poder político garantido, até a *República do*

⁴⁸Na política brasileira, o “Centrão” refere-se a um conjunto de partidos políticos que não possuem uma “orientação ideológica específica” e que têm como objetivo assegurar uma proximidade ao poder executivo de modo que este lhes garanta vantagens e lhes permita distribuir privilégios por meio de redes clientelistas. Trata-se de um grupo formado por 170 a 220 deputados (segundo as estimativas) de diferentes partidos, que se unem para conseguir maior influência no parlamento e defender, de modo conjunto, seus interesses. Ver mais em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-o-centrao/#O%20Centr%C3%A3o%20existe>. Acesso em: 20 set. 2023.

Café com Leite. Com a entrada do governo militar, o setor ampliou o apoio, sustentando seu lugar na economia nacional e assegurando a aquisição de conhecimento técnico/tecnológico. Contudo, na conjuntura de redemocratização do país, o setor passou a ver seu poderio “ameaçado”, carecendo garantir maiores espaços de influência no Estado, uma vez que uma das condições fundamentais para a reprodução do capital é o modo de funcionamento jurídico, sustentado pela ideologia burguesa. Pêcheux ([1982] 1990, p. 11) destaca que “[...] organizando simultaneamente uma desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma divisão [...] a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social [...]”.

Enquanto a UDR, a CONTAG e a FAAB estruturavam-se, os debates sobre a política agrícola efervesciam e lideranças nacionais pressionavam pela elaboração de uma nova constituição para reger o ordenamento jurídico do país. Segundo o *site* do Planalto (2011), em países democráticos, a Constituição é redigida por uma Assembleia Constituinte, formada por representantes escolhidos pelo povo. No Brasil, a Constituição de 1988 foi elaborada pelo Congresso Constituinte, composto por deputados e senadores, que foram eleitos, democraticamente, em 1986, e empossados em fevereiro de 1987.

Nessa direção, o então presidente da UDR, Ronaldo Caiado, com o apoio de outros líderes, reuniu sindicatos, associações e entidades de classe e incentivou que filiados e associados concorressem às eleições gerais de 1986, lançando suas candidaturas em busca da tomada do poder político por esta classe. Assim, foi o próprio Caiado, em entrevista a Tavares, quem informou o quanto sua proposta foi bem sucedida:

[...] **Elegemos** uma bancada, **fomos vitoriosos** já na Constituinte de 1988. Dois anos depois, **garantimos** o direito de propriedade, **definimos** o que seria terra produtiva e, a partir daí, **definimos o que era bancada ruralista**. Com o decorrer do tempo, sempre tivemos presença ativa. Os parlamentares se uniam acima das siglas partidárias. Era um **movimento em defesa da agropecuária brasileira e sempre fomos vitoriosos** em nossas votações (Tavares, 2018, p. 27).

Ao afirmar ‘elegemos’, ‘fomos vitoriosos’, ‘garantimos o direito de propriedade’, ‘definimos o que seria terra produtiva’, o presidente da UDR reiterou o objetivo de atuar na representação dos proprietários de terras, materializando os sentidos que apontamos anteriormente (Cf. p. 93). Assim, os parlamentares por ele incentivados ‘se uniam acima das siglas partidárias’, marcando um modo de fazer a política dos interesses pessoais, independentemente da vocação ideológica do partido, ‘um movimento em defesa da agropecuária brasileira’, portanto da atividade produtiva.

Foram, neste momento, os denominados como ‘ruralistas’ – não apenas os filiados à UDR, mas todos aqueles que tinham e que defendiam as propriedades (terras) contra o ataque daqueles que não as detinham (os trabalhadores sem terra) – que fizeram instalar, novamente, sentidos atribuídos a um ‘nós’ (os ruralistas, os proprietários, os produtores, os políticos) em confronto com um ‘eles’ (os trabalhadores rurais sem terra). Nesses modos de dizer, os ruralistas, ao se dizerem vitoriosos nos pleitos eleitorais, assumiram-se como especializados, como os donos do poder, não mais, ou não só, do/no campo, do/no rural ou dos/nos grandes latifúndios, mas no espaço de pertencimento ao urbano, ocupando postos do poder legislativo e legislando em causa própria, pois a bancada ruralista estava ‘em defesa da agropecuária brasileira e sempre fomos vitoriosos em nossas votações’.

Esse movimento analítico, possibilita-nos perceber deslocamentos na formulação e consequentemente, nos sentidos de ‘rural’ para ‘ruralista’:

Rural	Ruralista
O que é/está/vem do campo, em oposição ao urbano	Aquele que age em defesa da agropecuária, mantendo o direito à propriedade e à produção
Proprietários, produtores, trabalhadores	Proprietários, produtores e políticos

No alinhamento entre proprietários rurais e produtores rurais, os ruralistas eram também os pleiteantes e os eleitos em cargos políticos. Entre eles, estava o, então, candidato a deputado federal e ex-ministro da agricultura, Alysson Paolinelli, apoiado pela FAAB.

[...] Fui obrigado a ser candidato a deputado federal. E eu me convenci de que, se a gente não colocasse pessoas que conhecem realmente esses princípios, **eles** poderiam derrubar todos os avanços. Fui deputado de 1987 a 1991. **As ONGs** tentaram ganhar força na Constituinte, mas nós resistimos. Foi quando tratamos com a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Conseguimos persuadi-los de que **não éramos radicais**. Isso não era fácil. A posição que assumimos era dentro dos preceitos de um país soberano. A regra do mercado é livre e, para isso, precisávamos **manter o direito de propriedade**. Neste ínterim, discutiu-se muito como atuaríamos. O Roberto Rodrigues já tinha visto **experiências em outros países** e estava muito interessado em criar uma Frente Parlamentar para defender o setor agrícola. E eu ajudei. Fizemos a primeira reunião com sete ou oito deputados. E a Frente foi crescendo. No início, foi um grupo de defesa da Constituinte. O Brasil tinha **uma política pública que interessava ao mundo**. O **crédito rural era perfeito**, preços mínimos e comercialização funcionavam muito bem e os investimentos também. Até que veio **o primeiro Plano Econômico, o Funaro, em 1986**. Os chamados **fundamentos da economia estavam totalmente destruídos**. Precisávamos reagir (Paolinelli, 2018, p. 17).

Paolinelli candidatou-se a deputado federal, falando em nome da produção, apoiado pela ‘posição liberal de centro’ da FAAB – instalada como mediadora do conflito fundiário no país e como representante do produtor rural e não do proprietário de terras ou do trabalhador, mesmo que, como demonstramos pela análise, seus fundamentos identificavam-se com os princípios dos proprietários, pois, ainda que o deputado criticasse a UDR – que era tida pela Frente como radical –, ele defendia, tal como o partido, a manutenção do ‘direito de propriedade’.

Para ter apoio, tanto da Frente quanto dos eleitores, bastou que o candidato não se mostrasse radical, combatesse as ONGs, que militavam pela esquerda, e assumisse uma ‘posição [...] dentro dos preceitos de um país soberano’. Assim, ao se referir às ONGs, Paolinelli retoma a presença dos discursos sobre as questões ambientais, silenciando o litígio sobre as propriedades de terras.

Apesar de a UDR (de posição à direita) ser considerada uma entidade radical no enfrentamento ao trabalhador rural, e a FAAB (posição ao centro) ocupar uma posição moderada entre as forças de esquerda (MST, CONTAG e ONGs) e de direita (UDR), os propósitos de ambas as instituições (UDR e FAAB) representavam os mesmos interesses. Dessa maneira, a UDR, militando contra a esquerda brasileira, e a FAAB, posicionando-se ao centro, buscaram assegurar que a reforma agrária não acontecesse, uma vez, que ‘definiram o que seria terra produtiva’, conforme seus interesses.

Após eleger seus candidatos, FAAB e UDR cederam lugar a uma nova organização política: a ‘Frente Parlamentar para defender o setor agrícola’ [que virá a se chamar Frente Parlamentar da Agricultura (FPA)], mas os objetivos permaneceram, uma vez que a FPA materializou-se seguindo ‘experiências de outros países’. Destacamos, assim, que os moldes externos não serviram à atividade agropecuária apenas para o saber/fazer no campo, no rural, mas também na política, no urbano.

No discurso de Paolinelli, o ‘nós’, o ‘a gente’ funciona, como em outros recortes (*Cf.* p. 77 e p. 82), com o sentido de ‘eu’, sobre seus próprios feitos, no efeito de ser ele, em uma terra de ignorantes, um homem de visão, que só se candidatou em razão do seu conhecimento na área – ‘Fui obrigado a ser candidato a deputado federal. E eu me convenci de que, se a gente não colocasse pessoas que conhecem realmente esses princípios, eles poderiam derrubar todos os avanços’. Para ele, ‘o Brasil tinha uma política pública que interessava ao mundo’ – leia-se, como mostrado anteriormente (*Cf.* p. 64), aos Estados Unidos –, com um ‘crédito rural perfeito’

[para os grandes proprietários de terra], mas, ‘veio o primeiro Plano Econômico, Funaro⁴⁹, em 1986’ e com ele a ameaça ao poderio dos proprietários de terra. Então, no dizer de Paolinelli, ‘os chamados fundamentos da economia estavam totalmente destroçados’, uma vez que os juros subiram rapidamente, os créditos foram limitados, as dívidas corrigidas e cobradas, além de, em consequência do Plano, propor-se moratória para a dívida externa brasileira, significando o rompimento com o mando e o poderio americanos no país. Os produtores rurais passaram a viver uma crise de endividamento e precisaram fazer a primeira renegociação de dívidas. Somado a essa maré contrária, o presidente Sarney indicou Nelson Ribeiro (um representante da esquerda) para a presidência do INCRA, o que ampliou as discussões sobre desapropriações de terras.

No gesto de dizer que o governo civil (o de Sarney) tinha promovido o destroçamento da economia e que era preciso que um dado setor – o dos proprietários rurais – reagisse, o que o ex-ministro produz não é só uma apologia ao governo anterior – o do regime militar, do qual ele foi ministro – mas, uma assunção de que tal governo privilegiou os proprietários rurais, com juros módicos, com isenção de impostos, com perdão de dívidas etc. Os proprietários rurais viram seus interesses ameaçados – ‘precisávamos reagir’ – e era preciso retomar o poder.

Com a posse dos deputados e senadores eleitos em 1987, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte e foram criadas comissões temáticas na Câmara, entre elas a Comissão de Agricultura, que, segundo Tavares (2018) ainda era considerada inexpressiva e sem disputas pelo seu comando. O autor informa que, no primeiro dia de funcionamento da Assembleia também foi instalada – ainda que informalmente, mas com uma perspectiva moderada – a *Frente Parlamentar da Agricultura (FPA)*, apelidada de *Central Única da Agricultura (CUA)*. A alcunha inscreve-se na memória de denominações promovidas pela esquerda trabalhadora, que criou, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Desse modo, a CUA colocava-se como um discurso, imaginariamente, uniforme – da ‘agricultura’, em oposição ao discurso individualizado – ‘dos trabalhadores’.

Na prática, durante o processo constituinte, a Comissão de Agricultura contava com o apoio das federações do setor patronal, que investiram na contratação de assessores e especialistas em diversos temas, enquanto a FPA contava com uma assessoria técnica paralela à Comissão, que indicava os parlamentares para a distribuição dos processos, de modo que, segundo Tavares (2018, p. 31), a “[...] comissão se tornou uma máquina de aprovar projetos [...], inclusive com a assinatura de membros dos partidos de oposição”. Assim, os primeiros

⁴⁹Dilson Funaro foi ministro da Fazenda no governo de José Sarney, criando um modelo de estabilização financeira, o *Plano Cruzado*, que, entre outras medidas, propôs a assinatura de moratória unilateral da dívida externa brasileira.

passos foram dados, garantindo, na nova Constituição, a preservação dos direitos de propriedade, seguindo os interesses da elite rural.

Em 1989, aconteceu a primeira eleição presidencial direta do país, na qual a população votou exclusivamente para a escolha do presidente da República. A disputa contou com 22 candidatos, no primeiro turno, e, para o segundo, permaneceram Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva. A posse de Collor foi realizada no dia 15 de março de 1990 e, no dia seguinte, o então presidente lançou o chamado Plano Collor. Os ruralistas passaram a se sentir ‘ameaçados’ com medidas presidenciais como a criação da Secretaria do Meio Ambiente e, em janeiro de 1991, a sanção à Lei Agrícola (Brasil, 1991), que vetava parcial ou totalmente 22 dos 26 capítulos do projeto de lei apresentado, deixando de atender, em grande parte, o que a bancada ruralista desejava. Contudo, esse endurecimento durou pouco e, cedendo às pressões da bancada, o governo adotou uma série de medidas provisórias (MPs) – dentre elas, o incentivo às importações e às exportações – uma vez que as entidades, criadas para defender os interesses do setor, tinham força e poder de articulação com o Poder Executivo.

A década de 1990 foi um marco no crescimento das *commodities*, como soja e milho, e o foco passou a ser em produzir mais em menos espaço. Foi nesse período que uma nova formulação passou a circular. O conceito estadunidense de *agribusiness* (Cf. p.73) foi ‘transladado’ para o Brasil, produzindo um efeito paradoxal – o *agribusiness* brasileiro – no título do livro lançado no mesmo ano: *Complexo Agroindustrial – o agribusiness brasileiro*, de Ney de Araújo, Ivan Wedekin e Luiz Antonio Pinazza. A obra define:

Há uma **interdependência** de duas mãos com **fazendeiros e empresários**, no duplo papel de **compradores e vendedores**. Mas continuamos a imaginar a **agricultura e todas essas atividades afins como entidades separadas**. Tanto isto é verdade que não há uma palavra em português para descrever o **inter-relacionamento** destas funções. Os próprios americanos não a tinham até 1955. [...] E, por definição, o Prof. Davis queria dizer por “agribusiness” a “a soma total de todas as operações envolvendo a **produção e distribuição de suprimentos** agrícolas; as operações de produção na fazenda; e o **armazenamento, processamento e distribuição de produtos** agrícolas e dos itens produzidos com eles”. Assim, o “**agribusiness**” **abrangeria, modernamente, todas as funções que o termo agricultura** abarcava à época da agricultura tradicional. [...] os problemas relacionados com o segmento agrícola da economia eram muito mais complexos que a simples atividade rural. Eram “**agribusiness**” em natureza e escopo, **e não agrícolas**. E, portanto, tais problemas teriam de ser enfocados sob a perspectiva do “**agribusiness**” **e não da agricultura**.

Estamos vivendo os tempos do “agribusiness”, apesar de tratarmos a agricultura como uma fase distinta da economia e de não termos inventado um termo em português que defina as modernas e complexas inter-relações entre a cidade e o campo. COMPLEXO

AGROINDUSTRIAL, apesar de não representar uma tradução fidedigna do termo “agribusiness”, já é de uso corrente e passa, portanto, a nominar o “agribusiness” brasileiro (Araujo; Wedekin; Pinazza, 1990, p. 8-9).

Os autores brasileiros atribuem ao *Complexo Agroindustrial* aquilo que chamam de ‘modernas e complexas inter-relações entre a cidade e o campo’, envolvendo, por exemplo, as indústrias de insumos, o cultivo nas propriedades e a armazenagem. Apesar da nomenclatura cunhada no ambiente acadêmico, no cotidiano, ela foi preterida pela livre tradução de *agribusiness* e a formulação ‘agronegócio’⁵⁰ ganhou destaque. Em inglês, *agribusiness* conjuga ‘agri’ de *agriculture* (agricultura) com ‘business’ (empresa, negócio). A formulação em português, apesar de dispor, no léxico da língua, o formativo ‘agri’ (*agricultura*), optou por ‘agro’ (*agropecuária*) e, então, a formulação ‘agronegócio’ estabilizou-se a partir de deslizos:

Agrícola	Agri(cultura)	Agrário	Agronegócio
Atividade voltada aos trabalhos práticos (intuitivos) da/com a terra.	Diz do fazer, implicando métodos e técnicas com relação à terra.	Estruturas políticas, socioeconômicas, medidas de caráter público e leis acerca da distribuição e posse de terras.	Modernas e complexas inter-relações entre a cidade e o campo; Livre tradução de <i>agribusiness</i> .

Passando pela *atividade agrícola* – com falta de conhecimento científico e tecnológico, pela *agricultura* – com pesquisas voltadas para as características brasileiras, que possibilitaram o aumento da produção em quantidade e qualidade, e pelas *questões agrárias* – disputas pela posse da terra, o Brasil chegou ao *agronegócio*, abarcando uma cadeia produtiva, um conjunto de estratégias que tornaram o setor mais ligado às questões empresariais e abarcando não apenas os produtores rurais, suas propriedades e produções, mas também o fornecimento de insumos e o beneficiamento dos bens agropecuários.

Assim, os produtores rurais, no *agronegócio* (no negócio-agro), identificaram-se com os empresários, os homens de negócios, materializando um funcionamento apontado por Pêcheux ([1983] 2015a, p. 56): “[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação [...]” e é através das descrições regulares de montagens discursivas que se pode detectar os momentos de interpretação “[...] enquanto atos

⁵⁰A definição brasileira de agronegócio foi apresentada, em 2013, quando passou a tramitar no Senado o Projeto de Lei n. 487, propondo reformas ao Código Comercial do Brasil. Entre os artigos do Projeto de Lei está um que conceitua o agronegócio como uma rede de negócios que integra as atividades econômicas organizadas de fabricação e fornecimento de insumos, produção, processamento, beneficiamento e transformação, comercialização, armazenamento, logística e distribuição de bens agrícolas, pecuários, de reflorestamento e pesca, bem como seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

que surgem como tomadas de posição [...] como efeitos de identificação assumidos e não negados”.

Em 1993, foi fundada, com uma apresentação oficial no Congresso Nacional, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que apresentou como objetivos:

[...] estabelecer dentro do **agronegócio brasileiro** uma organização no processo de **desenvolvimento sustentável, aproximando o setor, e todos os seus stakeholders, da economia nacional e internacional**. É a única associação que **congrega todos os elos da cadeia**, do campo à indústria, distribuição e serviços, sendo fundamental para o fortalecimento do sistema agroindustrial e das **relações com o governo, iniciativa privada, entidades de classe e instituições de ensino** (Quem somos, 199-).

A robusta entidade, ‘que congrega todos os elos da cadeia’, ainda que não fizesse referência aos debates vigentes naquela conjuntura sobre as questões ambientais, demonstrava sua preocupação com o ‘processo de desenvolvimento sustentável’. Costa (2021) ressalta que ‘desenvolvimento sustentável’ é uma formulação recorrente em práticas discursivas do agronegócio produzindo efeitos de evidência do sentido. Nessa direção, a autora destaca que Antonio Galvan, presidente da APROSOJA-MT, no mandato 2018/2020, afirmou que o desenvolvimento sustentável “[...] é um todo e a sustentabilidade galga em três pilares: o econômico, o ambiental e o social. Ninguém faz o sustentável aí, e dizer a questão ambiental, e nem o social, se você não tiver o econômico em primeiro lugar”.

Alinhando os dizeres da ABAG e de Galvan, percebemos a priorização da questão mercadológica sobre a preservação ambiental, na qual ‘sustentável’ é um determinante que predica algo sobre a denominação ‘desenvolvimento’ e significa em relação aos ganhos econômicos. Ou seja, a sustentabilidade produz, por exemplo, sentidos distintos aos defendidos pelos ambientalistas, que reivindicam o meio ambiente como o aspecto principal.

No dizer da ABAG, o agronegócio é profissionalizado, não é amador, envolve ‘stakeholders, da economia nacional e internacional’ e cerca as mais variadas possibilidades de poder, mantendo ‘relações com o governo, iniciativa privada, entidades de classe e instituições de ensino’. Recorrer a uma formulação que compõe o léxico da Língua Inglesa e seu poder hegemônico no mundo, ‘stakeholders’, é manter em funcionamento a memória da vinculação da agropecuária brasileira com “os mais modernos conhecimentos norte-americanos”, com a expansão da cultura, do comércio internacional e da standardização tecnológica. É uma tentativa de alinhar e identificar econômica e socialmente o Brasil com a expansão do capitalismo e com as relações de poder, que envolvem a posição dos Estados Unidos, que, na globalização, coloca-se como um país de destaque econômico, cultural, militar, tecnológico e

político, funcionando, imaginariamente, como competente, marcado pelo sucesso, prestigiado e, portanto, detentor do poder.

Consultores de entidades organizadas passaram a interferir cada vez mais nos negócios do agro, inclusive, fazendo-se presentes nas reuniões da FPA. Na Comissão de Agricultura, na qual, até então, os presidentes eram indicados, aconteceu a primeira eleição, em 1994, o mesmo ano em que a Medida Provisória n. 542 (Brasil, 1994) implementou o *Plano Real* como nova moeda brasileira. Tavares (2018) conta que o núcleo agrário (Cf. p. 93) do Partido dos Trabalhadores (PT) optou pela Comissão, deixando de indicar outros colegiados historicamente ligados ao PT, como os dos Direitos Humanos e da Educação. Alcides Modesto tornou-se, dessa forma, o primeiro deputado do PT a presidir a Comissão de Agricultura. Em 1995, a FPA foi oficializada, com uma ata assinada por deputados e senadores e, também, foi fundada, a *Frente Parlamentar da Agricultura Familiar* (FPAF).

As empresas midiáticas nacionais, atentas aos movimentos do setor, ampliaram investimentos e expandiram suas redes. Entre elas, destacava-se o *Canal do Boi*, voltado para leilões de pecuária e que deu do início ao *Sistema Brasileiro de Agronegócio* (SBA) passando a agregar, anos depois, o Agro Canal, o Novo Canal e a Conexão BR. Em 1996, foi a vez do *Canal Rural*⁵¹, que, dois anos depois, passou a atuar dentro da estrutura do grupo da *Rede Brasil Sul de Televisão* (RBS)⁵², e, em 2011, lançou o portal *canalrural.com.br*. Foi também nessa leva de incentivos que surgiram, por exemplo, o *Canal Rural X*, a revista *Dinheiro Rural* e o jornal *Valor Econômico*, que se tornou uma das referências jornalísticas em economia, negócios e finanças no país. Desse modo, o agronegócio passou a exercer uma forte presença na mídia nacional, considerada o *quarto poder*, em razão de assumir que os meios de comunicação de massa e o jornalismo exercem influências sobre a formação social, marcando o papel que a imprensa tem no enquadramento de notícias que podem e devem ser levadas ao conhecimento público. Ao denominar a imprensa dessa forma, o efeito que se produz é o de associá-la e de assegurá-la aos modos de um dos poderes constituídos, que regem o Estado Democrático de Direito (o Legislativo, o Executivo e o Judiciário)⁵³.

⁵¹O canal Rural tinha distribuição de sinal feita pela operadora de TV por assinatura NET e pelo satélite Brasil Sat B1.

⁵²A RBS TV (Rede Brasil Sul de Televisão) é um conglomerado midiático brasileiro, criado em 31 de agosto de 1957, por Maurício Sirotsky Sobrinho, com sede em Porto Alegre-RS. O patrimônio, pertencente ao Grupo RBS, conta com 12 emissoras afiliadas à TV Globo, cobrindo todo o estado, além de uma sucursal em Brasília; 14 emissoras de rádio, além de operar uma empresa digital, a *e.Bricks Digital*, assim, o Grupo atua ainda nas áreas de mídia digital e tecnologia, mobile e e-commerce segmentado.

⁵³Destacamos que a adoção da mídia, enquanto aliada ao exercício de poder, é um recurso amplamente adotado pelos militares, a partir do golpe de 1964, ao produzir a relação entre a verdade e tudo o que circula nas mídias.

Entre as notícias de destaque, nesse período, estavam as discussões sobre o plantio e a comercialização de produtos transgênicos, já que, em 1997, foi aprovada a Lei de Cultivares (Brasil, 1997), dispendo sobre a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual das cultivares. Até 2002, o plantio de soja transgênica permaneceu proibido, no Brasil, mas, no ano seguinte, a aprovação da chamada Lei de Sementes (Brasil, 2003a) e de uma série de medidas provisórias, liberou o uso dessa tecnologia nas lavouras brasileiras, o que implicou as aprovações da Lei dos Produtos Orgânicos (Brasil, 2003b) e da Lei de Biossegurança (Brasil, 2005).

Em 1999, as entidades do agronegócio promoveram uma grande manifestação em Brasília, que ficou conhecida como *Tratoração*, quando milhares de pessoas permaneceram, por cerca de dois meses, na Esplanada dos Ministérios com caminhões e máquinas agrícolas para pressionar o governo e o Banco do Brasil a renegociar as dívidas do setor e prorrogar os prazos de pagamento.

[...] esse período marcou o **fim do** discurso do “coitadismo”, decretado com a chegada do ministro Marcos Vinicius Pratini de Moraes, em 1999, em substituição a Francisco Turra. Ele mudou a autoestima do setor ao dizer que o agro era **grande, competitivo** e que ia **ganhar o mundo** (Tavares, 2018, p. 48).

Tavares ao falar do ‘coitadismo’ mobiliza a memória de um setor que não dispunha de todos os poderes. Esse coitadismo, entretanto, está posto entre aspas pelo autor, o que relativiza a fragilidade apontada. O fim do coitadismo é garantido por o agronegócio agora ser considerado ‘grande’, ‘competitivo’ e por ‘ganhar o mundo’. O poder do agronegócio – a certeza de garantir, com a exportação, a economia do país, a sua consequente relação de dominação política e financeira em frente dos governos – tornou o setor desmedido para exigir, para cobrar, e conseguir, cada vez mais, todas as benesses administrativas.

Em 2005, uma nova mobilização – chamada de *Caminhonaço, Tratoração e Grito do Ipiranga* – levou os produtores rurais à Brasília. As reivindicações referiam-se, segundo Tavares (2018), à falta de interlocução com o governo no que concerne à perda de renda, aos custos do frete, à falta de política agrícola de longo prazo e ao alto custo de produção e financiamentos de máquinas, compradas em 2001 e 2002, que se encontravam depreciadas e obsoletas, necessitando de reposição, enquanto o produtor estava descapitalizado para a aquisição de equipamentos mais modernos.

Os anos de 2005 e 2006 foram de frustração de safra, queda do dólar e crise de preço dos produtos agropecuários fazendo com que o setor necessitasse, mais uma vez, ser subsidiado pelo governo, o que só ocorreria com o fortalecimento de sua representatividade política. A

situação demonstra o funcionamento de um círculo vicioso, pois a economia brasileira, atrelada essencialmente e historicamente ao agronegócio, depende dos humores do mercado internacional.

Conforme Tavares (2018, p. 64), representantes do setor começaram a observar como se organizavam as outras frentes parlamentares que estavam obtendo resultados positivos em votações. Além disso, a FPA, que funcionava até então em uma sala cedida pela Câmara dos Deputados, investiu em um escritório político maior, que permitisse aproximar a entidade dos parlamentares, pois era necessário “vender esta causa para todos os parlamentares e **vender o problema para a sociedade**”. A preocupação passa a não ser mais com conquistar espaços de poder político, mas com garantir o apoio social, o aval da ‘sociedade’.

A estrutura foi inicialmente custeada pela Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA) e pela Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA) e o movimento ganhou adesão de lideranças de outras culturas e de diferentes regiões produtivas. O grupo passou a mapear e a monitorar os requerimentos que envolviam as questões do agronegócio e as demandas do setor, percebendo que a maioria das iniciativas em tramitação não era em benefício do segmento.

Nessa conjuntura, foram, mais uma vez, os Estados Unidos quem imprimiu um modelo de ação no Brasil. Representantes da APROSOJA passaram a viajar para conhecer o funcionamento da relação entre produtores norte-americanos, organizações patronais e os representantes políticos, materializando o que Paolinelli já havia anunciado como alternativa viável (*Cf.* p. 100).

Em 2005, a Câmara dos Deputados criou o registro das Frentes Parlamentares, por meio do Ato da Mesa n. 69. A Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, que estava desativada, foi relançada, com apoio da CONTAG. Já a Frente Parlamentar da Agricultura passou por um processo de repaginação, segundo Tavares (2018), nos anos de 2006 e 2007, buscando o envolvimento de deputados e senadores para trabalhar de forma temática. Os mais de 200 membros foram procurados a fim de que assinassem a adesão ao grupo para comprovação da representatividade. Para serem membros da Frente, os parlamentares deveriam receber uma carta convite por serem produtores, expoentes do setor rural ou terem conhecimento sobre a área.

A partir de então, encontros reunindo parlamentares, representantes de entidades, consultores e especialistas passaram a ser periódicos. Assim, relatórios estratégicos foram distribuídos para os parlamentares, por meio de boletins que levavam informações sobre a tramitação das propostas, subsidiando as tomadas de decisões. Em 2008, a Frente teve seu nome alterado para Frente Parlamentar da Agropecuária e, conforme Tavares (2018), consolidou sua

relevância no cenário político nacional, a ponto de passar a indicar nomes para as mesas diretoras da Câmara e do Senado, além de indicações para comandar ministérios. Ao substituir o ‘Agricultura’ por ‘Agropecuária’ na denominação da Frente Parlamentar, a iniciativa passou a contemplar, em seu nome, não só aqueles que se dedicavam ao plantio, mas também os criadores de animais, o que promoveu maior abrangência e provocou sentidos de unidade e amplitude, como evocava, em tempos anteriores, a Frente Ampla (Cf. p. 93).

Foi na primeira década dos anos 2000, que o Código Florestal voltou a ser discutido e reformulado no chamado *Novo Código Florestal*, cuja aprovação ocorreu em 2012. Dois anos depois, foi criado o *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal* (PPCDAm) e, em 2006, o Decreto n. 5.975, especificou o embargo à prática de atividades econômicas em áreas ilegalmente desmatadas. Além disso, foi instituída a *Lei da Mata Atlântica* (lei n. 11.428), e a lei que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável (lei n. 11.284). Em 2008, foi criado o *Plano Amazônia Sustentável* (PAS) e o Banco Central do Brasil estabeleceu a Resolução n. 3.545, determinando que a concessão de crédito rural ficasse condicionada à apresentação de documentos que demonstrassem “[...] que inexistem embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel [...] [ou] atestado de recebimento da documentação exigível para fins de regularização ambiental do imóvel” (Banco Central do Brasil, 2008). Também foi aprovada, naquele ano, a *Lei de Crimes Ambientais* (Decreto 6.514) e, em 2009, o *Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono* e o *Programa Mais Ambiente*, suspendendo a cobrança das multas e o efeito dos embargos para os produtores que se inscrevessem no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O fortalecimento da legislação florestal, apesar de representar um avanço dos interesses ambientais e econômicos, despertou reações em diferentes níveis e o setor do agronegócio, segundo Rajão *et al.* (2021), passou a buscar mais representatividade, intensificando as disputas e tensões políticas entre os representantes das pastas de meio ambiente e aquelas ligadas ao setor produtivo, que argumentavam ser necessário instituir um programa de regularização ambiental que viabilizasse a saída dos produtores da ilegalidade.

Nesse modelo, qualquer preocupação com a terra era interpretada, pelos ruralistas, como ecologismo, como oposição de ambientalistas ao crescimento e à riqueza do país. Enquanto isso, a demanda por soja aumentou no mercado internacional, motivada, principalmente, pelo crescimento da China, e o Brasil, apostando nessa lacuna comercial, conquistou um espaço que os outros países não tinham como atender.

A soja consolidou-se como o mais vantajoso produto brasileiro, pois, conforme Duclós (2014, p. 19), “[...] o grão de ouro não se restringe ao seu nicho original de atividade, a lavoura, pois se desdobra em vários setores, da indústria alimentícia ao biodiesel; do comércio do

atacado ao varejo; do abastecimento do mercado interno à exportação”. O Brasil, que participava timidamente deste mercado, no início do século XX, a partir de 2012 passou a alternar com os Estados Unidos o título de produtor mundial de soja, e “[...] o agricultor com a mecanização virou **empresário rural** [...]” (*Ibid.*, p. 23).

Falar em um ‘empresário rural’ é consolidar os sentidos apontados quando da publicação do conceito de *agribusiness* no Brasil – ‘fazendeiros e empresários, no duplo papel de compradores e vendedores’ (*Cf.* p. 102). Em um mundo globalizado e mercantil, proprietários e produtores rurais ascenderam a empresários rurais, produzindo efeito de profissionalização, uma vez que atuam em um ‘negócio-agro’, no agronegócio, e quem faz a gestão de um negócio é um empresário e não um agricultor.

Proprietário de terra, fazendeiro e coronel	Proprietário e produtor rural	Empresário Rural
A preocupação é com a posse da terra, tanto doada quanto comprada. O campo como espaço de poder.	A preocupação com a posse e a produtividade da terra. O rural instituindo-se como sujeito-de-direito.	A preocupação com a propriedade e com as inter-relações comerciais, antes e depois do plantio. O rural como parte do urbano.

Com a introdução do ‘negócio’ na atividade agropecuária, os sentidos em circulação no urbano passaram a ditar o funcionamento e as denominações no/do campo. Ao associar a atividade do campo à formulação ‘negócio’, o proprietário rural passou a gerenciar uma empresa e o produtor rural a gerar resultados para essa empresa, que constitutivamente pertence ao espaço citadino, pois o empresarial é da ordem do urbano.

Contudo, proprietários e produtores mantiveram o ‘rural’ em sua denominação, uma vez que, apesar de administrarem o campo em grandes empresas e escritórios urbanos, estabelecendo relações de cooperação e de comércio com outras empresas da esfera urbana, a atividade que eles administram é praticada no campo, no rural, mantendo, então, a associação/divisão entre o rural e o urbano. Além disso, a atividade agropecuária reforça seu caráter diferencial de necessidade e, portanto, assegura poder para quem a pratica, pois, mesmo que essa prática se marque pela tecnologia (o uso de drones, de maquinários inteligentes etc.) e pela biotecnologia (transgenia, melhoramentos genéticos de grãos e de animais etc.), ela é feita essencialmente no campo, na terra.

Destacamos que a relação entre o rural e o urbano é de aproximação/associação e/ou de divisão/disjunção em razão dos interesses históricos e econômicos, ou seja, esse funcionamento discursivo diz das condições de produção do discurso da agropecuária, que se instalaram desse modo desde o achamento do Brasil. Trata-se, portanto, de um processo de

espacialização discursiva do urbano, que faz também o *enquadramento* do que é da ordem do rural, uma vez que:

[...] o espaço (urbano) é o enquadramento dos fenômenos (P. Henry, 1998) ou práticas que acontecem na cidade. Assim, consideramos o espaço como parte do acontecimento discursivo urbano. Essa ideia de espaço como enquadramento permite-nos trabalhar com a forma e os meios materiais que constituem a cidade como espaço significativo. Enquadrar significa determinar o espaço de significação (Orlandi, 2010, p. 5-6).

Na esteira de relação urbano-rural, tanto pela divisão/disjunção quanto pela associação/aproximação, em 2010, ganhou notoriedade, no Brasil, um projeto de lei lançado nos Estados Unidos, intitulado *Farms Here, Forests There* (Fazendas Aqui, Florestas lá), que abriu a possibilidade de grandes poluidores norte-americanos compensarem as emissões de gases, financiando a proteção de florestas em países tropicais, como o Brasil. Desse modo, os gases produzidos no/pelo espaço urbano norte-americano seriam compensados pela proteção de florestas no espaço rural brasileiro. Esse projeto de lei instituiu-se como uma nova roupagem do plano Marshall, pois a medida produzia efeitos de beneficiamento de todos os países, quando, quem, de fato, ganhava economicamente eram os Estados Unidos, que destruíam o ambiente e provocavam o efeito estufa em prol da produtividade, estabelecendo, para os países em desenvolvimento, a manutenção das florestas. Esse gesto, que na evidência mostra-se como benevolente, funciona aos modos de um simulacro e reforça a relação de dependência norte-americana e relativiza o poder sobre a propriedade e as atividades nas terras brasileiras.

Nessa direção, Tavares (2018) afirma que as áreas com vegetação nativa nos países tropicais deveriam ser preservadas para que a agricultura norte-americana se mantivesse economicamente viável. No que diz respeito ao Brasil, a evolução do sistema produtivo apresentava-se como um risco para a agricultura norte-americana, que precisava ser freado. Portanto, a manutenção das florestas deve ser financiada pela ‘benevolência dos norte-americanos’, em um lá (em solo brasileiro) para servir de ‘pulmão para o mundo’.

No Brasil, as discussões sobre a elaboração e aprovação do *Novo Código Florestal* passaram a ser cada vez mais frequentes, apontando pontos frágeis e assegurando o envolvimento de movimentos indigenistas e ambientalistas, com a participação de Organizações Não-governamentais internacionais e acirrando o embate entre ruralistas e ambientalistas, o que demandou uma organização política de enfrentamento. Assim, mais uma vez, os ruralistas recorreram aos Estados Unidos para imprimir um modelo de ação para o Brasil: representantes da APROSOJA passaram a viajar para conhecer o funcionamento da

relação político-partidária de produtores norte-americanos, tomando como referência as organizações patronais daquele país.

Na Frente Parlamentar da Agropecuária, entidades e associações realizaram contribuições mensais para a realização de almoços, jantares, manutenção da sede e dos funcionários e especialistas para defender os interesses dos ruralistas. Esse modelo demandou uma regularização jurídica e a solução foi criar uma associação, entidade ou organização sem fins lucrativos. Surgiu, assim, em 2011, o *Instituto Pensar Agropecuária* (IPA), com o objetivo de prestar assessoria à FPA e garantir o respaldo técnico das ações específicas que tramitam no Congresso Nacional, além de promover a interlocução com os poderes Judiciário e Executivo.

Em entrevista a Tavares (2018, p. 84), Sérgio De Marco, que foi o primeiro presidente do IPA, aponta as características do instituto:

Temos mais de trinta entidades que **pautam os deputados e senadores** no que diz respeito ao agronegócio. Nem tudo a gente consegue, mas é um ambiente em que nós produtores podemos **nos expressar à vontade e dar a eles o discurso que precisa ser dado**.

Novamente, vemos funcionar um ‘eles’ e um ‘nós’ que marca a polarização entre o poder a ser assegurado e os que devem submeter-se a ele. No dizer do presidente do IPA, temos um ‘nós produtores’, que se instala pelas entidades e que deve aparelhar o ‘eles’ (os deputados e senadores) para que, ao exercerem os cargos legislativos, garantam o poder de decisão aos produtores e suas entidades representativas. Em outras palavras, o que o presidente assegura é um ‘discurso que precisa ser dado’ pelo agronegócio aos senadores, deputados e, conseqüentemente, para toda a sociedade. Esse discurso afinado garante ao ‘nós’ se ‘expressar à vontade’ e produzir, pelo poder dizer, um silenciamento dos sentidos em oposição (a esquerda, os ambientalistas, as ONGs, os trabalhadores sem terra, enfim, todos que questionam o fazer do agronegócio). O que se deseja com essa uniformidade no fazer/dizer é produzir um efeito de que os outros, o ‘eles’, venham a funcionar como um ‘nós’, apoiando também o agronegócio.

Vemos reverberar aqui o gesto de Vargas, quando criou, em 1951, a *Comissão Nacional de Política Agrária* (CNPA), com “[...] com o objetivo de estudar e **propor ao Presidente da República, as medidas julgadas necessárias** para a organização e desenvolvimento da economia agrícola e o bem estar rural” (Cf. p. 72), ou seja, de dar ao presidente ‘o discurso que precisa ser dado’. Vargas estabeleceu um espaço para o proprietário rural se ‘expressar à vontade’ e colocar esses dizeres em relação possibilita-nos dar visibilidade aos modos como a atividade agropecuária e os poderes políticos, historicamente, caminharam junto no Brasil.

O ‘discurso que precisa ser dado’, no dizer do primeiro presidente do IPA, Sérgio de Marco, é, então, aquele de valorização do agronegócio, de defesa da propriedade da terra e da produção aos moldes do capitalismo, privilegiando o mercado mundial (os interesses internacionais) e fazendo enfrentamento aos opositores e defensores das questões ambientais. Para que os ruralistas funcionem como porta-vozes (Cf. p. 37) dos sentidos ditados por de Marco, é preciso que eles se instalem como sujeitos ideologicamente tomados, interpelados pelos efeitos do agronegócio, ou seja, ‘pelo discurso a ser dado’, pois é essa interpelação que os aparelham a constituírem-se como um ‘nós’, que, pode-se ‘expressar à vontade’ para um ‘eles’, que também “deve” constituir-se nesse discurso. Nessa compreensão, os ruralistas, tal como as mulheres do agro/agronegócio, como veremos adiante, devem funcionar como militantes, como defensores da causa do setor.

Ao formular um ‘discurso a ser dado’, o ruralista acredita na uniformidade do sentido, tendo a ilusão de que o dizer sobre o agronegócio chegará igualmente para toda a sociedade, mas, pela Análise de Discurso, sabemos que se trata de uma ilusão constitutiva do sujeito, pelo funcionamento das formações imaginárias, que, segundo Pêcheux ([1969] 2019, p. 39, grifo do autor) são antecipações das representações dos lugares no processo discursivo colocado em jogo, quando as posições dos protagonistas intervêm a título de condições de produção do discurso:

[...] que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem, cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. [...] existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). [...] é bastante provável que essa correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições [...].

Se primeiro vimos a necessidade de os agricultores serem informados sobre as técnicas que eram utilizadas na Europa, depois, trabalhamos sobre a necessidade de os produtores aprenderem novas técnicas e interagirem entre eles através dos extensionistas rurais e das entidades de ensino/pesquisa, no contexto sócio-histórico que apresentamos agora, a preocupação passou a ser com a comunicação para além do setor, com a conquista de espaços de interação e também com desenvolver o melhor modo de dizer sobre o agronegócio, uma vez que se faz indispensável ‘dar a eles o discurso que precisa ser dado’.

Tavares (2018, p. 125) conta que, “[...] em 2008, com bons argumentos em mãos para alterar a legislação ambiental, a FPA começou a provocar um debate nacional” acerca do Código Florestal que, se antes funcionava como uma ameaça, agora passou a ser o trunfo para

dar ao agronegócio a oportunidade de se comunicar melhor com a sociedade, ao invés de falar apenas consigo, proporcionando mais inserção social e melhor enfrentando as ONGs, “[...] que tinham um grande respaldo midiático e apoio de parte da opinião pública [...]” (*Ibid.*, p. 155). A estratégia da FPA era trazer a mídia a favor do setor.

Reinhold Stephanes, que era o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2007, no segundo *Governo Lula*, estava entre aqueles que organizavam as estratégias. O ministro procurou as grandes emissoras, reuniu-se com editorialistas e levou, para o Rio de Janeiro, “[...] cinco especialistas da EMBRAPA Meio Ambiente, além de materiais coletados com mais de cinquenta doutores, mestres e especialistas em sustentabilidade, meio ambiente e aquecimento global” (*Ibid.*, p. 140). Tanto a Embrapa, com suas preocupações sobre o ambiente, quanto o discurso da academia (doutores, mestres e especialistas) serviam para fomentar os argumentos de proprietários/produtores rurais e políticos.

A pauta do encontro foi explicar de que forma a agricultura poderia contribuir para a melhoria do meio ambiente, marcando o discurso como “preocupado” com a preservação ambiental e fazendo frente às ONGs. Nessa perspectiva, a imprensa, que antes não participava das reuniões, também passou a ser convidada, a fim de endossar os argumentos e, ao mesmo tempo, divulgar os interesses do setor produtivo. Ao promover a reunião, o Ministro da Agricultura, que era, antes de tudo, um ruralista, fazia com que o setor se antecipasse ao discurso de preservação, produzindo sentidos de que essa era uma preocupação proveniente das lideranças do agronegócio. Ou seja, no gesto mesmo de antecipação do ministro, que era de um governo de esquerda, instala-se o simulacro da preservação ambiental no centro de interesses dos proprietários/produtores rurais.

O *Novo Código Florestal* foi aprovado pela Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012, atualizando os códigos anteriores, aprovados em 1934 e 1965. As principais mudanças foram em relação a regularização de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal, diferenciação de critérios para pequenos e grandes produtores rurais e criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Contudo, o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), Márcio Portocarrero, em entrevista a Tavares (2018, p. 216), avalia como uma das grandes vitórias das discussões sobre o Código Florestal o fato de tornar o agronegócio mais popular, envolvendo a sociedade na defesa de sua causa:

O setor nunca se dedicou a falar com a sociedade. Com o Código, conseguimos informar que o que estávamos propondo era melhor do que estava sendo proposto pelo meio ambiente. Percebemos que só falávamos com nós mesmos e reclamávamos que o mundo todo estava contra nós. Dessa constatação é que vieram o

Instituto Pensar, o fortalecimento da FPA e as **campanhas da mídia em favor da produção**.

Ao afirmar que o setor ‘conseguiu informar que o que estava propondo era melhor do que estava sendo proposto pelo meio ambiente’, Portocarrero produz um discurso de desarticulação do trabalho das ONGs, da EMBRAPA, dos cientistas, dos ambientalistas etc., pois, o agronegócio colocava-se como fazendo mais e melhor pelo ambiente – apesar do fazer reduzir-se às ‘propostas’ e não às ações – do que todos os outros setores dedicados a esse fim.

Do mesmo modo, se antes ‘o setor nunca se dedicou a falar com a sociedade’, agora, era para ela que, através da mídia, ‘o discurso precisava ser dado’. Nesse movimento, vemos alterar o ‘nós’ e o ‘eles’, pois o ‘eles’ – que antes compreendia os deputados e senadores (Cf. p. 111) – passa a ser a mídia, a sociedade e os ambientalistas, enquanto o ‘nós’, permanecendo como o lugar de poder, agora, inclui os políticos, além dos ruralistas e proprietários/produtores, uma vez que quem fala é um ministro, que, representando um cargo de poder, materializa aquilo que era a meta do agronegócio: ocupar espaços legislativos e assumir ‘o discurso que precisa ser dado’. Assim, o setor passa a deter os poderes produtivo (técnico-científico), econômico (grandes exportações), rural/urbano (ocupação onipresente do espaço) e político (a presença de representantes do setor nas esferas legislativa e executiva). Dessa maneira, o que o agronegócio ainda demandava era a manutenção dos poderes já adquiridos e a conquista do poder social.

Segundo o diretor da ABRAPA, o *Novo Código Florestal* abriu o setor para a sociedade, uma vez que os projetos voltados para o social mostraram que o que o agronegócio propõe é ‘melhor do que o proposto pelo meio ambiente’. O dizer aponta para o litígio do setor com o meio ambiente, apresentando como estratégia para resolver esta questão, o ‘falar com a sociedade’. Para isso, foram criados institutos, houve fortalecimento da FPA e investimento em campanhas midiáticas em favor da produção. Esses movimentos resultaram positivamente para o agronegócio, uma vez que, o *marketing* político funciona, conforme Orlandi (2017a, p. 131), “[...] como arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções [...] [diluir as diferenças políticas e ideológicas e colocar] [...] no ponto uma nova gestão da subjetividade na qual o sujeito contribui ativamente para o seu assujeitamento”.

O IPA, como já referido anteriormente, deu aos senadores e deputados o ‘discurso que precisa ser dado’, pois os municiou com estudos e informações que melhor fizessem a aceitação social, além disso, voltou-se à conquista da imprensa em favor do agronegócio. Tanto que o jornalista Tito Matos, indicado em 2012 para atuar como assessor de imprensa da FPA, propôs

uma nova forma de tratar o agronegócio na mídia, como conta em entrevista a Tavares (2018, p. 77):

Passamos a utilizar em nossas comunicações a expressão ‘**setor produtivo de alimentos**’. Com as **campanhas contrárias dos ambientalistas**, começamos a tratá-los como **produtores de alimentos**, fazendo comparações entre agricultura de clima tropical e clima temperado. Fizemos vários releases para a imprensa nesse sentido.

Ao formular ‘setor produtivo de alimentos’, Matos quer resolver a questão da aceitação social, marcando o agronegócio como preocupado com a alimentação dos brasileiros e não apenas com a produção para a exportação. O desabastecimento e a falta de alimentos são motivos de inquietação de muitos brasileiros, mas também se faz presente em discursos internacionais associados a diferentes formações discursivas, assim, o que Matos orchestra é um efeito de simulação, ou seja,

[...] um efeito de sentido em que elementos da memória de uma determinada formação discursiva interpõem-se a outra, sob forma de discurso repetido, sem que haja assimilação, ou melhor, absorção no espaço discursivo em que incidem. [...] essa interposição constitui-se num *mise-en-scène*, por proporcionar o mascaramento de pressupostos ideológicos que se querem impor (Ernst, Silva e Vieira, 2019).

Ao substituir o ‘empresário rural’ pelo ‘produtor de alimentos’, Matos produz, um movimento de acolhimento de qualquer forma de produção, das hortas caseiras, passando pela agricultura familiar até as grandes plantações.

Agrícola	Agri(cultura)	Agronegócio	Setor produtivo de alimentos
Trabalho prático (intuitivo) da/com a terra.	Trabalho com métodos e técnicas com a terra.	Inter-relações entre a cidade e o campo.	Preocupação social.
Proprietários de terra, fazendeiros e coronéis	Proprietário/produtor rural	Empresário Rural	Produtor de alimentos

Do mesmo modo, ao “apagar” a figura do ‘empresário’ diminui a distância entre este e os pequenos produtores, além de afastar a ideia de negócio (ganho comercial), colocando a atividade como necessária à alimentação e a saciedade da fome do povo brasileiro. Por esses gestos, o setor coloca-se como essencial e minimiza, no simulacro, o litígio com os ambientalistas, porque, se a atividade mata a fome do povo, ela é melhor aceita, e, conseqüentemente, relativiza-se a forma como é realizada e as destruições que provoca.

Como podemos acompanhar, ao longo da história de instituição do agronegócio, houve o enfraquecimento de determinadas formulações, até então estabilizadas, e a abertura de uma brecha para o irrealizado, uma metáfora, “[...] uma palavra por outra [...], o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 277), uma transferência, um novo modo de significação. Nesse funcionamento, o processo de denominação serve ao propósito de fazer substituições, do ponto de vista da Psicanálise, do ritual de linguagem estilhaçado no esquecimento (lapso), marcando o que deve ou não ser lembrado. Enquanto na Análise de Discurso, pelo funcionamento da ideologia, que, no nosso caso, interpela em sujeito os homens do agronegócio, vemos a ocorrência de apagamentos, de silenciamentos, de efeitos de simulação, de simulacros, de mascaramentos, em nome da manutenção da ideologia dominante. Assim, tanto em uma área de conhecimento quanto na outra, é o ritual que se estilhaça, que se quebra, quer seja pelo esquecimento, quer seja pelo apagamento/silenciamento.

Orlandi (2015a, p. 53) explica que entre a necessidade e o acaso, no confronto do mundo e da linguagem, entre o sedimentado e o a se realizar, na experiência e na história, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido repetem-se e deslocam-se e, no processo polissêmico, o irrealizado tem seu ponto de articulação. Assujeitados, ao mesmo tempo à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, sujeitos e sentidos fazem seus percursos, ultrapassam limites, transbordam, refluem. Os empresários rurais são ditos, agora, produtores de alimentos, aqueles que garantem, portanto, a sobrevivência da população, e cujo resultado de seu trabalho está diariamente na mesa, nas refeições, de todos os brasileiros.

É nesse período que uma nova formulação passou a funcionar discursivamente, circulando em conversas informais: ‘agro’. Até que, no mês de junho de 2016, o *Grupo Globo* lançou a campanha institucional *Agro: a indústria-riqueza do Brasil*, que permanece em circulação há mais de sete anos. Além disso, em agosto do mesmo ano, o governo federal institucionalizou o Programa Agro+, tendo como slogan ‘Um Brasil mais simples para quem produz. Um Brasil mais forte para competir’. As duas iniciativas⁵⁴ seguem tendências semelhantes, desvelando um alinhamento entre o discurso político governamental e o midiático. Ambas lançam mão da formulação ‘agro’ para se referirem ao agronegócio, atualizando-o, (re)significando-o, a partir do apagamento de ‘negócio’. Como estratégia de comunicação, o termo ‘agro’ é de fácil aplicação, uma palavra simples, curta e, por ser uma redução de ‘agronegócio’, remete a um apelido e promove a aproximação.

⁵⁴Os dois projetos aproximam-se inclusive em seus discursos imagéticos como pode ser observado no artigo *Agro é tudo: a Rede Globo e a produção de sentidos na relação urbano/rural* (Oliveira; Costa, 2020).

A propaganda passou a ser veiculada diariamente, várias vezes por dia, nos intervalos da programação da *TV Globo*⁵⁵, uma emissora de comunicação de massa, com abrangência nacional e internacional, que fala do lugar da mídia que se posiciona como a que apresenta o maior poder de inserção no dia a dia dos brasileiros telespectadores. Os pequenos vídeos não estampam um objeto específico para comercialização, tampouco oferecem serviços. As peças apresentam diferentes vieses da atividade agropecuária brasileira e suas ‘relações antes, dentro e depois das porteiras das propriedades rurais’, seguindo o conceito de agronegócio, de inter-relação entre cadeias.

Conforme Costa (2019a), *Agro: a indústria-riqueza do Brasil* funciona como um enredo, um efeito de série, contínuo e constante, pela repetição incansável [há mais de sete anos] – caracterizando o *excesso*⁵⁶, conforme Ernst (2009) –, pela sinergia entre as formulações, pela saturação de argumentos para “ocupar” os espaços possíveis de interpretação. É uma propaganda, que “[...] nem descansa e nem da trégua” (Orlandi, 2017a, p. 131), que no confronto entre o simbólico e o político, posiciona-se – pela exterioridade que a constitui – e encarrega-se de difundir, direcionar e sustentar um conjunto de ideias, a fim de orientar um comportamento, de “cercar e conter” as interpretações sobre o agro, apresentando-se como uma campanha, no sentido trabalhado por Orlandi (*Ibid.*, p. 146), “[...] mobilização, militância a partir de uma posição”, que se constitui por efeitos e os produz.

Em 2017, o diretor de *marketing* da *TV Globo*, afirmou em uma palestra no *Global Agribusiness Forum* (GAF Talks) que o objetivo da campanha é criar empatia e confiança, desmistificando a produção agrícola aos olhos da sociedade: “[...] a ideia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do Agro” (Por que, 2017). Assim, não se trata, de acordo com Orlandi (1999), de transmissão de informações, que como são emitidas são recebidas, mas sim, de um processo discursivo, de reconhecimento, de subjetivação, de identificação e de argumentação⁵⁷, que materializa a ideologia. E, ao formular que o objetivo é ‘fazer com o brasileiro tenha orgulho’, mobiliza dizeres que já foram trabalhados anteriormente, ‘o setor nunca se dedicou a

⁵⁵A TV Globo forma uma rede com mais de 120 exibidoras, cobrindo 98,6% dos municípios brasileiros, com alcance de 97 milhões de pessoas por dia. Veicula cerca de 17 milhões de comerciais por ano, mantendo relacionamento com mais de seis mil agências de publicidade, que atendem 30 mil clientes. Também está presente em 190 países, com mais de três milhões de assinantes. Disponível em: https://estatico.redeglobo.globo.com/2017/10/04/sobre_globo.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

⁵⁶O excesso é, segundo Ernst (2009), uma “[...] estratégia discursiva que se caracteriza por aquilo que está demasiadamente presente no discurso [...] que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem. [...] Em suma, trata-se [...] de buscar estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição”.

⁵⁷No artigo *Propaganda: uma questão de discurso e argumentação*, trabalhamos o funcionamento da argumentação no processo discursivo, a partir de análises de peças da campanha *Agro: a indústria-riqueza do Brasil* (Costa, 2022).

falar com a sociedade’ e a necessidade de ‘produzir campanhas da mídia em favor da produção’ (Cf. p. 114).

Na abrangência da campanha, os vídeos sempre se iniciam com o *slogan* ‘Agro: a indústria-riqueza do Brasil’. Ao colocar ‘agro’ em relação à ‘riqueza’, o discurso das peças mobiliza a memória do Brasil enquanto terra ‘em que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo’ (Cf. p. 31), ‘empório do mundo inteiro’ (Cf. p. 40), principal fornecedor mundial de madeira, cana de açúcar, café, soja etc. Além disso, coloca a ‘riqueza’ em oposição ao imaginário de um campo/rural que ainda precisaria ser modernizado, um espaço sem tecnologia, e colocado a serviço do progresso. O agro é a indústria do Brasil, nos dizeres da campanha, portanto, cada etapa da cadeia do agronegócio compõe uma engrenagem dessa indústria, fazendo com que o país não precise buscar a industrialização, o beneficiamento de produtos. Esse funcionamento faz reverberar a memória do perfil dos trabalhadores autorizados, pela Rainha (Cf. p. 44) a existirem no Brasil, no período colonial, ‘colonos, e cultivadores, e não de artistas, e fabricantes’, uma vez que a ‘verdadeira, e sólida riqueza’ do Brasil é, e deverá permanecer para sempre sendo, as ‘produções da terra’.

O agro funciona, então, como a indústria de um país, como um produto da organização sócio-histórica brasileira, o que nos permite produzir paráfrases a partir da relação dos sentidos das formulações ‘agro’, ‘indústria’, ‘riqueza’, ‘Brasil’:

<p>O agro é a indústria do Brasil. O agro é a riqueza do Brasil. O Brasil é o agro. O Brasil é rico porque é agro.</p>

Na repetição, além do *slogan* ‘Agro: a indústria-riqueza do Brasil’, os vídeos da campanha colocam em circulação a afirmativa: ‘Agro é tech, agro é pop, agro é tudo’. Costa (2019a) aponta que o agro é posicionado como uma nova ferramenta para adaptar as relações e a vida dos sujeitos às características indissociáveis de uma formação social capitalista. A tecnologia garante ao agro a agilidade, a valorização, a rentabilidade, a possibilidade de estar em todos os espaços. Além disso, a relação do sujeito com a produção do campo tem técnica. Não se trabalha no agro da mesma forma como se trabalhava no agronegócio ou na agricultura, pois a relação dessas atividades com a sociedade também mudou. *Tech* marca a tecnologia, mas dá a ela um caráter informal, do mesmo modo que *pop* informaliza o que é popular, aproximando o agro do povo, das massas, de todos e promovendo um processo de identificação com o setor.

As peças da campanha afirmam que o agro é ‘muita gente’, é quem ‘planta’, ‘colhe’ (atividades facilmente associadas à premissa do trabalho no campo) e também quem, ‘amassa’, ‘entrega’, ‘armazena’, ‘transporta’, ‘faz conta’, ‘emprega’, ‘investe’, ‘produz’ (remetendo ao conceito de agronegócio que engloba a inter-relação entre as cadeias antes, dentro e depois das porteiras) e quem ‘veste’, ‘prova’ e ‘consome’ (possibilitando que, mesmo quem não trabalha no agronegócio, seja agro).

Oliveira e Costa (2020, p. 673) explicam que o agro é *pop*, nos sentidos produzidos pela *Rede Globo*, “[...] porque engloba gente do campo e da cidade, o eu e o outro. No pop estão quem vive, trabalha ou consome aqui e lá, numa proposta de indissociabilidade entre os sujeitos, que se inter-relacionam através do agro e, assim, o compõem”. Dessa forma, é possível encontrar, sem muito esforço, alguma ligação pessoal com o agro.

Tech e *pop* são abreviações de palavras que compõem o léxico da língua inglesa: *technology* e *popular*. O uso está relacionado à interferência, mais uma vez, da expansão do capitalismo e com as relações de poder, que envolvem a posição dos Estados Unidos, em um funcionamento do imaginário que aponta para competência, sucesso, prestígio, poder. Além de *tech* e *pop*, o agro é ‘tudo’. A formulação, segundo Costa (2019a) aponta para uma unidade, uma ilusão de completude, de integração, de não contradição, pela vontade e pela decisão da *Rede Globo*, em uma dimensão simbólica. Trata-se de um imaginário, um efeito de condição essencial para existência, um sentido de universalização, que afeta o imaginário do pertencimento. A adjetivação do agro é usada positivamente para caracterizar os acontecimentos e os sujeitos envolvidos, afastando rupturas, ainda que o ‘tudo’ seja composto por partes.

‘Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo’ é, segundo Oliveira e Costa (2020), um slogan que “[...] traz o sentido de informalidade e aproximação do agro, indissociável à tecnologia, a todo tipo de sujeitos e abrangendo todos os setores que movimentam a economia do país, unindo o eles e o nós, o que está lá e o que está aqui, a cidade e o campo”, desestabilizando conceitos e buscando estabilizar uma nova imagem. Funciona, então, como um discurso “edificante”, conforme Orlandi (2017a), uma constelação de enunciados sobre o agro constituindo um discurso na direção do que persiste.

Nesse novo processo de denominação, temos o deslizamento de ‘setor produtivo de alimentos’ para ‘agro’:

Agrícola	Agri(cultura)	Agronegócio	Setor produtivo de alimentos	Agro
Trabalho prático (intuitivo) da/com a terra.	Trabalho com métodos e técnicas com a terra.	Inter-relações entre a cidade e o campo.	Preocupação social.	Abarcamento do social (é tech, é pop, é tudo).
Proprietários de terra, fazendeiros e coronéis.	Proprietário/ produtor rural.	Empresário Rural.	Produtor de alimentos.	Todos (quem consome e quem produz).

‘Agro’ amplia os sentidos de ‘setor produtivo de alimentos’, uma vez que inclui todo tipo de produtor, de consumidor e toda a sorte de produção, instalando-se como mais indispensável ainda, uma vez que nada existe sem ele. O agro ao se instalar como sendo “tudo”, produz efeitos de que é de “todos/para todos” e, portanto, de que os ganhos obtidos são também para todos, para o país e não apenas para uma pequena parcela de beneficiados (proprietários/produtores, empresários e políticos).

Ao apagar a formulação ‘negócio’ de sua denominação, o ‘agro’ retira o caráter comercial e empresarial da sua atividade, silenciando a geração de lucros, a destruição ambiental, as relações trabalhistas dissimétricas etc. Toda essa jogada busca a manutenção dos poderes produtivo, econômico e político já existentes e caminha rumo à conquista do que falta ao setor: o poder social.

Esse funcionamento é reforçado, em 2018, quando o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, lançou a marca **Brazil Agro** indicando a utilização de uma espécie de selo de qualidade e proteção dos produtos exportados:

A ideia é criar confiança entre produtor e consumidor. É uma **marca do Brasil. O mundo precisa saber que nós produzimos sem agredir o meio ambiente**. Muitas empresas e entidades já possuem marcas, mas **esta é oficial, do país** (GAF, 2018).

Apesar de Blairo afirmar que a marca do Brasil carrega uma produção que não agride o meio ambiente, as notícias que circulam no período dão conta do aumento das queimadas, da aplicação indiscriminada de agrotóxicos e da mortandade de peixes (Área, 2024), por exemplo. O então ministro afirma que o selo de qualidade, aquele que cria confiança entre o produtor e o consumidor, é voltado ao comércio exterior, pois quem precisa saber da qualidade dos produtos brasileiros não é o consumidor interno, mas o mundo. Esse gesto reforça os sentidos do ‘discurso que precisa ser dado’, pois, mesmo fazendo afirmações que não condizem com as notícias sobre a prática do agronegócio, Blairo reproduz aquilo que o país e o ‘mundo precisa saber’, ‘o discurso que precisa ser dado’ (Cf. p. 111).

Formular o agronegócio como agro é, então, um gesto de dissimulação das práticas e dos interesses econômicos que afastam o setor da sociedade. O ‘agro’ sem o ‘negócio’ só ocorre no processo de denominação, pois, de fato, as tentativas de acobertamento abarcam também as práticas comerciais, empresariais do negócio-agro, mesmo dizendo em contrário.

De todo modo, a “mudança” que, de fato, não se observa para além da denominação, leva-nos a adotar, daqui para frente, a formulação *agro/agronegócio*, indicando que, por mais que se tenha silenciado o ‘negócio’, esse continua sendo o aspecto de interesse e de movimentação do setor. Em outras palavras, o sentido em funcionamento é o de privilegiar o negócio-agro, como podemos observar no dizer ministro, cuja subserviência ao poder norte-americano e ao mercado internacional faz-se marcar também na grafia do nome do selo proposto por ele, pois nele o Brasil é grafado com a letra ‘z’, dando a ler que a aceitação do que aqui se produz está submetida ao que é de fora do país, ao mundo exterior. A marca de qualidade ‘Brazil Agro’ é chancelada pelo governo, é oficial, é do país e indica ao mercado externo a veracidade dada a ela, pelo poder instituído. Assim, embora a chancela seja oficialmente brasileira, o nome do país é escrito em língua inglesa.

Como vimos mostrando, o processo de instalação do agronegócio como agro faz-se por uma recorrência incessante às denominações, marcando que toda alteração se instala apenas no dizer e não se consolida na prática adotada. Daí a necessidade de argumentar constantemente, através do convencimento dos políticos, das campanhas publicitárias, da ocupação de todos os espaços, da reiteração insistente em assegurar as esferas do poder instituído.

Nessa conjuntura, a denominação funciona como mecanismo de antecipação que, na ilusão do convencimento, regula a argumentação, conforme Orlandi (2015a, p. 37), visando seus efeitos sobre o interlocutor, uma vez que “[...] o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto”.

Pêcheux ([1969] 2019, p. 34, grifo do autor) afirma que, no processo discursivo, é decisivo ao orador saber prever o que o ouvinte espera, já que a “[...] antecipação *do que o outro vai pensar*, parece constitutiva de qualquer discurso [...] Em certos casos, o ouvinte, ou o auditório, pode *bloquear* o discurso ou, ao contrário, *apoiá-lo* por meio de intervenções diretas ou indiretas [...]”.

Sobre o mecanismo de antecipação, Orlandi (2015b, p. 18) afirma, ainda, que se assemelha a “[...] um grande jogo de xadrez em que aquele que consegue melhor antecipar-se a seu interlocutor é melhor orador, mais eficiente com a palavra. [...] trata-se de um jogo que se assenta no imaginário”. Afastamo-nos de uma perspectiva sustentada pela formação social

capitalista, na qual os sujeitos são livres e determinadores de seus argumentos e decisões, uma vez que, compreendemos que o sujeito pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos, constituídos ideologicamente, instalam-se nele. Conforme Orlandi (2015a, p. 30), o que o sujeito sabe não é suficiente para a compreensão dos “[...] efeitos de sentido que estão ali presentificados”, uma vez que os discursos são produzidos em condições determinadas, na relação com a exterioridade e não dependem das intenções dos sujeitos, que também são constituídas por funcionamentos sócio-histórico-ideológicos.

O discurso ‘que precisa ser dado’ (Cf. p. 111) e o que ‘o mundo precisa saber’ (Cf. p. 120) são formulações que resultam de processos de interpelação e identificação, que atravessam esses sujeitos frente aqueles que são posicionados por eles como os que precisam de informação e que devem conhecer e apoiar o agronegócio. Seus dizeres são determinados pela relação com a exterioridade que lhes constitui, por suas experiências simbólicas, com a história, com a língua, pela ideologia.

É no conflito das interpretações, no confronto do poder das diferentes falas, que se estabelece o desejo de persuadir, que resulta de relações entre posições-sujeito. “As intenções são assim produtos de processos de significação [...]” (Orlandi, 1998, p. 78), que, no caso da liderança do agro, instala-se como sujeito “[...] *subordinado* à verdade de seu discurso [...], [tornando-se] [...] progressivamente a *fonte* desse discurso, enquanto um nó de necessidades, de temores e de desejos [...]” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 46, grifo do autor), tanto na relação do sujeito com suas representações quanto na relação com um interlocutor que, nas ideologias que constituem a sociedade, necessita ser esclarecido e persuadido.

Falar em persuasão e convencimento implica refletir sobre as intenções que conduzem a argumentação e que são determinadas pela constituição do discurso, “[...] pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória)” (Orlandi, 2015a, p. 31). O nível da constituição é aquele que determina o dizer a partir da memória, afetada pelo esquecimento, do já-dito antes e em outro lugar (Pêcheux, 2014, p. 149), e que sustenta a possibilidade de dizer, que torna possível que as intenções sejam formuladas na atualidade e postas a circular materialmente.

Os sentidos que se encontram e se deslocam, os “[...] espaços politicamente significados em suas diferenças” (Orlandi, 2017b, p. 97) e os implícitos “[...] ausentes por sua presença [...]” (Pêcheux, [1979] 2015b, p. 46) anunciam uma tensão posta em funcionamento por Paolinelli e Maggi. Trata-se do momento em que ambos se colocam no jogo da argumentação, por meio de uma posição discursiva marcada ideologicamente, visando ao deslocamento de sentidos pela constituição de uma imagem positiva para o setor. Os políticos e produtores formulam discursos que materializam, segundo Orlandi (2017b, p. 95) “[...] o

trabalho da ideologia no modo como os sujeitos são falados por suas posições filiadas ao funcionamento da memória discursiva [...]”. Assim, produzem gestos de interpretação sobre o agro, que vêm pelo funcionamento das formações imaginárias, ou seja, por efeitos imaginários dados por um conjunto de relações de sentidos e de forças.

Conforme Orlandi (1998, p. 78), “[...] se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este tem, no entanto, sua posição já constituída e produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva afetada pela vontade da verdade, pelas evidências do sentido”. O jogo da argumentação deriva, portanto, de filiações ideológicas já existentes, a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas. Nesse entendimento, argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens.

Até o momento, nossa escrita deu visibilidade aos modos de instalação da prática agrícola no país, visando dar a ver nela os efeitos do processo de colonização. Nessa trajetória, constatamos que a prática de exploração da terra para servir, primeiro à Europa e depois ao mundo, implantou-se como uma norma que dita modos recorrentes de fazer agricultura no país: a falta de alimento na mesa do brasileiro; a exportação de matéria bruta e a compra, a preços astronômicos, da mesma matéria processada; a agricultura voltada para a demanda e os humores do mercado internacional, fazendo oscilar a economia interna. No funcionamento desses sentidos, que remontam e fazem recorrer, enquanto efeito, os modos depredatórios da colônia, vemos o processo de instalação de discursos que, aparentemente marcados pela ‘boa intenção’ de buscar um ‘novo’ modo de fazer agricultura, instalam espaços de poder, que inscrevem funcionamentos e textualizam o político na política.

Nesse entendimento, a agropecuária estabelece uma elite que, para exercer seu poder na atualidade, necessita, por um lado, organizar-se ainda mais dentro dos poderes governamentais, colocando-se como voz de mando, e, de outro, propagandear-se como a salvação do país, como a garantia de alimento na mesa dos brasileiros, fazendo funcionar efeitos de sentido de que o agro é popular, é tudo e são todos. Na necessidade de popularização do agro, as mulheres têm papel fundamental, como mostraremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

O AGRO TEM VOZ E A VOZ DO AGRO É FEMININA

“Professora, a Globo quer, então, me ensinar sobre aquilo que eu já sei desde que nasci?”. Chegamos ao questionamento que deu início a essa tese (Cf. p. 16). O estranhamento da estudante de jornalismo foi formulado a partir do que para ela seria um sentido consensual, no qual *todos sabem* o que é o agro/agronegócio e, portanto, não haveria mais o que ensinar. Além disso, a estudante não demonstra uma vontade de saber ou reconhece outras possibilidades de saber (‘já sei’).

Orlandi (2014, p. 162) diferencia o saber, enquanto conhecimento, e o saber, enquanto experiência histórica, saber discursivo, vivência de sentidos, e explica que o conhecimento pressupõe a compreensão e possibilita a prática, tornando-o uma noção política, uma vez que implica na tomada de posição e coloca o sujeito “[...] na direção de ser capaz não só de formular como reformular e resignificar (sic) [...]”. Nessa relação, aprender funciona como um processo de retomada, de saber que se sabe, de constituição da identificação como sujeito, pois saber é constituir-se em uma posição-sujeito, que reconhece os efeitos de sua prática.

Como indicado no prólogo dessa tese, a pergunta foi formulada pela acadêmica, instigada pelo estranhamento, após assistir a banca de defesa da dissertação *Agro - a indústria-riqueza do Brasil: a mídia e o processo de produção de sentidos para o agronegócio brasileiro*, na qual apresentamos, entre outras, as análises das seguintes peças⁵⁸:

Título	Você sabe tudo em que o agronegócio está inserido?
Data de publicação	04/09/2017 13h56
Link para acesso:	https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/voce-sabe-tudo-em-que-o-agronegocio-esta-inserido.ghtml
TEXTO DO VT	AGRO É TUDO – Tudo que você não sabia que o agro é. Quanto mais você conhece , mais vê que ainda tem muito a aprender sobre o agro. Você sabia que o amido de mandioca entra na fabricação de pasta de dente, dos comprimidos e até do gel que esfria as brocas de perfuração de petróleo? Sabia que o açafraão é um anti-inflamatório natural? Que a gelatina vem das cartilagens e do couro do boi? E que o açúcar de cana é a base do plástico biodegradável? O agro tá em muita coisa que você não sabe . Como as fazendas de criação de cobras para extração de veneno. Ele tem propriedades que são usadas nos remédios de controle da pressão e na cicatrização de ferimentos. O agro é tudo isso e muito mais. Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo. Agro: a indústria-riqueza do Brasil. Tá na Globo.

⁵⁸Para fins metodológicos, na dissertação de mestrado optamos por realizar a decupagem – coleta, transcrição e identificação – de todos os pequenos vídeos, chamados de peças, que compuseram a campanha da Rede Globo no período entre junho de 2016 e junho de 2018. Assim, tornou-se possível colocar os materiais em relação, evidenciar os elementos discursivos, e percorrer o caminho para compreender como essa materialidade se constitui, circula e significa, em uma perspectiva de linguagem atravessada pelo simbólico.

Título	Você conhece o agronegócio brasileiro?
Data de publicação	05/06/2018 16h56
Link para acesso:	https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/voce-conhece-o-agronegocio-brasileiro.ghtml
TEXTO DO VT	O Agro é mais pop e mais tech do que você imagina – Quanto mais você aprende sobre o agro, mais se surpreende. Porque o agro é ainda mais do que milhões de empregos e bilhões de dólares. É ainda mais do que toneladas de alimentos que abastecem o Brasil e o mundo. Agro é a tecnologia otimizando a produção. Revolucionando a medicina. Garantindo sustentabilidade. É o trabalhador do campo, das fábricas, do comércio, das cidades. Muito do que você consome usa ou faz, vem do agro. O agro é hoje nossa grande riqueza. Criadores, técnicos, agricultores, empresários. Eles são a força de um país que dá certo. Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo. Agro: a indústria-riqueza do Brasil. Tá na Globo.

Os pequenos vídeos decupados supracitados foram veiculados nos anos de 2017 e 2018 e apresentam a repetição do funcionamento de um discurso com tom professoral, no qual a *Rede Globo* assume a posição de quem ensina sobre o agro para ‘todos’ – os seus telespectadores, que precisam aprender. A emissora produz um discurso determinado, com finalidades específicas, a partir de um princípio organizador que generaliza certas características, agrupa certas propriedades e distingue classes (Orlandi, 2006).

Ao formular o ‘você’ como integrador de ‘todos’ – ‘você sabe?’, ‘tudo que você não sabia’, ‘quanto mais você conhece’, ‘tem muito a aprender’, ‘você não sabe’, ‘você conhece?’, ‘você imagina’ e ‘quanto mais você aprende’ – a propaganda mobiliza a imagem social do professor, das características que o definem como aquele que possui o saber para ensinar a quem (você/todos) deve aprender, e que, conforme Orlandi (2006, p. 17) “[...] produz um discurso individualizado em seu aspecto estilístico e de perguntas diretas e sócio-cêntricas: ‘Não é verdade?’, ‘Percebem?’, ‘Certo?’, etc.”. Os efeitos de transmissão de informação e fixação constituem o discurso pedagógico pelo funcionamento autoritário, no qual, a “[...] reversibilidade tende a zero (não se dá a palavra), há um agente único (aquele que tem o poder de dizer), a polissemia é contida (se coloca o sentido único), o dizer recobre o ser (o referente está obscurecido)” (*Ibid.*, p. 85).

Conforme Costa (2019a), o discurso da campanha da *Rede Globo* determina a perspectiva de onde devem ser vistos os fatos, em um funcionamento ideológico. Trata-se de uma propaganda ‘educativa’ fundada na tomada de consciência, uma espécie de política de difusão da interdependência de fatores políticos, econômicos e sociais, seguindo o que afirma Pêcheux ([1979] 2015b).

Nas peças, o agro é e está conforme o que a Rede Globo ensina para os telespectadores, por saber que a formulação agronegócio funciona em um lugar de conflito social. Por sua vez, os telespectadores – ‘referentes obscurecidos’, já que entre eles estão ‘todos’, quem ‘planta’ e quem ‘consome’ – não têm a possibilidade imediata de interação com a emissora e o interesse do *destinatário* não é levado em consideração. Além disso, o emprego dos pronomes indefinidos (tudo, todos, quem), na propaganda, não é trivial, pois a indefinição visa a um determinado efeito de sentido, que, rememorando Pêcheux ([1975] 2014) acerca da indeterminação, diz da possibilidade de funcionamento da universalidade do dizer, que, no caso da propaganda, faz escopo a todo e qualquer cidadão. Para Ernst e Mariani (2023), a indefinição produz também efeitos de mascaramento e de simulação. No caso do agro, não diz de um sujeito específico, mas de todos os sujeitos, igualando e dando pertencimento para ‘todos’ no agronegócio.

Assim, é a campanha da Rede Globo posicionando-se como um sujeito ‘que ensina sobre o agro’ o que deseja ensinar e para ‘todos’, o que causa o estranhamento da estudante de jornalismo, cuja família trabalha no campo, e que se posiciona, identifica-se, por sua vez, como alguém que ‘conhece’ o agro e que, portanto, não teria o que aprender, sobretudo, por não atribuir à Rede Globo (uma empresa do meio urbano), pelo funcionamento das formações imaginárias, a posição de um sujeito autorizado a lhe ensinar sobre o rural.

A propaganda funciona, desse modo, como um negócio estratégico, assim, ela é um dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno, uma vez que pode ser controlada e colocada a serviço de qualquer política. Além disso, quando se trata de uma propaganda de raciocínio argumentado, fundada na educação pela observação, ela apresenta-se como marcada pela luta ideológica: “[...] atrás da posição pedagógica do militante-professor [cujo papel é assumido pela Rede Globo] (“escute-me! eu vou revelar a verdade!”) [...] [e da] figura do militante pároco-de-plantão [...]” (Pêcheux ([1979] 2015b, p. 74), uma vez, que a reiteração da propaganda funciona como uma litania que se instala e que reverbera em outros discursos⁵⁹.

O discurso da propaganda do agronegócio é tão abrangente e insistente, tem tamanha eficácia de circulação que foi reproduzido, parafrasticamente, em outras formulações,

⁵⁹A propaganda assim se formula: Sabe onde está a riqueza do agronegócio brasileiro? Tá na roupa, tá no carro, tá na lata, tá na cara, tá no móvel, tá no copo, tá no passo. Tá na mesa, tá na arte, tá na massa, tá na pele, tá no pão, no papo, na escola, na feira. Tá na praia, tá na busca, na indústria, tá lá fora, tá na bolsa, tá na moda, tá no pasto. Tá em tudo que o Brasil faz. Tá em tudo que o Brasil consome. Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo. Agro: a indústria-riqueza do Brasil. Tá na Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml#video-5123387-id>. Acesso em: 11 abr. 2024.

provocando a circulação de *textualidades seriadas* (Dias, 2019). Compreendendo a textualidade como a tessitura do texto e a digitalidade como a tessitura do digital, a autora explica que as textualidades seriadas produzem-se no processo de serialização “[...] que, por um lado, se caracteriza pela repetição explícita de um elemento da série (aquele que garante a legibilidade pela identidade do texto como pertencendo a uma série) e, por outro lado, se caracteriza pela variação do dizer, sua regularização no interior de uma série” (*Ibid.* p. 65).

No caso do agro, vemos em circulação:

Figura 5: Deslocamento da Campanha da Rede Globo na relação com os professores



Fonte: Postagem que circulou em Redes Sociais, a partir de 2018

Figura 6: Deslocamento da Campanha da Rede Globo na relação com as mães



Fonte: Postagem que circulou em Redes Sociais, a partir de 2018

Conforme Dias (*Ibid.*), o que garante a textualidade seriada (um dizer que se formula em uma série) e a tece para produzir efeitos de sentido é o jogo entre a repetição e a variedade do sentido dos elementos repetíveis, ou seja, o mesmo elemento vai produzir sentidos diferentes na relação com distintas formulações, o que permite a regularização do dizer no interior de uma variação regulada, até a saturação.

Na nossa análise, a série é produzida pela multiplicação do ‘é tech, é pop, é tudo’, um elemento que se repete, mas que permite que novos sentidos sejam formulados ao ser colocado em relação aos professores e às mães. A replicação se dá pelo excesso do dito, por um retorno do mesmo, mas que produz um desdobramento, a deriva, “[...] a diferença no interior da repetição [...]” (*Ibid.*, p. 67) uma margem a partir do repetível, que é o espaço de estabilidade e que coloca em funcionamento outras formações discursivas.

Nas primeiras décadas dos anos 2000, a estratégia de propagandear o agro, a partir de uma “posição pedagógica”, não se limitou ao formato da campanha televisiva e extrapolou a

mídia convencional. Frente às ‘campanhas mal-intencionadas de competidores ineficientes’ (Cf. p. 88), referidas pelo então ministro Blairo Maggi; ao fato de ‘o setor nunca se dedicar a falar com a sociedade’ (Cf. p. 114), como avaliou Márcio Portocarrero, e às ‘campanhas contrárias dos ambientalistas’ (Cf. p. 115), apontadas por Tito Matos, dizeres sobre o agro ganharam outros modos e espaços de materialização e circulação.

Estamos falando de mecanismos para tentar cercar e tutelar/direcionar os sentidos – ‘dar a eles o discurso que precisa ser dado’ –, mas para os quais não há garantias, uma vez que os significados não caminham em linha reta (Orlandi, 1999). Com essa estratégia, em 2018, uma mobilização começou a ser organizada por mulheres, no Estado de Mato Grosso. Geni Schenkel lidera o grupo e conta como o movimento iniciou-se:

Em 2017 meu marido assumiu a presidência da AMPA, Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão e fomos morar em Cuiabá com a intenção de permanecermos com a **família unida**. A partir daí comecei a **estar mais dentro da associação**, onde o contato com as **mulheres, esposas e colaboradoras** se intensificou. Em todas as **reuniões de diretoria** é comum as **esposas acompanharem** seus maridos e ao final do dia sempre tem um **jantar com todos da família** e em um desses jantares, nós **mulheres, as esposas**, começamos a questionar sobre as Fakes News do agro [...] Ficou claro que nem **nós mesmas, produtoras rurais, gestoras de suas propriedades, ou seja, de dentro do agro não tínhamos informações corretas sobre nada**, o que sabíamos era o que chegava aos ouvidos ou o que pesquisávamos online, e as críticas que nós mesmas **sofríamos** estavam nos deixando **sem argumento**. [...] **Alexandre conseguiu pessoas referências nos temas que gostaríamos de discutir e esclarecer e eu organizei as mulheres, o local e a estrutura desse evento**. Assim dia 23 de agosto de 2018 aconteceu o primeiro encontro das Agroligadas, onde eu planejava receber 20 mulheres e recebi 40, todas **a procura da verdade sobre o agro** [...] aprendemos muito, saímos de lá, todas com a sensação de que precisávamos e podíamos fazer mais pelo agro. [...] Criamos um grupo de **whatsapp** das Agroligadas, primeiro para todas terem informações sobre o evento e depois para discutirmos sobre os assuntos e unir mais ainda as mulheres do agro do MT. [...] em novembro de 2018, criei um **Instagram**, para divulgar o primeiro e segundo encontro, postar algumas fotos e tentar divulgar algumas informações corretas que havíamos aprendido. [...] Chegou janeiro, fevereiro de 2019, e o grupo de **whatsapp** e o **Instagram** vinham crescendo e junto a pressão da mulherada em saber o que viraria as **Agroligadas**. [...] Elaboramos nosso primeiro projeto, de patrocínio para uma **consultoria de negócios** afim de nos organizarmos melhor e entendermos qual seria nosso principal papel diante das mulheres e da sociedade. [...] Conseguimos definir nosso propósito, nossa missão, redesenhamos nossa logomarca, definimos governança, produzimos produtos, aumentamos nossa rede de contatos no agro e realizamos duas ações grandiosas no ano de 2019 (História [...], [201-]).

Ainda que as mulheres estejam historicamente presentes nas propriedades rurais, são os gestos de leitura masculinos os que prevalecem sobre o setor. Geni fala da posição que foi sócio-historicamente colocada para a mulher: a de ‘esposa’, cuja tarefa é a de ‘acompanhar o marido’ e ‘manter a família unida’, silenciada, ‘sem informações corretas sobre nada’ e ‘sem argumentos’, podendo frequentar espaços de trabalho constituídos por maioria masculina – como sindicatos e associações –, apenas em ‘jantares de família’, após as ‘reuniões de diretoria’. Como vemos, a fundadora do *Agroligadas* diz da condição da mulher, marcada pelo funcionamento religioso, que destinada ao feminino à subserviência a Deus e ao marido, em consequência, os cuidados com a educação dos filhos e a manutenção da família.

Nesse contexto, o discurso sobre agro que as mulheres conheciam vinha pela mídia, muitas vezes restrita às redes sociais, pois ‘era o que chegava aos ouvidos ou o que pesquisávamos on-line’. Então, o que Geni chama de *Fake News* parece conformar o discurso de oposição acerca do agro/agronegócio – ‘as críticas que nós mesmas sofriamos estavam nos deixando sem argumentos’ –, assim, na ‘procura da verdade sobre o agro’, elas buscaram aprender com o discurso dos homens, a fim de divulgar ‘informações corretas’.

Como vemos, a ‘verdade’ e o ‘correto’ decorrem da interpelação da posição-sujeito. Bolón (2024)⁶⁰, ao teorizar sobre as *Fake News* e a pós-verdade, alerta que, para tais sentidos, por se tratarem de discursos e de práticas discursivas, é necessário discernir, de fato, aqueles que se colocam como ‘donos da verdade’ e como ‘donos da realidade’: “Si antes uno se burlaba o desconfiaba de quienes se plantaban como ‘dueños de la verdad’, hoy hay que desconfiar y burlarse, creo yo, de quienes se plantan como ‘dueños de la realidad’, capaces de discernir con propiedad cuándo ésta fue ‘ocultada’ y cuándo fue ‘destruida’”. As *Fake News* enquanto informações falsas, rumores, funcionam, assim, como mecanismos (dispositivos) desqualificadores da luta ideológica e política.

É em uma brecha – a dos jantares –, proporcionada por este ambiente masculino, que as mulheres encontram-se, mas é pelo espaço digital (*WhatsApp* e *Instagram*), que se organizam e se unem para ‘aprender’ sobre ‘temas de sua escolha’, ‘ensinados’ por ‘pessoas referência’ escolhidas pelo presidente da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão. Vejamos, pois, que o movimento *Agroligadas* nasce do saber masculino sobre o agronegócio, então, são os homens, especialmente o presidente da AMPA e marido de uma das idealizadoras,

⁶⁰Em tradução livre: Se no passado se zombava ou desconfiava daqueles que se passavam por “donos da verdade”, hoje devemos desconfiar e zombar, acredito, daqueles que se colocam como “donos da realidade”, capazes de discernir com propriedade quando ela foi “escondida” e quando foi “destruída”.

os que sabem e que podem ensinar às mulheres ‘o discurso que precisa ser dado’, definindo seu papel dentro do setor.

Para tanto, o movimento utiliza-se das tecnologias disponíveis, que Dias (2009) afirma como produzidas e utilizadas pelos sujeitos para significar (e se significar) e para se relacionar com o mundo, apontando que tal domínio desloca as relações de poder, porque a invenção de diferentes tecnologias gera necessariamente uma mudança na cultura e na memória. Daí as mulheres referirem-se como ‘*ligadas*’, uma formulação que tanto abarca a união entre as mulheres quanto a ligação delas às redes, uma vez que navegar pela internet, acessar as redes sociais e ‘receber/produzir’ informações sobre o mundo, são movimentos que contemplam diferentes interesses. Foi pelo espaço digital que essas mulheres puderam fortalecer-se, articular a diversidade de perfis, emparelhar seus dizeres sobre o agro/agronegócio aos dos maridos e transformar a forma de convivência entre elas, delas com o agro/agronegócio e com a sociedade, tendo as redes sociais como uma possibilidade de dizer, uma vez que a relação com a tecnologia digital afetou os processos de identificação dessas mulheres com o agro/agronegócio.

Mobilizando pré-construídos, as *Agroligadas* passaram de esposas e mães a denominarem-se como ‘produtoras rurais, gestoras de suas propriedades’, com um ‘papel diante da sociedade’. Assim, buscaram uma ‘consultoria de negócios’, ‘patrocínio’, definição de uma ‘missão’, ‘uma logomarca’, ‘governança’, ‘produção de produtos’, marcando, nos seus modos de dizer e organizar, um atravessamento do discurso empresarial, masculino, do agro(negócio).

Desse modo, elas assumem uma posição que até então era inviabilizada para a maioria das mulheres. Não se trata, contudo, de uma questão de empoderamento feminino, uma vez que não há uma batalha discursiva entre gêneros e tampouco há empoderamento nos seus gestos, visto que passam a reproduzir o discurso masculino sobre o agro/agronegócio, sem composição, oposição ou enfrentamento. O que as *Agroligadas* fazem é organizar e constituir um novo espaço (que fala com a sociedade e com os estudantes), mas que é autorizado pelos homens e alinhado a eles.

Na escolha do nome para o grupo, a formulação ‘negócio’ é deixada em suspenso, promovendo o *Agroligadas*: um agro/agronegócio que se liga (às redes), que junta e abraça mulheres, um agro/agronegócio que está ligado, ativo, atento, que serve para conversar com a sociedade, já que precisa ser visto para além de um ‘negócio’, pois tem a urgência de se estabelecer como um lugar de aceitação social, o que dará garantia à conquista da última instância de poder, almejada pelo setor.

O movimento foi oficializado em setembro de 2019, com a realização do *I Workshop Agroligadas*, em Cuiabá, no Auditório da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso

(FAMATO), uma das entidades sindicais que integra a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O evento, que contou com patrocínios de associações do setor e empresas de insumos e máquinas, reuniu mais de 150 mulheres que ocuparam um espaço, que, até então, era essencialmente masculino, ou seja, dos homens do agronegócio.

Nesse entendimento, o gesto das mulheres não se constituiu pela abertura de um novo espaço, mas pela ocupação e assunção do espaço e do discurso masculino, uma vez que elas não constroem um espaço dado pelas suas próprias vontades políticas, mas ocupam um espaço e um dizer forjado pelos homens, portanto, já comprometido com os sentidos do agronegócio. Assim, as mulheres parecem encontrar um modo de ser/estar no agronegócio que atende aos anseios dos homens, mas, de fato, o que elas constroem é um simulacro da sua própria constituição, visto que, para pertencer/ser do agro/agronegócio, as mulheres, enquanto minoria, necessitam instalar-se como parte do funcionamento, para se constituírem como legitimadas no setor.

[...] ocupar pode ser construir, quando pensamos o espaço social, e construir, neste caso, é produzir um sentido com sua forma histórica, de reivindicação de independência e de constituição de uma posição sujeito que se respeita e cuida do social que constrói. Nesta distinção, podemos dizer que ocupar ou construir o espaço são duas formas de relação social e de constituição de “lugares de poder”, de “posição autorizada”, de “legitimidade” na formação social (Orlandi, 2019, p. 13).

A autora afirma ainda que a ‘ocupação’ no sentido da ‘construção’ implica um sujeito múltiplo, plural, uma vez que a possibilidade de construção de espaços abre para a relação dos sujeitos entre si e do sujeito com ele mesmo. Trata-se, pois, de um processo inacabado e aberto a novos modos de “ocupação”, que não incluem apenas aqueles que legitimam ou dão poder ao sujeito, uma vez que abarcam posições-sujeito outras, que não se reduzem aos sentidos dominantes. Nessa direção, as *Agroligadas*, ao ocupar espaço no agro/agronegócio, ocupam “[...] o lugar do que já é [dos homens]. Do já-lá” (*Ibid.*, p. 14).

Vejamos como as *Agroligadas* definem-se no *site* oficial da organização:

Nós somos as Agroligadas: um movimento formado por **mulheres ligadas ao agronegócio**, que tem como propósito comum **conectar o campo e a cidade** utilizando a **verdade, ética, coragem, compromisso e amor** através de ações de **comunicação e educação**.

Desde 2018, **mostramos à população que o agro está presente em todos os momentos** da nossa vida e defendemos a disseminação de **informações confiáveis com empatia e sensibilidade**.

Nós somos uma união de mulheres fortes e protagonistas, que vivem pelo agronegócio e lutam pela desmistificação do setor. Somos muitas, somos todas. Somos Agroligadas! (Quem Somos, [201-], grifos do autor).

As *Agroligadas* descrevem-se como ‘mulheres ligadas ao agronegócio’, que ‘vivem pelo agronegócio’ e que são ‘fortes e protagonistas’. Contudo, em um setor no qual os espaços de poder são ocupados majoritariamente por homens, o protagonismo das *Agroligadas* faz-se na ‘luta pela desmistificação do setor’. Assim, ao marcarem seu papel pela “luta”, as mulheres colocam-se em lugar de litígio, de enfrentamento com o discurso dos opositores, uma vez que seu papel é desmistificar, desconstruir, desfazer aquilo que elas consideram *Fake News* (o discurso da oposição) e disseminar as ‘verdades’ do setor (o discurso dos homens do agronegócio). Ao saírem da posição de acreditar no que liam nas redes sociais, e assumirem a posição da verdade sobre o agronegócio no discurso dos esposos, as mulheres colocam em funcionamento a tomada de posição no dizer, pelo processo de interpelação ideológica e, portanto, tomam posições políticas do/no dizer.

Para desfazer o ‘falso’ e espalhar o ‘verdadeiro’ discurso do agro/agronegócio, as *Agroligadas* adotam, reforçando o papel subserviente à religião e aos esposos, o discurso pedagógico, que se associa, fortemente, à posição histórica da mulher que educa, que cuida, que alimenta a família e que, quando conseguia trabalhar fora, tinha, na educação, sua única possibilidade de trabalho. Daí afirmarem-se como mulheres que agem pela ‘verdade, ética, coragem, compromisso e amor’, que têm ‘empatia e sensibilidade’, ou seja, assumindo a postura de educadoras, em casa e fora dela, de mães e de seguidoras dos preceitos religiosos. As *Agroligadas* colocam-se no agro/agronegócio para fazerem um papel que, historicamente, os homens relegaram/relegam às esposas, uma vez que eles sempre ocuparam a posição de ganho, de gerenciamento e administração econômica da família.

Ao se proporem a ‘conectar⁶¹ o campo e a cidade’, as mulheres consideram, a partir das campanhas publicitárias que veem circular e da doutrinação dos esposos, que é necessário abarcar ‘tudo’ e ‘todos’. Então, ‘conectar o campo e a cidade’ é fazer a disjunção, ainda que no dizer, do negócio, do empresarial, do ganho das atividades do agronegócio, trazendo para o agro o pequeno agricultor, a agricultura familiar e toda a sorte de atividade que abarque a produção e o consumo.

⁶¹Ao ligar o campo à cidade, as *Agroligadas* adotam o verbo ‘conectar’, que faz funcionar também sentidos para o ‘ligadas’, pois formulam a partir de termos postos pelo ambiente digital, uma vez que tais palavras produzem pra elas efeitos de atualidade, de jovialidade: elas são ‘ligadas’, ‘conectadas’ e ‘conectam’ o campo e a cidade, o agro e a sociedade.

Nesse movimento, as mulheres do agro, ao encontrarem espaço para (se) dizerem, propõem o deslocamento da denominação ‘agronegócio’ para ‘agro’, uma vez que, até então, os homens (‘os empresários rurais’) falavam apenas consigo e com os detentores de poder político e econômico, enquanto as mulheres, agora financiadas pelos homens, assumem o compromisso pedagógico, e, portanto, social do agro, silenciando o negócio e seus interesses.

Ao se formularem como ‘Somos muitas, somos todas. Somos Agroligadas!’, pela indefinição e universalização produz-se o efeito de que ‘todas as pessoas/todos nós’, estão concernidos nesse dizer, comungando e aceitando esse discurso, que, nele mesmo, carrega um efeito de pré-construído. Por meio de qualquer universalismo se instala “[...] uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 11, grifo do autor). Desse modo, o discurso, ao se constituir por já-ditos, afasta qualquer possibilidade de questionamento, uma vez que promove efeitos de união, de uniformidade, de totalidade, do politicamente correto. Ao incluir ‘tudo’ e ‘todos’, além de impedir refutação, de funcionar pelo consenso, afasta o confronto, a divisão, o conflito, produzindo sentidos de aceitação e de identificação absoluta com o setor, “[...] com a convicção de que ‘é bem verdade que ele é assim e não de outro jeito’” (Pêcheux, [1984] 2014b, p. 8). Esse funcionamento é ideologicamente perverso, pois todos são incluídos como pertencentes, mesmo não fazendo parte ou não comungando com essas “[...] injunções carregadas de evidências pré-construídas inculcadas” (*Ibid.*). Pelo trabalho da ideologia, coloca-se a evidência, apagando a possibilidade de julgamento, de vontade de ‘verdade’ dos sujeitos, que são sentenciados a serem ‘todos’ unidos e pertencentes, a partir da formulação do outro⁶².

Dessa maneira, as mulheres, no gesto social de incluir, mostram ‘à população, que o agro está presente em todos os momentos’ – fazendo funcionar a memória instalada pela campanha da Rede Globo: o ‘Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo’. Nesse gesto, elas não só incluem o social no agro como se fortalecem, pois elas são ‘muitas’, são ‘todas’ e são ‘necessárias’, uma vez que realizam o trabalho social, dando ao agro/agronegócio o poder que ele almeja.

⁶²Esse sentido de unidade, de arrolamento é marcado no exemplo da fala de um feirante da agricultura familiar de Sinop, que, ao ser questionado se ele sentia-se incluído no agronegócio, respondeu que ‘sim’, ainda que ele fosse um ‘agronegocinho’ e mantivesse um ‘negócio agro familiar’ (Costa, 2019b). Movimento contrário pode ser percebido quando em pequenas ou grandes propriedades rurais, com alto faturamento econômico, os proprietários descrevem-se como produtores familiares, uma vez que todos os integrantes do núcleo familiar trabalham no mesmo negócio.

Assim, promovem um deslizamento metafórico do/no agronegócio: dos homens de produção de grandes extensões e de negócios voltado para o mercado externo, para o agro: das mulheres, das *Agroligadas*, que, ao didatizá-lo, ensinam, abraçam e acolhem a todos. Nesse gesto, tentando preencher o que falta ao agro/agronegócio, elas domam, pela educação, o que poderia (não) ser, ou seja, o negócio-agro e os malefícios que ele produz e que lhe rende tantas oposições. As mulheres do agro, desempenhando o papel maternal que as constitui, promovem o ‘discurso que precisa ser dado’ só que não para os políticos e para os ruralistas, mas para o social, para a sociedade, que precisa embarcar no discurso, acreditando-se agro e assegurando, desse modo, o poder garantido pela aceitação social.

Ensinar sobre o agro, no dizer das *Agroligadas*, não é ‘transladar’ conhecimentos de outros países, não é ensinar as técnicas de plantio e o manejo de máquinas (ainda que elas promovam cursos práticos, dias de campo, etc.), não é desenvolver pesquisas sobre a atividade agropecuária, uma vez que suas ‘ações de comunicação e educação’ buscam produzir um efeito uniforme de informação, que elas entendem como um efeito necessário para instalar um (re)conhecimento para o agro/agronegócio, perante as demais instituições da formação social.

Na tentativa de entrada no político das relações do agro, chanceladas, inclusive, economicamente pelos esposos (os homens do agronegócio) e pelas entidades que os representam no setor, as mulheres produzem um gesto de leitura feminino para o agro, que diz do caráter maternal, professoral, religioso que as constituem, reproduzindo os sentidos formulados pelos homens. Assim, o que muda não é a constituição dos discursos, mas as formulações e a forma de circulação deles, uma vez que as mulheres instituem novos modos de dizer o mesmo. Elas promovem paráfrases, para conter a polissemia, identificando-se com determinado sentido, que se inscreve em uma dada formação discursiva e sob os efeitos das formações imaginárias, portanto dentro dos ditames do sistema capitalista.

Consequentemente, o agro/agronegócio passa a percorrer as mídias sociais e a promover o ativismo de movimentos de outras de mulheres, que, funcionando como *agroinfluencers*⁶³, dão densidade e consolidam o setor⁶⁴. Assim, as iniciativas das mulheres,

⁶³Pelos princípios da Análise de Discurso, não tomamos os *influenciadores digitais* como extremamente eficientes, visto que essa ideia conforma o sujeito como passivo, como um receptáculo do assunto a ser absorvido, sem nenhuma possibilidade de resistência.

⁶⁴No processo de circulação do agro pelo digital, em abril de 2020, foi lançado o *ranking NeoDigital Agroinfluencers*, um mapeamento dos influenciadores que atuam com a temática do agronegócio brasileiro, levando em consideração a presença nas redes sociais *Instagram*, *Facebook*, *YouTube* e *Twitter*. No Top 10 de interações no *Instagram*, há cinco perfis de mulheres: Camila Telles (370 mil seguidores), Marci Belniacki (201 mil seguidores), Valéria Maciel (163 mil seguidores), Raquel Wedmann (123 mil seguidores) e Gabriela Foletto (33 mil seguidores). Disponível em: <https://www.neodigital.live/report300420>. Acesso em: 12 abr. 2024.

que começaram pequenas e locais, foram ganhando força, tanto que, em outubro de 2019, mais de duas mil estiveram em São Paulo, participando do *IV Congresso Nacional de Mulheres do Agronegócio* (CNMA)⁶⁵, um evento realizado com o apoio da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Na ocasião, a produtora rural e *agroinfluencer* Camila Telles, responsável por um dos painéis do evento, afirmou: “O agro está ganhando cada vez mais voz e a voz do agro é feminina” (Andrade, 2019), produzindo um efeito de deslocamento de vozes frente a uma representação do agronegócio, em um lugar discursivo tradicional e conservador, até então do gênero masculino. Ao dizer, que o agro tem voz e que sua voz é feminina, Camilla aponta para os movimentos de mulheres, que fazem ecoar suas vozes, mas seguem reproduzindo os gestos de leitura masculinos, apesar de ampliarem os espaços de dizer do/sobre o setor. Nessa direção, a voz das mulheres do agro/agronegócio produz efeitos de se instalarem como *porta-vozes* do ‘discurso que precisa ser dado’, no sentido mesmo da militância, uma vez que revivem e reavivam os discursos sedimentados pelos homens do setor.

Com esse gesto, diferentemente do dos homens que gerenciam o negócio para fora do país, para as exportações, as mulheres formulam dizeres voltados para dentro do país, uma vez que incluem ‘todos’ os brasileiros, falam com eles, ensinam que todos são/dependem do agronegócio. Fomentam um olhar para o Brasil como um país que produz divisas, que dá certo, que é rico em produção, o que coloca o agro/agronegócio como indispensável e silencia o enriquecimento de poucos. Nesse jogo, as mulheres subjetivam-se pela ilusão de fazer o agro, exclusivamente, para o país e para os brasileiros, quando, ao tentarem assegurar o poder social ao negócio, acabam por promover também os interesses do mercado internacional, pois, enquanto o Brasil tiver orgulho de ser um país exportador de matérias primas, ele cumprirá uma vocação que lhe é constitutiva: a de corresponder à dinâmica imposta pelo mercado internacional.

Os movimentos de mulheres do agro não se dão isoladamente, uma vez que são acompanhados por iniciativas governamentais, por projetos de empresas privadas⁶⁶ e por publicações acerca das suas atividades. Dentre essas, destacamos que, em 2019, foi lançado,

⁶⁵A primeira edição do Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio aconteceu em outubro de 2016 e contou com cerca de 700 participantes, em São Paulo. O destaque da programação foi a apresentação dos resultados da pesquisa *Mulheres do Agronegócio Brasileiro*. Os dados foram encomendados pela ABAG e pelo Instituto de Estudos do Agronegócio (IEAg), com a justificativa de ser este um primeiro esforço para identificar e caracterizar o perfil da mulher no agronegócio, uma tentativa de saber onde e como atuam.

⁶⁶Dentre as ações governamentais, destacamos o concurso *Inovar para mudar – a autonomia das #MulheresRurais e sua contribuição para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar*, lançado em outubro de 2019, pelo Ministério da Agricultura. Pela iniciativa privada, a Corteva Agriscience, formou, no mesmo ano, a primeira turma da *Academia de Liderança para Mulheres do Agronegócio*.

pela editora Letramento, o livro *Mulheres do Agro: inspirações para vencer desafios dentro e fora da porteira*, que reúne entrevistas com mulheres agricultoras, pecuaristas, sucessoras, executivas e políticas, que atuam no setor. A obra, organizada por quatro mulheres (Andrea Cordeiro, Mariely Biff, Roberta Paffaro e Ticiane Figueirêdo), teve a introdução escrita por um homem, José Luiz Tejon, uma figura sempre presente nas principais discussões sobre a atividade agropecuária brasileira, desde a década de 1970, professor e organizador de cursos voltados ao agronegócio, especialista em Agribusiness e em Mídia, por Harvard (EUA) e MIT (EUA). Tejon é também um dos idealizadores do primeiro congresso de mulheres do agronegócio. Esse gesto de convidar um homem para falar das mulheres no agro só reforça o lugar de constituição das mulheres, que, tal como as *Agroligadas*, necessitam da chancela dos homens para se instituírem dentro do setor.

Em seu texto introdutório ao livro, Tejon afirma a importância dessas mulheres para o setor:

As mulheres do agronegócio dentro e fora da porteira revelam sonhos, expectativas e desejos de líderes do setor. [...] As mulheres do agro, a quem chamo de “**aceleradoras da inovação**”: com seu poder de **sensibilidade, intuição, sensorialidade e abertura ao aprender**, e uma **uterina** proposta comunicacional, representam doravante o eixo mais poderoso do progresso no sistema agroindustrial do país. [...] Parece que não as podemos chamar mais de ‘**produtoras**’. São **designers**. Reúnem saberes e conhecimentos os integrando a um legítimo ‘**patchwork**’ de precisão. E mutante. Dessa forma **as mulheres do agronegócio nos clareiam a visão correta dos sonhos** (Tejon, 2019, p. 15-16).

O dizer do autor apresenta marcas que fazem reverberar a memória do papel historicamente constitutivo das mulheres, pois afirma que elas ‘revelam sonhos, expectativas e desejos de líderes do setor’, ou seja, que elas fazem o que aos homens não é dado fazer, uma vez que ‘sensibilidade, intuição, sensorialidade e abertura ao aprender’ diz – pelo discurso sexista – dos atributos relativos ao poder das mulheres, ou seja, um poder místico, sonhador, sensível, intuitivo, que não se dissocia da figura feminina, uma vez que elas clareiam aos homens ‘a visão correta dos sonhos’. Tejon marca, então, esses modos de fazer como sendo essencialmente da ordem do feminino, tanto que os coloca no físico, no corpo das mulheres, como se fosse uma dádiva ou algo indissociável da sua condição, pois considera que elas possuem: ‘uma uterina proposta comunicacional’.

Vemos funcionar, nesses modos de dizer a mulher, uma disjunção entre o ‘nós’ e o ‘elas’, entre os homens e as mulheres, pois, para Tejon, as mulheres do agro não podem ser

chamadas de produtoras – função do ‘nós’ (os homens) que apresentam eficiência na geração de resultados econômicos –, uma vez que elas funcionam como ‘aceleradoras da inovação’, ‘designers’ e ‘reúnem saberes e conhecimentos os integrando a um legítimo patchwork de precisão’. Em outras palavras, o dizer de Tejon formula acerca da habilidade das mulheres com o social, uma vez que se instituem como espaço da arte, da inter-relação, da facilitação e aceleração da comunicação. Dito de outro modo, o ‘nós’ faz a produção – garante os poderes econômicos e políticos – e o ‘elas’ faz aquilo que não cabe aos homens do agronegócio fazer – ‘desmistificar o setor’ de modo a conquistar o poder social do agro.

Nesse funcionamento, tanto o ‘nós’ quanto o ‘elas’ funcionam como aqueles que detêm o saber/fazer/poder (‘nós’) em relação ao ‘eles’, que abarcam todos os que devem aprender o ‘discurso que precisa ser dado’, a ‘verdade’ sobre o agronegócio. No dizer de Pêcheux e Wesseliuss ([1973] 1976, p. 278), “[...] a luta define-se pelo seu sentido e pelas formas locais, conjunturais, singulares em cada momento, formas que assumem a relação entre os protagonistas, vocês e nós, cujos papéis são complementares, e mesmo intercambiáveis na unificação da luta”. Ou seja, no caso em estudo, a relação entre o ‘nós’ e o ‘eles’ torna-se intercambiável, desde que haja a unificação de um discurso a ser dado/aprendido acerca do agro/agronegócio.

Frente aos funcionamentos da eficiência produtiva já conquistada pelo agronegócio – conhecimentos técnicos/tecnológicos – e ao poder político organizado, cabe às mulheres o ‘eixo mais poderoso do progresso’, que vem ameaçando os negócios: a comunicação, os sentidos em disputa, a guerra ideológica com a sociedade.

Os movimentos de comunicação e educação do agro têm ganhado, com as mulheres, cada vez mais amplitude e poder, interferindo em diferentes aparelhos de estado (Althusser, 1999), uma vez que se inserem nas escolas, na mídia tradicional e alternativa, nas famílias e no poder político, determinando modos de formulação e de circulação dos discursos acerca do agronegócio, a partir dos “[...] sentidos dados [por elas] ao próprio conhecimento” (Orlandi, 2004, p. 132), que dizem mais da informação sobre os benefícios do agronegócio, do que, propriamente, materializam uma preocupação genuína com a educação das crianças brasileiras.

Nesse modo de inserção, temos, pelo trabalho das *Agroligadas*, a ação *De onde vem!*, na qual elas explicam, nas escolas e nos supermercados, todo o funcionamento da cadeia produtiva dos produtos agropecuários, desde as propriedades rurais até a casa dos brasileiros. Desse modo, elas fazem reverberar a memória instituída pelo agro/agronegócio, por meio da campanha em circulação na mídia, uma vez que ‘tudo’ e ‘todos’, ao produzir ou consumir, pertencem/são do agro. Outra ação desenvolvida por elas é o *Capacitar e transformar*, na qual

formam mulheres dentro da ideologia do agronegócio, através de palestras, dias de campo e visitas técnicas. Além dessas iniciativas, ainda mantêm *podcasts*, boletins informativos, programas de rádio e perfis nas redes sociais e eventos nos estados que são referências de produção no setor.

Nesses modos de fazer/dizer, as *Agroligadas* conseguiram agenda com a então Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que se sensibilizou com os propósitos do movimento e que concedeu, em 2020, entrevista a uma rádio de Cuiabá, repercutida na reportagem *Ministra da Agricultura diz que crianças são mal ensinadas sobre o agronegócio*, do site *Valor Econômico*, um jornal do Grupo Globo:

A ministra da agricultura, Tereza Cristina, afirmou hoje que **as crianças brasileiras estão sendo mal informadas nas escolas** sobre a realidade do agronegócio e que existe uma “**vontade**” de **mostrar que o setor é atrasado**. Em entrevista a uma rádio de Cuiabá (MT), ela sugeriu mostrar material didático com mensagens pejorativas sobre os produtores ao ministro da Educação, Milton Ribeiro.

Segundo relatos do *Agroligadas*, grupo de mulheres do agronegócio de Mato Grosso, o conteúdo de algumas escolas destinado às crianças **transmite informações atrasadas e incorretas** de que o setor é responsável por trabalho escravo, por exemplo. “**Não sei se é só atraso ou vontade de mostrar que o agro é atrasado**”, ponderou a ministra. “Posso tentar marcar reunião com o ministro da Educação para mostrar [esse material]”.

Tereza Cristina ainda sugeriu que sejam feitas **palestras nas escolas** por representantes do setor para **esclarecer a realidade das atividades no campo**. “Existe muita **desinformação** para as crianças. As escolas formam pessoas que serão **formadoras de opinião** no futuro. Se não estivermos atentos, **é complicado consertar a cabeça das crianças** [depois]”, acrescentou (Walendorff, 2020).

Vejamos que a ministra, tal como as mulheres do agro, confunde o papel da educação que é o de ensinar (portanto, de fomentar conhecimento) e não o de informar. Quando se ensina, o trabalho pressupõe análise crítica, capacidade de ponderar, de compreender os sentidos postos em jogo. Na educação, ensina-se e não se informa, uma vez que o conhecimento “[...] precisa da incompletude, do inacabamento, da errância dos sujeitos e dos sentidos, de sua inexatidão”, conforme Orlandi (2014, p. 152).

Já as informações são dadas pelos meios de comunicação, seguindo as teorias que têm foco na mensagem passada e absorvida tal como é enunciada, ou seja, por uma linguagem tomada como transparente, pelo sentido tido como único e por um interlocutor que funciona como um receptáculo, sem capacidade de julgamento e sem tomada de posição. Nesses

funcionamentos, informação e conhecimento são formulações apresentadas, tal como aduziu a ministra, como equivalentes. Contudo, se pensarmos discursivamente, esse entendimento não pode ser levado à risca, uma vez que informação e conhecimento podem significar diferentemente, levando-se em consideração as formações discursivas. Nas palavras de Orlandi (2014, p. 152), a circulação da informação funciona pelo imaginário do completo, do fixo, do preciso, do exato, “[...] sua relação com a memória discursiva apresenta-se como um a-mais que satura a relação linguagem/pensamento/mundo [...] estacionando os sujeitos na variedade e repetição técnica”.

Pelas teorias do discurso, compreendemos que o sujeito é posição no dizer, então aquilo que ele formula diz da sua história, da sua formação, dos aprendizados e das oportunidades que teve na vida. Essa condição de produção do saber o identifica como posição-sujeito no dizer. Desse modo, dizer que as crianças são ‘mal ensinadas’, ‘mal informadas’, que é difícil ‘consertar a cabeça das crianças’, que a escola é ‘formadora de opinião’, como se o sujeito fosse uma esponja que absorve tudo que o professor fala, é tomar o sujeito como passivo no processo de aprender.

É fato que, conforme Althusser (1999), a escola é um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, sendo assim, há um estado regulador que diz o que e como ensinar, mas as posições estão sempre em litígio. Então, ser ‘mal ensinado’, ‘mal informado’ é uma questão das condições de produção do discurso de quem coloca o conhecimento como certo ou errado. Orlandi (2017a, p. 165) aponta que a educação tem um lugar privilegiado como capaz de produzir um espaço

[...] em que os sujeitos possam se significar politicamente de modo que tanto os sujeitos como os sentidos sejam não mera reprodução, mas transformação, resistência, ruptura. [...] O que a educação pode fazer [...] é criar condições para que possa(m) irromper outra(s) discursividade(s) que atravesse(m) a produção existente de sentidos “evidentes”, atingindo assim e rompendo com a interpretação da ideologia já-lá.

Por esse dizer, afirmamos que a vocação dos movimentos de mulheres do agro é a preocupação, tal como a dos homens, de ‘dar a eles [educadores e estudantes] o discurso que precisa ser dado’. Assim, muito mais do que perceber a escola como um lugar no qual diferentes experiências encontram voz e podem (re) significar(se) – isto é, como um espaço onde circulam e são ouvidos diferentes discursos –, elas tentam silenciar sentidos que ameaçam o agronegócio, fazendo funcionar, “[...] muitas vezes, [...] alarido do processo dominante de produção de sentidos no capitalismo [...]” (Orlandi, 2017a, p. 168).

O discurso da ministra, marcado e identificado pelas condições de produção do seu dizer, afina-se com o do agro/agronegócio, ou seja, com o dizer das *Agroligadas*, que carregam o entendimento de que se a escola falar sobre o desmatamento e o envenenamento de pessoas (discurso de oposição ao setor), ela estará produzindo o mau ensino, a má informação. Pêcheux ([1984] 2014b, p. 8) explica que, na interpelação ideológica, o efeito pleno da identificação dá-se quando “[...] o indivíduo interpelado em sujeito se assujeita livremente [...] reconhecendo o estado das coisas existente [...], com a convicção de que ‘é bem verdade que ele é assim e não de outro jeito’ [...]”.

É no confronto discursivo sobre o agronegócio, no jogo oblíquo de suas denominações, que não se constroem sobre os mesmos significados e que sublinham sua equivocidade, que a relação educação-agro constitui-se por sujeitos funcionando em seu pragmatismo, respondendo a uma necessidade/identificação:

As “coisas-a-saber” representam assim tudo o que arrisca faltar à felicidade [...] do “sujeito pragmático” [...] há “coisas-a-saber” (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associadas às ameaças multiformes de um real do qual “ninguém pode ignorar a lei” – porque esse real é impiedoso (Pêcheux [1983] 2015a, p. 34-35).

Se bem lembrarmos, a Ministra da Agricultura acenou positivamente com a preocupação das *Agroligadas* e sugeriu mostrar material didático com mensagens pejorativas sobre os produtores ao Ministro da Educação –. ‘Posso tentar marcar reunião com o Ministro da Educação para mostrar’. Contudo, as *Agroligadas*, sem que houvesse maiores notícias das negociações com o Ministro da Educação, iniciaram as atividades de ingerência sobre o currículo escolar, trabalhando com as escolas com o projeto *De onde vem!*

Esse objetivo de modificar o ensino acerca do agro/agronegócio nas escolas desencadeou outras medidas, como a fundação, em 2021, do movimento *De Olho no Material Escolar* (DOMNE), cujo slogan é “Plantando verdades, colhendo conhecimento!” (Plantando, [202-]), ampliando os efeitos de intervenção na educação brasileira, sob o argumento de que consideram como inverdades os conteúdos trabalhados acerca do setor. Contudo, o propósito de ‘plantar verdades para colher conhecimento’ é o de colocar todo o ensinamento sobre o meio ambiente em suspeição, uma vez que o que se ensina nas escolas, desconsiderando os estudiosos do assunto, são conteúdos de caráter ‘ideológico’, conteúdos que pregam uma ideologia de esquerda, ou seja, conteúdos que, marcados politicamente, querem destruir a direita, o agronegócio, as conquistas do setor, ou seja, são ‘inverdades que precisam ser revistas’.

Ao denominar o movimento pela formulação ‘De Olho’, produz-se efeitos de vigilância, de ameaça, de punição contra qualquer material em que não se mostre apenas as benesses do agro/agronegócio. O dizer materializa também o gesto de cuidado das mães, que sempre estão ‘de olho’ nos filhos, fazendo funcionar sentidos de zelo, de cuidado, de amor.

A iniciativa, que se propõe a uma ‘reforma’ no ensino, surgiu

[...] pela organização da sociedade cível com a motivação de contribuir para uma **educação positiva e atualizada sobre o agro**, com base em **conteúdo científico** e que gere **perspectivas positivas** para os estudantes (Quem somos, [202-]).

[propõe-se a realizar] [...] a avaliação e orientação para composição do material didático para temas relacionados ao agronegócio. O trabalho é feito **a luz da ciência** e com parcerias acadêmicas ou de profissionais de notório saber; sempre com um comitê de pessoas. (Material Didático, [202-]).

O que a descrição do *De olho no material escolar* produz é a defesa de uma ‘educação positiva’, com ‘perspectivas positivas’ sobre o agro/agronegócio, de modo a produzir efeitos de que o setor precisa ser positivado nas escolas, garantindo um ensino com bases científicas – ‘à luz da ciência’. Essa proposta de modificação no ensino, desconsiderando todos os profissionais que se debruçam em torno dos estudos sobre os currículos e as ementas escolares, tem o objetivo de ‘avaliar e orientar a composição do material didático’, de forma a garantir que as “verdades” sobre o agro sejam, de fato, transmitidas nas escolas.

A reiteração da formulação ‘positivo’ produz dois efeitos que se interligam: o do positivo enquanto algo que é bom para os estudantes, uma vez que é calcado em “verdades”, que devem ser disseminadas e atualizadas, fazendo funcionar sentidos de que o ensino que se pratica nas escolas, especialmente em torno do agro/agronegócio, é desatualizado, arcaico, ultrapassado, negativo, e o outro sentido de positivo – do qual decorre o primeiro –, remete à memória implantada pelo *positivismo* de Auguste Comte, uma escola filosófica cujos preceitos baseiam-se na ciência positiva como a fonte da verdade. Desse modo, os profissionais que devem fazer a garantia desse saber sobre o agro/agronegócio são aqueles que se alinham ideologicamente com tal pensamento, sendo considerados, pois, os que têm ‘notório saber’.

Outro aspecto que a associação com o positivismo comteano produz é o de fazer a defesa de uma determinada ciência – a da comprovação científica calcada na evidência, na verificação, no experimento. Desse modo, o dizer alinha-se com o militarismo e com a adoção da bandeira nacional, cujo lema é também positivista, pois a frase nela cunhada – *Ordem e Progresso* – tem inspiração positivista, uma vez parafraseia o lema proposto pelo criador do

positivismo: “Amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim” (Ordem, 2022). Não é, então, por acaso, que o movimento de ingerir nos currículos escolares surja no período de governo do presidente Jair Bolsonaro, que tem formação militar, que debochava da ciência, especialmente a que não fosse a positivista, além de adotar a bandeira nacional e, conseqüentemente, as cores verde e amarela, como símbolo do patriotismo.

O movimento *De Olho no Material Escolar* surgiu quando, nas reuniões de mulheres, mães, insatisfeitas com as ‘inverdades’ ensinadas para seus filhos nas escolas decidiram realizar a vigilância sobre o material escolar. Em entrevista ao *podcast O futuro do Agro no Brasil* (O Futuro, 2024), a produtora rural e presidente da associação, Letícia Zamperlin Jacintho, quando perguntada sobre ‘Como o Agro é retratado no material escolar?’, respondeu:

O agro é retratado de maneira muito grande no material didático, que ele **faz parte da nossa história**. Na hora que você fala da história **do café, da colonização, da cana de açúcar, como foi colonizado o Centro-Oeste e como é que subiram para o norte**. O agro está ali **na hora que você fala de biotecnologia, você fala de sementes, plantas, desenvolvimento, está em ciências. Parte de biomas, relevo, clima está em geografia**. Então, **40% do material didático aborda o nosso setor e aborda de forma negativa**. Eles trouxeram que 60% a mais de menções negativas que positivas e, além disso, constataram que somente 3,7% têm fontes científicas. [...] a gente pode/deve falar mais para fora, trazer mais a mídia, mostrar mais o setor. Mas se a gente não consertar a educação, a gente só vai gastar mais dinheiro, porque são milhões de alunos ao mesmo tempo recebendo essa informação.

A presidente ocupa-se, no primeiro momento da resposta dada, em tentar mostrar como o agro está em tudo e em todo lugar. Então, nesse processo de defender a produção em cadeia, ela acaba produzindo efeitos de que o material escolar dá conta de toda a grandiosidade do setor, uma vez que ele é história, é biotecnologia, é ciências, é geografia. Enfim, o agro é assunto de todas as matérias a serem ensinadas na escola. Contudo, mais para o final da resposta, a presidente começa a trazer dados estatísticos para sustentar o seu dizer: ‘40% do material didático aborda o nosso setor de forma negativa’, ‘[Eles trouxeram] 60% a mais de menções negativas que positivas’, ‘somente 3,7% têm fontes científicas’. Ao recorrer ao discurso estatístico, sem referenciar fontes, a presidente assume o dizer dos números, dos dados, que, acionando a memória, produz efeitos de verdade, de lógica, de ciência.

Geni Schenkel afirma que o seu dizer é sustentado na pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA), da Universidade de São Paulo (USP), mas, o seu discurso, tal como o da ministra da Agricultura, é marcado por juízo de valor, o positivo/negativo, o

certo/errado, o bom/mal, o correto/incorreto, a informação/desinformação, o atrasado/desenvolvido; a realidade/irrealidade são assunções de uma dada posição-sujeito com as ideologias que a constitui, pois o que, para uma posição é um lado da díade, para outra é interpelação pelo lado contrário. O efeito de verdade produzido pelos dados estatísticos da presidente apaga, contudo, a necessidade de informação, pois seu discurso, ao produzir uma,

[...] homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos, em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc. que “cobrem” ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias, e o das administrações (Pêcheux, [1983] 2015a, p. 32).

Ao formular a necessidade de mostrar o setor, a presidente retoma o dizer do diretor-executivo da ABRAPA, Márcio Portocarrero (*Cf.* p. 114) – ‘o setor nunca se dedicou a falar com a sociedade’, ‘percebemos que só falávamos com nós mesmos e reclamávamos que o mundo todo estava contra ‘nós’ – produzindo uma paráfrase em torno dele – ‘a gente pode/deve falar mais para fora, trazer mais a mídia, mostrar mais o setor’. A presidente reforça essa necessidade, quando afirma que ‘consertar’ a educação implica em mais gastos com os milhões de alunos que ouvem as ‘informações erradas’ – ‘se a gente não consertar a educação, a gente só vai gastar mais dinheiro, porque são milhões de alunos ao mesmo tempo recebendo essa informação’ – o que faz eco ao discurso da ministra da Agricultura – ‘é complicado consertar a cabeça das crianças’.

Outra mulher do agro, Samanta Pineda, que é advogada especialista em Direito Socioambiental, diretora executiva do Canal Agromais e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Sustentabilidade, também falou ao *podcast*: “[...] O sujeito cresce com uma **antipatia** pelo agro. Ele não sabe por quê, mas ele foi **bombardeado com mensagem subliminar** a vida toda”. Ao dizer da *mensagem subliminar*, a entrevistada assume uma posição que, marcada pela teoria da conspiração, afirma que a escola funciona como um espaço de indução do pensamento dos alunos contra o agronegócio, uma vez que,

Mensagem subliminar é um conteúdo dissimulado, uma mensagem visual ou auditiva imperceptível aos sentidos humanos. São mensagens implícitas que têm algum objetivo predefinido e são normalmente usadas como uma forma sutil de incentivar algum tipo de comportamento, seja ele a compra de algum produto ou uma atitude no âmbito da ética e moral (Mensagem, [201-]).

Nesse entendimento, dizer da antipatia ao agronegócio, associada ao uso de mensagens subliminares, é formular sobre uma conspiração que ocorre desde sempre e que a escola, um dos alvos de ação das mulheres do agro, utiliza-se desses mecanismos para criar a aversão ao setor. Segundo Pêcheux ([1969] 2015d, p. 194, grifo do autor),

[...] o modo de produção capitalista reprime e orienta a pesquisa em ciências humanas, não somente por meio de critérios políticos e econômicos [...] mas também por intermédio da *ideologia prática dominante*: isto se deve ao lugar particular que as ciências humanas ocupam atualmente, à junção da prática científica e à prática política.

Compreendemos, assim, que a ideologia dominante atravessa os sentidos constitutivos de todas as práticas, inclusive a de formulação dos materiais escolares. Assim, ao não se sentirem contempladas por tais materiais, as mulheres do agro propõem-se a produzir ingerência sobre esse material, visto que o agro/agronegócio não tem poder sobre a elaboração dos conteúdos a serem trabalhados nas escolas, mas tem poder político para tentar ocupar o espaço de uma prática que é dada aos cientistas da educação. Nesse entendimento, o movimento institui-se com o propósito a aplacar o mal-estar que as práticas escolares produzem nas mulheres do agro, que assumem a posição dos especialistas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) na produção e avaliação de conteúdos que contemplem o setor.

Vemos constituído um espaço de litígio, uma guerra ideológica de discursos, que, de um lado, coloca o dizer sobre o agro como destrutivo ao meio e ao homem e, de outro, como salvação do país e, conseqüentemente, dos brasileiros e do ambiente, desde que os ensinamentos sobre o setor sejam os “corretos”.

Com esse propósito, o *De olho no material escolar* mantém ainda uma *Agroteca* ([202-]), que disponibiliza materiais sobre o agro para consulta gratuita, assegurando o ‘notório saber’ com a curadoria da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). A associação também realiza visitas de professores, autores, editores, secretários da educação e alunos, com roteiros direcionados em diferentes cadeias produtivas, dependendo da região do país, contemplando as etapas desde a produção até a agroindústria, e abordando temas como profissões, economia, tecnologia, produção, conservação e responsabilidade social. No que tange às medidas governamentais, o *De Olho no Material Escolar* aponta ter realizado a análise de 80% do material comprado pelo governo federal no último Programa Nacional do Livro Didático, uma ação que se iniciou em 2020, com o apoio da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). A entidade também está criando um selo de certificação de qualidade para os materiais didáticos do Brasil “[...] a partir das **melhores referências internacionais** e será realizado por

certificadoras qualificadas, [...] atestando excelência para os materiais escolares aprovados” (Certificação de Qualidade, [202-]).

Como vemos, as mulheres do movimento, ao intentar a criação de um selo de qualidade dos materiais escolares retomam a submissão às ‘referências internacionais’ e reproduzem a adoção de certificação para os produtos para exportação, *Brazil Agro*, lançada pelo então ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Ao certificar, tanto em um gesto quanto no outro, produz-se efeitos de chancela que é atributo do poder jurídico, uma vez que um selo funciona como autorização, como validação e garante a manutenção e institucionalização dos sentidos acerca da qualidade do que é produzido.

O *De Olho no Material Escolar* apresenta, então, a justificativa para o seu funcionamento:

Esse movimento começa pelo conteúdo relacionado ao agro, pois **há uma única história sendo contada** nos materiais escolares, livros e apostilas, com **conteúdos desatualizados, descontextualizados, incompletos e com problemas conceituais**. Há tecnologia, carreiras promissoras e produção com conservação no campo, **um mar de oportunidades que deixa de ser apresentado às nossas crianças**. Como também muitos desafios para serem resolvidos pela expertise trabalhada nos centros urbanos. A consequência da **falta do conteúdo atualizado do agro** nos materiais escolares é a **redução da perspectiva de futuro** de crianças e jovens, **desde os bancos da escola, colégios, universidades e faculdades, onde criam seu imaginário para a vida**. Queremos **promover uma visão ampliada, balanceada e positiva das competências e potencialidades de uma grande nação** (Quem somos, [202-]).

A justificativa funciona de modo a se contrapor a um ‘inimigo’ que ‘denigre’ o agro/agronegócio para os estudantes, uma vez que utiliza materiais/conteúdos ‘desatualizados, descontextualizados, incompletos e com problemas conceituais’, pois o material que vem sendo usado nas escolas aborda assuntos que, persecutoriamente, produzem inverdades sobre o setor. Nesse gesto de garantir a “verdade”, as idealizadoras do movimento afirmam que há ‘um mar de oportunidades’ sendo sonegadas às crianças, que suas ‘perspectivas de futuro’ estão sendo reduzidas. Desse modo, arvorando-se como “salvadoras do futuro do país”, as mulheres do agro apresentam-se como aquelas que darão aos estudantes ‘uma visão ampliada, balanceada e positiva das competências e potencialidades de uma grande nação’, pois ser uma grande nação é produzir para o mercado internacional.

Em congruência com as ações do *De Olho no Material Escolar*, as *Agroligadas* produziram o *e-book Isso é Agro* (Agroligadas; CNA, 2023), com a colaboração do Serviço

Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), integrante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O material gratuito é voltado para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de todo o país e é resultado da força que o *Agroligadas* vem ganhando, visto que, em 2023, já contabilizava a a inserção em mais de cem cidades de 17 estados.

De todo modo, ao falarmos de mulheres submetidas aos seus esposos, o que se espera desses movimentos são dizeres que contemplam seus modos de constituição, contudo, não foi o que observamos, pois, a partir da análise de recortes de suas falas, mais do que se comportarem pelos sentidos que constituíram/constituem a mulher submissa, elas falam como os homens do agronegócio, reproduzem seus discursos e as campanhas que o setor faz circular pelas mídias.

No embate entre o que/como ensinar sobre o setor, as mulheres, reproduzindo, então, o discurso dos homens para a sociedade, têm conseguido avanços na missão de garantir a aceitação social do setor que é colocado como sendo de todos os brasileiros. Um movimento que se mantém enquanto o litígio funciona, uma vez que “[...] não há identificação plenamente bem-sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo [...]” (Pêcheux, [1983] 2015a, p. 56). E, se a história da produção de conhecimentos está inscrita na história da luta de classes, a disputa pela manutenção do poder, para a qual olhamos até aqui, apresenta indícios de um trabalho de leitura/interpretação que deve ser continuado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para chegar até aqui, foi preciso analisar a constituição dos sentidos para a atividade agropecuária brasileira desenvolvidos, primeiramente, aos moldes europeus, depois, norteamericanos, e sustentados por uma necessidade de atender ao mercado internacional. Vimos um Brasil que nasceu e permaneceu como uma terra em que ‘querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo’, uma vasta área, com condições ambientais e climáticas favoráveis ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, um território para o qual os sentidos de indústria foram interditados – podendo funcionar apenas quando ‘indústria’ estava em relação de paráfrase com ‘atividade agropecuária’ –, um grande e sempre fornecedor de matérias-primas.

Compreendemos que os ciclos produtivos foram recorrentes no país, sempre atendendo os anseios do mercado internacional, em um funcionamento que se vai reverberando ao longo dos anos. A disputa pela posse de terras também fez parte deste percurso, assegurando poder a quem a detinha. As áreas, que inicialmente eram doadas pela Coroa, passaram a ser negociadas e o poder econômico garantiu que os donos das terras tomassem também o poder político. Até que a falta de conhecimentos técnicos e científicos tornou-se, nos discursos da elite agropecuária, a preocupação da vez. Assim, houve a tentativa de ‘ensinar’ a fazer agricultura através da tradução de textos estrangeiros, da imposição dos modos estadunidenses de produzir, da criação de escolas práticas, até que a EMBRAPA apresentou-se como a salvação para um ‘país que não duraria dez anos’, no dizer de Paolinelli.

De atividade agrícola, o país passou a desenvolver a agri(cultura), com a recorrência a saberes especializados e produzidos no Brasil e para o Brasil, ainda que aos moldes dos Estados Unidos. A produtividade cresceu, atendendo às demandas do mercado internacional, e a agri(cultura) ganhou *status* empresarial, tornando-se *o agronegócio*, que passou a deter, além dos conhecimentos técnicos e científicos, os espaços políticos/jurídicos de poder.

No embate discursivo, compreendemos que as denominações agrícola – agricultura – agronegócio, foram acompanhadas pelos deslizes nas formas de nomear os comandantes do setor: fazendeiros, coronéis, proprietários de terras, proprietários rurais, produtores rurais, ruralistas e empresários rurais. Quando o agronegócio precisou enunciar-se como aquele que é indispensável para a vida de todos os brasileiros e que, portanto, precisa ser compreendido e apoiado por toda a sociedade, vimos passar a circular a formulação ‘agro’ e os empresários rurais tornarem-se os ‘produtores de alimentos’. Na busca pelo poder social, os representantes do agro/agronegócio apontaram que todos aqueles que possuem algo a dizer contrariamente ao sucesso do setor, devem aprender sobre ele, uma vez que os brasileiros precisam identificar-se

com a atividade que garante a economia do país, ao custo de silenciar todos os males que o setor provoca, garantindo sua hegemonia econômica, política e social.

Ao retomarmos a história, tecemos a nossa trama, pois, conforme nos propusemos ao iniciar esta pesquisa, fomos pinçando fios discursivos (Lima, 1990) a fim de dar visibilidade à constituição, formulação e circulação de sentidos em uma luta da atividade agropecuária brasileira para instituir, manter e ampliar seu poder. O trajeto, cheio de entrelaçamentos, permitiu-nos sustentar a tese de que, frente ao conflito social e aos diferentes sentidos para o agro/agronegócio, as mulheres adquiriram seu protagonismo e assumiram, por meio do compromisso pedagógico, a função política que o setor vinha perdendo, uma vez que silenciaram o negócio-agro e seus interesses constitutivos e colocaram em evidência um agro que funcionaria acima de um lugar de conflito social, direcionando, por meio da didatização, sentidos para um agro sociável, bem intencionado, aceito, que envolve tudo e todos, conforme a campanha em circulação pela *Rede Globo*.

Desse modo, o movimento de mulheres no setor fez-se por discursos que resultam de suas condições de produção, uma vez que surgem na cena do agronegócio para garantir o poder do agro, ameaçado pela falta de apoio da sociedade, em razão dos discursos ambientalistas, da subserviência constitutiva do setor ao mercado internacional e pelo enriquecimento de poucos em detrimento de muitos. Estas mulheres empreendem uma luta, que lhes assegura espaço dentro do agronegócio, pois elas promovem a aceitação social do setor e fazem interferências nos modos de ensinar nas escolas, marcando seus gestos próprios de fazer política e colocando-se como fundamentais e protagonistas no setor. Trata-se de um movimento crescente que teve um grande avanço em um governo de direita, mas que não esmoreceu no governo atual, de esquerda.

No modo de dizer das mulheres do agro/agronegócio vemos reverberar o discurso dos homens do setor, que, permanentemente, se dizem/se significam, e significam todo o povo brasileiro em relação a eles. Assim, vão aparelhando-se, ocupando posições no parlamento, na política, nos ministérios, ou seja, nos espaços de poder instituídos (Executivo e Legislativo). Ao mesmo tempo, aparelham também o Estado e a sociedade, marcando, pelos efeitos de sentido recorrentes de que eles “são muitos, são tudo e são todos”, uma identificação com os dizeres da extrema direita. Daí podermos afirmar que o discurso do agro/agronegócio é, fundamentalmente, de extrema direita, cuja dimensão político-ideológica se assegura pelos slogans que reincidem: ‘Agro é tudo’; ‘Somos muitas, somos todas’; SÃO PAULO SÃO

TODOS!; ‘robusta representação no Congresso’, produzindo efeitos de quantidade, de unidade e de universalidade⁶⁷.

Nesse trajeto, vimos que o agronegócio busca constituir-se como um discurso coeso, circunscrito nele mesmo, uma vez que não permitiu/permite aberturas e tenta fechar todas as brechas que o ameaçam, silenciando a sua própria falta. Nesse fechamento, as mulheres continuam o trabalho, iniciado pelos homens, de blindar o setor, pois, enquanto eles garantiram a instituição, a manutenção e a ampliação dos poderes produtivo, econômico e político, as mulheres tentam assegurar o domínio do social, pela instalação de um efeito que dá ao povo a ilusão de pertencimento ao agro/agronegócio. Nessa direção, o ‘discurso que precisa ser dado’, ao ser assumido pelas mulheres, parece ser outro, mas continua sendo o mesmo, afinal elas ‘aprenderam’ as ‘verdades’ sobre o setor com os homens que o administram.

Assim, a legitimação do setor, abarcada pelos homens, fez entrada nos poderes instituídos e garantiu espaço no jurídico, enquanto as mulheres, falando diretamente com a sociedade, fizeram a entrada institucional que o setor carecia, especialmente porque se inseriram nas instituições sociais – a igreja, a família, a escola, a mídia – fazendo funcionar a eficácia dos Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1990). Essa adoção, pelas mulheres, do ‘discurso que precisa ser dado’, com amplo uso das redes sociais, popularizou, deu força e fez/faz a alegria do agronegócio, uma vez que lhe garante um lugar privilegiado no político.

Nesse momento, propomo-nos a colocar um ponto final nesta pesquisa, mas, muito mais se anuncia, uma vez que, no final do ano de 2023, já no governo de esquerda, circulam outras notícias que têm o propósito de continuar a garantir espaço político para o agronegócio/agro: “FPA discute ataques ao setor no Plano Nacional de Educação” e “*Homeschooling*, Escola Sem Partido e até defesa do agronegócio serão levados a evento do governo Lula por ‘patriotas’ que se organizam no WhatsApp”, dentre outras. Essas reportagens indicam que o movimento das mulheres do agro se mantém vivo, do mesmo modo como deve permanecer ativa a pesquisa sobre o agronegócio brasileiro.

⁶⁷O slogans apresentados são, respectivamente, da Campanha da Rede Globo, do Movimento Agroligadas, do Governo de São Paulo (Tarcísio Gomes de Freitas, Republicanos, 2023-), e do então presidente Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal – PL, 2019-2023).

REFERÊNCIAS

AGROLIGADAS; CNA (org.). **Isso é Agro**. [S. l.]: mktdoAGRO, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://agroligadas.com.br/ebookissoeagro/>. Acesso em: 23 dez. 2023.

AGROTECA. **De olho no material escolar**. Barretos, [202-]. Disponível em: <https://deolhonomaterialescolar.com.br/agroteca/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

A LAVOURA: Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira. Capital Federal: Imprensa da Casa da Moeda, anno I, n. 2, ago. 1897. Publicação mensal. Disponível em: www.zebu.org.br/PortalUploads/Revistas/A_Lavoura/1897_Agosto/revista.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

ANDRADE, Lívia. Agronegócio ganha visibilidade e nova voz com a presença feminina. **Estadão**, São Paulo, 10 out. 2019. Disponível em: <http://summitagro.estadao.com.br/canal-agro/agrocenarios/agronegocio-ganha-visibilidade-e-nova-voz-com-a-presenca-feminina/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ÁREA queimada no Brasil aumentou 248% em janeiro de 2024, estima pesquisa. **Galileu**, [s. l.], 27 fev. 2024. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/ciencia/meio-ambiente/noticia/2024/02/area-queimada-no-brasil-aumentou-248percent-em-janeiro-de-2024-estima-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Contraponto: 1996. p. 105-142.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.

ALVARÁ que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil. **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**, [s. l.], 21 jun. 2018. Disponível em: http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674:alvara-que-proibe-as-fabricas-e-manufaturas-no-bra&catid=145&Itemid=284. Acesso em: 21 mar. 2023.

AMARAL, Luis. **História geral da agricultura brasileira, no tríplice aspecto político-social-econômico**. v. 1, 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

APROSOJA orienta associados a plantarem semente de soja para uso próprio em fevereiro. **Jornal Dia de Campo**, [s. l.], 19 dez. 2018. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=35046&secao=Agrotemas>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ARAUJO, Nei. Bittencourt; WEDEKIN, Ivan e PINAZZA, Luiz Antônio. **Complexo Agroindustrial**: o “agribusiness” brasileiro. São Paulo: Agrocere, 1990.

ARRUDA, José Roberto. **21 anos da Embrapa**. Brasília: Poder Legislativo Senado Federal Centro Gráfico, 1996. Disponível

em:<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/181142/1/21-anos-da-Embrapa-96.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

BARRETO, Patrícia. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. *In: Identidades - Encontro de História*, n. 13, 2008, Seropédica. **Anais [...]**. Seropédica: UFRRJ, 2008. Disponível em: https://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf. Acesso em: 15 set/ 2023.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o Governo de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange**. Tradução Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BOLÓN, Alma. Contrariamente a subfijos elocuentes y discretos como “ificar”. **Extramuros**, Montevideo, 88 ed., 2024. Disponível em: <https://extramurosrevista.com/contrariamente-a-subfijos-elocuentes-y-discretos-como-ificar/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução n. 3.545. Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação regularidade comprobatória ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia. **Banco Central do Brasil**, 29 fev. 2008. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/47956/Res_3545_v2_L.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Decreto n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Industria e Commercio. **Diário Oficial**, 3 jan. 1907. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. **Diário Oficial da União**, 9 fev. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n. 982, de 23 de dezembro de 1938. Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitue alguns dos já existentes e dá outras providências (Publicação Original). **Diário Oficial da União**: seção 1, 29 dez. 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-982-23-dezembro-1938-350702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Decreto n. 29.803, de 25 de julho de 1951. Cria a Comissão Nacional de Política Agrária. **Diário Oficial da União**: seção 1, 26 jul. 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29803-25-julho-1951-338037-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 2.163, de 5 de janeiro de 1954. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, 7 jan. 1954. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2163-5-janeiro-1954-361499-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo código florestal. **Diário Oficial da União**, 15 set. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm#art50. Acesso em: 9 set. 2023.

BRASIL. Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 1971a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp11.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.179, de 06 de julho de 1971. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 6 jul. 1971b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1179.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 5.851, de 7 de dezembro de 1972. Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 7 dez. 1972. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5851.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Decreto n. 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, 30 out. 1973. Disponível em Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreto%20n%2073.030%2C%20de%2030%20de%20Outubro%20de,%20Do%20órgão%20e%20seus%20fins%20Art.%201º>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 6.902, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 abr. de 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6902.htm. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Decreto n. 91.214, de 30 de abril de 1985. Cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, dispõe sobre sua estrutura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, 2 maio 1985. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91214-30-abril-1985-441369-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Agrícola. **Diário Oficial da União**, 18 jan. 1991. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109333/lei-agricola-lei-8171-91>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Medida Provisória n. 542, de 30 de junho de 1994. Dispõe sobre o Plano Real, o sistema monetário nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real, e da outras providências. **Diário Oficial da União**, 30 jun. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/542.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a lei de proteção de cultivares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 25 abr. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9456.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.711, de 05 de agosto de 2003. Dispõe sobre o sistema nacional de sementes e mudas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 6 ago. 2003a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.711.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 24 dez. 2003b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do par. 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança - PNB, revoga a Lei n. 8.974 de 5 de janeiro de 1995, e a Medida provisória n. 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei n. 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 24 mar. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 maio 2012. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=lei&numero=12651&ano=2012&ato=a48qtvu1kmvpwt59b>. Acesso em: 30 set. 2023.

CÂMARA DE DEPUTADOS. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1812**. Carta Régia de 25 de junho de 1812. Crêa na cidade da Bahia um Curso de Agricultura, v. 1, p. 42. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-39727-25-junho-1812-570426-publicacaooriginal-93574-pe.html. Acesso em: 20 fev. 2023.

CÂMARA DE DEPUTADOS. Ato da Mesa n. 69, de 10/11/2005. Cria o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. **Diário da Câmara dos Deputados**, suplemento B, 11 nov. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acesso em: 28 set. 2023.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil**: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CELEIRO. *In*: MICHAELIS Dicionário Online. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/celeiro/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE. **De olho no material escolar**. Barretos, [202-]. Disponível em: <https://deolhonomaterialescolar.com.br/projetos/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CORDEIRO, Andrea; BIFF, Mariely; PAFFARO, Roberta; FIGUEIRÊDO, Ticiane. **Mulheres do agro**: inspirações para vencer desafios dentro e fora da porteira. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

COSTA, Débora Pereira Lucas. A formulação ‘indústria’ no campo do agronegócio: um gesto de leitura sobre a capa da primeira revista rural brasileira. *In*: COLÓQUIO NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 15., 2017, Sinop. **Anais [...]**. Sinop: Unemat, 2017. p. 32-40. Disponível em: https://www.conaell.com/fotos_downloads/40.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

COSTA, Débora Pereira Lucas. Revista Chacaras e Quintaes de 1931: um estudo de caso sobre o funcionamento da propaganda na constituição do discurso do pequeno produtor rural. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS POLÍTICAS PÚBLICAS, ÉTICA, INTERNACIONALIZAÇÃO E PESQUISA: discursos, práticas e desafios, 5., 2018, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Unespar, 2018. p. 292-301. Disponível em: <https://unespar.edu.br/paranafalaingles/pesquisas-cientificas-pfi/anais-cielli-2018-paginas-1-188-643-655.pdf/view>. Acesso em: 29 ago. 2023.

COSTA, Débora Pereira Lucas. **Agro - a indústria-riqueza do Brasil**: a mídia e o processo de produção de sentidos para o agronegócio brasileiro. Orientadora: Tânia Pitombo de Oliveira. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Educação e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop, 2019a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1exz31dhtR2Z0h252xvhTcCS2DSQziOGQ/view>. Acesso em: 19 abr. 2023.

COSTA, Débora Pereira Lucas. Um negócio agro: a posição sujeito feirante e os processos de identificação em Sinop-MT. **Revista Entreletras**, Araguaína, v. 10, n. 1, p. 149-160, jan./jun. 2019b. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/6352>. Acesso em: 11 abr. 2024.

COSTA, Débora Pereira Lucas; ARAÚJO, Adriano Eulalio. Alguma floresta para alguém guardar: uma análise da formulação ‘guardiões da floresta’ no discurso dos madeireiros de Sinop-MT. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade** – IGARAPÉ, Porto Velho, v. 12, p. 128-140, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/4203/0>. Acesso em: 01 set. 2023.

COSTA, Débora Pereira Lucas. Desenvolvimento sustentável: uma abordagem enunciativa sobre o dizer do produtor rural mato-grossense. **Revista de Letras Norte@mentos**, Sinop, v. 14, n. 36, p. 103-112, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/7709>. Acesso em: 15 abr. 2023.

COSTA, Débora Pereira Lucas. Propaganda: uma questão de discurso e argumentação. **Revista Eventos Pedagógicos**. Edição Especial Temática: Análise de Discurso em conceitos e procedimentos. Sinop, v. 13, n. 1, 32. ed., p. 70-86, jan./maio, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/reps/article/view/6285/4597>. Acesso em: 1 out. 2023.

COSTA, Greciely Cristina da. **Sentidos de milícia**: entre a lei e o crime. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

COSTA, Marcos. **A História do Brasil para quem tem pressa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck; Didier Martins; Maria Lúcia Meregalli; Maria Regina Borges Osório; Sandra Dias Loguércio; Vincent Leclercq. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução de Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. **Policromias**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 14-35, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DAVIS, John; GOLDBERG, Ray. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard, 1957.

DIAS, João Castanho. **A imprensa rural no Brasil**. São Paulo: Barleus, 2011.

DIAS, Cristiane. A escrita como tecnologia da linguagem. **Tecnologias de linguagem e produção de conhecimento**, Santa Maria, v. 2, p. 7-17, dez., 2009. Disponível em: https://ufsm.br/hipersaberes/volumeII/textos_pdf/TXTS_PDF/cristiane_dias.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

DIAS, Cristiane. Textualidades seriadas: entre a repetição, a regularização e o deslocamento, o caso dos memes. **Rasal – Revista de la Sociedad Argentina de Estudios Lingüísticos**, Buenos Aires, n. 2, p. 55-74, 2019. Disponível em: <https://rasal.sael.org.ar/index.php/rasal/article/view/82>. Acesso em: 10 abr. 2024.

DUCLÓS, Nei. **A marcha do grão de ouro**: soja, a cultura que mudou o mundo. Florianópolis: Expressão, 2014.

EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia** (elementos para uma teoria marxista do direito). Coimbra: Centelha, 1976.

EMBRAPA. Sobre a Embrapa. [s. l.], [20--]. Disponível em: www.embrapa.br/sobre-a-embrapa. Acesso em: 20 mar. 2024.

EM EVENTO internacional, Maggi diz que competidores ineficientes visam denegrir o país. **Ministério da Agricultura e Pecuária**, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/em-evento-internacional-maggi-diz-que-competidores-ineficientes-visam-denegrir-o-pais>. Acesso em: 19 set. 2023.

ERNST, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso*, 4., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, nov. 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ERNST, Aracy; SILVA, Gabriela de Mello; VIEIRA, Vívian Vaghetti. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32): efeitos de simulação no discurso político on-line. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 115-132, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/44070>. Acesso em: 1 abr. 2024.

ERNST, Aracy; MARIANI, Bethania. O “esquecimento” por decreto: a chaga que não cicatriza. *In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; GALLI, Fernanda Correa Silveira; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. (org.). Trajetos de sujeitos e sentidos. Discurso, história, revolução. Campinas: Pontes, 2023. p. 143-168.*

FERNANDES SILVA, R. A diretoria de publicidade agrícola do Ministério da Agricultura. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 42-45, 1938. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/9565>. Acesso em: 5 abr. 2024.

GAF 2018: Blairo Maggi lança marca “Brazil Agro”. **Lance Rural**, [s. l.], [s. n.], 2018. Disponível em: <https://www.lancerural.com.br/gaf-2018-blairo-maggi-lanca-marca-brazil-agro/>. Acesso em: 1 out. 2023.

GUERREIRO, Manuel; NUNES, Eduardo. **Pêro Vaz de Caminha**: carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In: BARONAS, Roberto (org.). Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro e João, 2007. p. 13-31.*

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta de Castro. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução de Carolina Zuccolillo, Eni Orlandi e José Horta Nunes. **RUA**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 63–89, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Acesso em: 18 set. 2023.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In: ORLANDI, Eni. Análise de discurso: Michel Pêcheux. Tradução de Mariza Vieira da Silva e Laura Perrella Parisi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 21-54.*

HISTÓRIA do início do Movimento Agroligadas. **Mulheres do Agronegócio**, [201-]. Disponível em: <https://missaomulheresdoagro.com.br/historia-agroligadas/>. Acesso em: 3 out. 2023.

INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA. **História do IPA**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.pensaragro.org.br/historia-do-ipa/>. Acesso em: 28 set. 2023.

KEMPA, Monique *et al.* (org.). **Imea Outlook 2032**: Projeções do Agronegócio em Mato Grosso de 2022 a 2031. Cuiabá: IMEA, 2022. *E-book* (42 p.). Disponível em: <https://imea.com.br/imea-site/arquivo-externo?categoria=lancamentos&arquivo=rel-conjunturaeconomia&numeropublicacao=1>. Acesso em: 19 abr. 2023.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Tradução de Cláudia Pfeifer. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 163-174.

LIMA, Maria Cecília. **A construção discursiva do povo brasileiro**: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas. Campinas: Unicamp, 1990.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2017.

MAPA quer prejudicar os pequenos produtores de soja, diz Aprosoja-MT. **Canal Rural**, 11 jul. 2023. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/mapa-quer-prejudicar-pequenos-produtores-soja-aprosoja-mt/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro/Campinas: Revan/Unicamp, 1998.

MATERIAL DIDÁTICO. **De olho no material escolar**. Barretos, [202-]. Disponível em: <https://deolhonomaterialescolar.com.br/projetos/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MENDONÇA, Regina. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). **Revista Tempo**, Niterói, v. 15, n. 29, p. 139-165, 2010. Disponível em: www.scielo.br/j/tem/a/scbb7D6Lk3HN4tXqgkyYRSq/?lang=pt. Acesso em: 29 abr. 2023.

MENSAGEM SUBLIMINAR. *In*: ENCICLOPÉDIA Significados. [S. l.]: [s. n.], [201-]. Disponível em: <https://www.significados.com.br/mensagem-subliminar/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Biblioteca Nacional de Agricultura. **Levantamento dos principais fatos e notícias sobre a Biblioteca Nacional de Agricultura de 1909 a 2022**. [S. l.], [202-]. Disponível em: www.gov.br/agricultura/pt-br/arquivos/linhadotempo-binagri.pdf. Acesso em: 29 abr. 2023.

O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1833-1892. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/302295/per302295_1833_00001.pdf. Acesso em: 1 abr. 2023.

O FUTURO do agro no Brasil. Participantes: Maria Stella Damha, Samanta Pineda, Letícia Jacintho, Helen Jacintho. [S. l.]: Instituto Millenium, 5 de mar. 2024. *Podcast*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=peyQ-olocd8>. Acesso em: 15 abr. 2024.

OLIVEIRA, Tânia Pitombo; COSTA, Débora Pereira Lucas. Agro é tudo: a Rede Globo e a produção de sentidos na relação urbano/rural. **RUA**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 653-677, nov. 2020. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/pdf/284-agro-e-tudo-a-rede-globo-e-a-producao-de-sentidos-na-relacao-urbanorural>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ORDEM e progresso: quem criou a frase da bandeira do Brasil? **GZH**, Comportamento, Porto Alegre, 12 nov. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2021/11/ordem-e-progresso-quem-criou-a-frase-da-bandeira-do-brasil-ckvwp46lc007v019mh5hfs132.html#:~:text=A%20frase%20%22Ordem%20e%20Progresso,%20%3B%20o%20progresso%20por%20fim.%22>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ORLANDI, Eni. Recortar ou segmentar? *In*: **Linguística: Questões e Controvérsias**. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 9-26. (Série Estudos).

ORLANDI, Eni. O estatuto do liberal e a reforma da terra. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 64-73, 1985. Disponível em: <https://religioesociedade.org.br/revistas/v-12-no-03>. Acesso em: 29 maio 2024.

ORLANDI, Eni. A incompletude do sujeito: e quando o outro somos nós? *In*: ORLANDI, Eni *et al.* **Sujeito & texto**. São Paulo: EDUC, 1988. p. 9-16.

ORLANDI, Eni. Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia). *In*: GUIMARÃES, Eduardo (org.), **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989, p. 39-46.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista!**: Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni. Vão surgindo sentidos. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Discurso fundador** (a formação do país e a construção da identidade nacional). São Paulo: Cortez, 1993. p. 11-26.

ORLANDI, Eni. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, n.1, p. 73-81, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/6915/6378/20890>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1999.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni. Apresentação. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: RG, 2010. p. 5-9.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. Formação ou capacitação?: duas formas de ligar sociedade e conhecimento. *In*: FERREIRA, Eliana L.; ORLANDI, Eni (org.). **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. p. 143-186.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015a.

ORLANDI, Eni. Análise do Discurso. *In*: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. 3. ed. Campinas: Pontes, 2015b. p. 13-36.

ORLANDI, Eni. Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. **Revista Latino-americana de estudos do discurso**, v. 16, n. 2, p. 68-80, 2016. Disponível em: www.periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33239. Acesso em: 22 mar. 2024.

ORLANDI, Eni. **Discurso em análise**: sentido, sujeito, ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017a.

ORLANDI, Eni. Do fato para o acontecimento (da diferença à resistência). *In*: ORLANDI, Eni. **Eu, Tu, Ele**: discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017b. p. 93-112.

ORLANDI, Eni. Ocupar ou construir espaços? Uma Ética Cívica do Social. **Traços de linguagem**, Cáceres, v. 3, n.1, p. 9-15, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/download/4123/3710>. Acesso em: 2 abr. 2024.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni. Forma sujeito histórica e sujeito de direito: as bases da sociedade capitalista e os gestos de interpretação. **RUA**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 339-351, nov. 2022. Disponível em: www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/capa/367-forma-sujeito-historica-e-sujeito-de-direito-as-bases-da-sociedade-capitalista-e-os-gestos-de-interpretacao. Acesso em: 2 abr. 2024.

PAOLINELLI, Alysson. Prefácio. *In*: TAVARES, Vinícius. **A história da Bancada Ruralista**: personagens e fatos que tornaram a Frente Parlamentar da Agropecuária protagonista do sucesso do agronegócio brasileiro. Brasília: Vincere Associados, 2018. p. 12-17.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez, 1990. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em 23 fev. 2023.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi; Lourenço Chacon Jurado Filho; Manoel Luiz Gonçalves Corrêa; Silvana Mabel Serrani. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução de Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. **Décalages**, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 1-22, 2014b. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/pecheux/ano/mes/40.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? *In*: ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 295-310.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015a.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? *In*: ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Tradução de Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015b. p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. A Aplicação dos Conceitos da Linguística para a Melhoria das Técnicas de Análise de Conteúdo. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Tradução de Carolina Rodríguez-Alcalá. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015c. p. 203-226.

PÊCHEUX, Michel. As ciências humanas e o “Momento Atual”. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015d. p. 175-202.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Tradução de Eni Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, Michel; WESSELIUS, Jaqueline. A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968. *In*: ROBIN, Régine. **História e linguística**. Tradução de Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 265-280.

PLANALTO. **A Constituição Federal**. 4 jul. 2011. Disponível em: <http://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/constituicao-federal>. Acesso em: 20 set. 2023.

PLANTANDO verdades, colhendo conhecimento. **De olho no material escolar**. Barretos, [202-]. Disponível em: <https://deolhonomaterialescolar.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PLANTIO de soja: institutos de pesquisa são contra mudança no calendário. **Canal Rural**, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/plantio-de-soja-institutos-de-pesquisa-sao-contramudanca-no-calendario/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

POR QUE a Globo criou a campanha “Agro é tech, agro é pop”. **StartAgro**, [s. l.], 5 abr. 2017. Disponível em: <https://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>. Acesso em: 1 out. 2023.

QUEM SOMOS. **Associação Brasileira do Agronegócio**. São Paulo, [199-]. Disponível em: <https://abag.com.br/institucional-abag-historia/>. Acesso em: 25 set. 2023.

QUEM SOMOS. **Agroligadas**, [s. l.], [201-]. Disponível em: <https://agroligadas.com.br/quem-somos/#:~:text=Nós%20somos%20as%20Agroligadas%3A%20um%20movimento%20formado%20por,amor%20através%20de%20ações%20de%20comunicação%20e%20educação.> Acesso em: 19 abr. 2023.

QUEM SOMOS. **De olho no material escolar**. Barretos, [202-]. Disponível em: <https://deolhonomaterialescolar.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RAJÃO, Raoni; GIUDICE, Roberta del; VAN DER HOFF, Richard; CARVALHO, Ely Bergo de. **Uma breve história da legislação florestal brasileira**. Rio de Janeiro: Expressão, 2021.

RITTNER, Daniel. Brasil virou “celeiro do mundo” e já lidera exportações mundiais de sete alimentos, diz BTG. **CNN Brasil**, [s. l.], 4 mar. 2024. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-virou-celeiro-do-mundo-e-ja-lidera-exportacoes-mundiais-de-sete-alimentos-diz-btg/. Acesso em: 15 mar. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 678, de 13 de setembro de 1899. Organiza o serviço agronomico do Estado. **Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas**. São Paulo (Capital): Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 13 set. 1899. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1899/lei-678-13.09.1899.html>. Acesso em: 31 out. 2023.

SOBRE NÓS. **Agroligadas**, [s. l.], [201-]. Disponível em: <https://agroligadas.com.br/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SOUZA, Mailson Fernandes Cabral de. Maria Emilia Amarante Torres Lima: um resgate da memória da Análise do Discurso no Brasil. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 8-35, jul./set. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/48332/35771>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**: do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho. São Paulo: Contexto, 1998.

TAVARES, Vinícius. **A história da Bancada Ruralista**: personagens e fatos que tornaram a Frente Parlamentar da Agropecuária protagonista do sucesso do agronegócio brasileiro. Brasília: Vincere Associados, 2018.

TAUIL, Carlos Eduardo. A questão agrária em Caio Prado Jr.: a premissa da questão nacional. *In*: CEPÊDA, Vera Alves; CARVALHO, Joelson Gonçalves de (org.). **A questão agrária no pensamento político e social brasileiro**. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições; UFSCar, 2016. p. 59-82.

TEJON, José Luiz. Introdução. *In*: CORDEIRO, Andrea; BIFF, Mariely. *et al.* **Mulheres do agro**: inspirações para vencer desafios dentro e fora da porteira. Belo Horizonte: Letramento, 2019. p. 17-18.

TOMÉ, Cristinne Leus. Os sentidos sobre progresso no início da colonização de Cláudia – Mato Grosso: um recorte discursivo-imagético. **Acta Semiótica et Lingvistica**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 95-108, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/view/23456>. Acesso em: 2 maio 2024.

TOTA, Antônio Pedro. Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 115, p. 69-76, 2017. Disponível em: www.revistas.usp.br/revusp/article/view/144204. Acesso em: 10 jun. 2023.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. **Breve histórico da UDR**. [s. l.]: [s.n.], [19--]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20090322080929/http://www.udr.org.br/historico.htm>. Acesso em: 24 set. 2023.

VALOR ECONÔMICO. **Grupo Globo**. Disponível em: [https:// valor.globo.com](https://valor.globo.com). Acesso em: 24 set. 2023.

VELOSO, José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brasil**: melhorando a economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que lhe podem introduzir [...] t. I, pt. II, Lisboa: Régia Officina Typográfica, 1798.

WALENDORFF, Rafael. Ministra da Agricultura diz que crianças são mal ensinadas sobre agronegócio. **Valor Econômico**, Brasília, 20 out. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/10/20/ministra-da-agricultura-diz-que-criancas-so-mal-ensinadas-sobre-agronegocio.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2023.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 81-105, 2016. Disponível em: www.scielo.br/j/rbh/a/Rq5WFdq66thgrvPMwvqvJd/. Acesso em: 10 mar. 2023.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Cidadãos Modernos**: discurso e representação política. Campinas: Unicamp, 1997.